

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PDITS/CAMPO GRANDE E REGIÃO

PRODETUR NACIONAL - MS



Ministério
do Turismo



Campo Grande, MS
Dezembro, 2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO
COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO
TURISMO SUSTENTÁVEL
PDITS/POLO CAMPO GRANDE E REGIÃO**

**PLANO DE AÇÃO: Seleção de Procedimentos,
Ações e Projetos.**

FEEDBACK: Acompanhamento e Avaliação

**Campo Grande, MS
Dezembro, 2010**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ANDRÉ PUCCINELLI
Governador

MURILO ZAUITH
Vice - Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA
INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR**

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – PRODETUR NACIONAL - MS

Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenador Geral

Helio Luis Brun
Analista de Turismo

Ana Beatriz Paiva Sá Earp
Analista Ambiental

Lino De Souza De Lima
**Analista Desenvolvimento
socioeconomico**

Janete De Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Financeira

Fabio César Gois
Coordenador de Apoio Logístico

ENTIDADE EXECUTORA

AGRICON

CONSULTORIA

AGRICON CONSULTORIA SS Ltda.

Rua Joaquim Murtinho, 1000

Itanhangá Park

79003-020

Campo Grande, MS

Brasil

Tel: +55 67 3321 4495

E-mail: agrimon@agrimon.com.br

Site: www.agrimon.com.br

SUMARIO

Apresentação	5
1) VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS	7
1.1 – <i>Visão do conjunto de atividades e projetos</i>	7
1.2 – <i>Relação das estratégias com as ações e objetivos</i>	13
1.3 – <i>Relação das ações por município</i>	58
2) DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL	66
2.1 – <i>Investimentos Totais por componente e por município. (Moeda Real e Dólar)</i>	66
2.2 - <i>Avaliação da capacidade de pagamento</i>	67
3) SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES	97
3.1. – <i>Cronograma das Ações para os 5 anos</i>	97
3.2. – <i>Ações de Fortalecimento da Gestão Municipal com as Metas de desempenho</i> ... 106	
4) DESCRIÇÃO DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS NOS 18 PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR NACIONAL	110
4.1. – <i>Quadro das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL</i>	110
4.2. – <i>Detalhamento das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL</i>	123
5) AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	195
5.1. – <i>Avaliação dos Impactos Socioambientais de todas as ações e/ou projetos</i>	197
5.2. – <i>Justificativa de apoio ao desenvolvimento</i>	218
5.3. – <i>Impactos socioambientais cumulativos do conjunto de atividades e projetos</i>	218
5.4. – <i>Efeitos da implementação do Plano sobre a qualidade de vida e características culturais da população do Polo</i>	221
5.5. – <i>Outros impactos estratégicos da implementação do Plano</i>	223
5.6. – <i>Parâmetros a serem utilizados como indicadores</i>	223
5.7. – <i>Gestão Ambiental</i>	228
6) FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	244
7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	254

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo PDCA.

245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Equipe executora/MS	6
Quadro 2 - Equipe de apoio	6
Quadro 3 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO: ações previstas	7
Quadro 4 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: ações previstas	8
Quadro 5 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: ações previstas	9
Quadro 6 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: ações previstas	11
Quadro 7 - GESTÃO AMBIENTAL: ações previstas	12
Quadro 8 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO: Ações por Município	58
Quadro 9 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: Ações por Município	59
Quadro 10 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: Ações por Município	60
Quadro 11 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: Ações por Município	62
Quadro 12 - GESTÃO AMBIENTAL: Ações por Município	64
Quadro 13 – Investimentos totais por componente e por município	66
Quadro 14 - Estimativa do custo-benefício do PRODETUR/MS	68
Quadro 15 - Análise da viabilidade econômico-financeira	69
Quadro 16 - ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO: investimentos por ação e por município	71
Quadro 17 - ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: investimentos por ação e por município	76
Quadro 18 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: investimentos por ação e por município	79
Quadro 19 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: investimentos por ação e por município	87
Quadro 20 - GESTÃO AMBIENTAL: investimentos por ação e por município	93
Quadro 21 – Cronograma das ações	97
Quadro 22 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: Ações e Metas de Desempenho	106
Quadro 23 – Quadro de Ações Elegíveis	110
Quadro 24 - ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA: avaliação de impactos socioambientais	197
Quadro 25 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: avaliação de impactos socioambientais	206
Quadro 26 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: avaliação de impactos socioambientais	209
Quadro 27 - INFRAESTRUTURA BÁSICA E TURÍSTICA: avaliação de impactos socioambientais	212
Quadro 28 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: avaliação de impactos socioambientais	214
Quadro 29 – Impactos cumulativos	220
Quadro 30 – ESTRATÉGIAS DE PRODUTO TURÍSTICO: mecanismos de <i>feedback</i>	246
Quadro 31 – ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO: mecanismos de <i>feedback</i>	250
Quadro 32 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: mecanismos de <i>feedback</i>	251
Quadro 33 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: mecanismos de <i>feedback</i>	252
Quadro 34 - GESTÃO AMBIENTAL: mecanismos de <i>feedback</i>	253

LISTA DE SIGLAS

<i>ABAV</i>	Associação Brasileira de Agências de Turismo
<i>BRAZTOA</i>	Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
<i>CADASTUR</i>	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
<i>COMTUR</i>	Conselho Municipal de Turismo
<i>FAMTOURS</i>	Passeio de Familiarização do Turismo
<i>FUNDTUR</i>	Fundação de Turismo
<i>MTur</i>	Ministério do Turismo
<i>PDITS</i>	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
<i>PRESS TRIPS</i>	Convite à jornalistas dos mercados prioritários
<i>PRODETUR NACIONAL</i>	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo Nacional
<i>SEPROTUR</i>	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
<i>UCP</i>	Unidade de Coordenação de Projetos
<i>SEBRAE</i>	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<i>SENAC</i>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

APRESENTAÇÃO

O presente documento, elaborado pela AGRICON Consultoria SS Ltda, diz respeito ao **Plano de Ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos e Feedback: Acompanhamento e Avaliação**, em cumprimento ao objeto do Contrato nº 002/2010 – SEPROTUR e baseia-se nos objetivos e exigências explicitadas no Termo de Referência relativo à Tomada de Preços nº 113/2009-CLO - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande e Região - PDITS, envolvendo os municípios de: Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.

Este volume apresenta as ações específicas previstas para se alcançar os objetivos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), num intervalo de tempo de 5 (cinco) anos para o polo turístico Campo Grande e Região, também denominado Caminho dos Ipês de acordo com o Mapa da Regionalização do Estado de Mato Grosso do Sul, especificando as estratégias correspondentes que orientam as ações propostas, bem como detalhando as ações, em sua localização, custos, prazos, ordem de prioridade e benefícios gerados.

Seguindo a orientação do Termo de Referência para a elaboração do PDITS, as ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo, previstas para todos os dez municípios da região, têm prioridade e precedência sobre os investimentos em infraestrutura, justificados, principalmente, em função do atual quadro institucional instalado na região.

O orçamento do Plano de Ações contempla tanto os projetos a serem financiados pelo PRODETUR NACIONAL, selecionados para um prazo de 18 meses, quanto os projetos dependentes de outras fontes de financiamento. Salienta-se que a priorização das ações propostas guarda coerência com os objetivos que emergiram a partir da Árvore de Problemas e do Diagnóstico realizado na região.

É importante ressaltar a participação do setor e da comunidade nas oficinas realizadas durante todo o processo de desenvolvimento do Plano, bem como a preocupação dos participantes no desenvolvimento de um turismo sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável já se firmou o bastante para incorporar, com clareza, os debates do turismo na região, nas dimensões econômicas, ambientais e sociais e suas conseqüências sobre a sociedade e o meio ambiente.

Desta forma, o Plano de Ação, detalhado neste documento, retrata de maneira clara e objetiva as ações necessárias para atingir a principal estratégia do Polo turístico Campo Grande e Região, que é consolidar a região como destino turístico, com amadurecimento nas relações público-privado e na profissionalização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Quadro 1 - Equipe executora/MS

Nome do técnico	Qualificação	Área de atuação	Órgão de classe	Nº Inscrição
Luiz Tanahara	- Economista - Mestre em Economia Rural	Sócio-proprietário Responsável técnico Coordenador de projetos de viabilidade econômico-financeira	CORECON/MS	573-8/MS
José Marcos da Fonseca	- Arquiteto e urbanista - Especialista em gestão regional e urbana - Mestre em meio ambiente e desenvolvimento regional	Projetos e consultoria em arquitetura e urbanismo	CREA/MS	777/D - MS
Homero Scapinelli	- Administrador - Especialista em Desenvolvimento Regional e Urbano - Especialização em Gestão Pública - Especialista em Administração Universitária	Projetos e consultoria em administração pública	CRA/MS	0479/MS
Getúlio Ezequiel da Costa Peixoto Filho	- Engenheiro Ambiental - Mestre em tecnologias ambientais	Consultoria e projetos em gestão ambiental	CREA/MS	9790/D-MS
Rosângela Aparecida de Moura França	- Bacharel em turismo - Especialista em Administração de Turismo e Hotelaria	Projetos e consultoria em turismo no setor público	EMBRATUR - MEC	23.667 - 53337
Ricardo José Senna	- Economista - Mestre em economia - Especialista em Gestão Empresarial Estratégica em Agribusiness	Consultoria e projetos em planejamento estratégico	CORECON/MS	800
Gilson Mazzini	- Engenheiro civil - Mestre em recursos hídricos e saneamento	Consultoria e projetos em projetos e infraestrutura	CREA/MS	2566/D-MS
Lenira Reinaldo Silva	- Engenheira de Agrimensura	Consultoria e projetos de geoprocessamento	CREA/SP	506.073.8178/D-SP Visto MS: 14517

Quadro 2 - Equipe de apoio

Hudson Garcia	Economista
Lívia Silva Borges	Engenheira Agrônoma

1) VISÃO GERAL E AÇÕES PREVISTAS

1.1 - Visão do conjunto de atividades e projetos

Quadro 3 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURISTICO: ações previstas

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 - Estruturar os atrativos turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualizar o inventário turístico da região. ▪ Elaborar estudo de capacidade de carga dos produtos turísticos. ▪ Implantar estudo de capacidade de carga nos produtos turísticos. ▪ Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR. ▪ Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.
E.2 - Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade na região.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a atuação do <i>trade</i> na região. ▪ Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta. ▪ Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.
E.3 - Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental ▪ Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos
E.4 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos. ▪ Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.
E.5 – Qualificar recursos humanos para o turismo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor. ▪ Implantar Programa de Qualificação. ▪ Implantar programas de capacitação pública em turismo.
E.6 - Implantar sistema integrado de informações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo ▪ Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo

ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURISTICO: ações previstas (continuação)

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.7 - Implantar sinalização turística na região	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar projeto de sinalização turística para o polo ▪ Executar projeto de sinalização turística para o polo
E.8 - Implantar Postos/Centros de Atendimento ao Turista.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro. ▪ Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro. ▪ Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá. ▪ Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá. ▪ Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia. ▪ Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia. ▪ Equipar o Serviço de Atendimento ao Turista na Estação de Indubrasil.

Quadro 4 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: ações previstas

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 - Promover, em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar materiais promocionais do Polo para os diversos públicos-alvo: investidores, turistas, empreendedores, parceiros e habitantes locais. ▪ Fomentar o turismo interno. ▪ Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil ▪ Intensificar o programa de captação de eventos ▪ Intensificar campanhas promocionais, visando o aumento do fluxo turístico. ▪ Participar de feiras e eventos regional, estadual, nacional e internacional ▪ Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares; ▪ Realizar <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.
E.2 - Definir estratégias e elaborar o Plano de <i>Marketing</i> .	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo ▪ Implantar o Plano de <i>Marketing</i> do Polo
E.3 - Implantar sistema de informação para comercialização do destino Campo Grande e Região	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial ▪ Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos

Quadro 5 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: ações previstas

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 – Fortalecer institucionalmente municípios do polo os	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia ▪ Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos ▪ Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos ▪ Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas. ▪ Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas ▪ Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas ▪ Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas ▪ Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas. ▪ Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari ▪ Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas ▪ Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas ▪ Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas ▪ Instituir Legislação Municipal de Acessibilidade para todos os municípios do Polo, exceto Campo Grande.
--	---

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: ações previstas

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituir Conselho Municipal de Turismo em Dois Irmãos do Buriti ▪ Instituir Conselho Municipal de Turismo em Corguinho ▪ Instituir Conselho Municipal de Turismo em Sidrolândia ▪ Instituir Conselho Municipal de Turismo em Ribas do Rio Pardo ▪ Instituir Conselho Municipal de Turismo em Terenos. ▪ Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande ▪ Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul ▪ Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Jaraguari ▪ Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rochedo ▪ Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro ▪ Fortalecer o Fórum de Turismo da Região

Quadro 6 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: ações previstas

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
<p>E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo. ▪ Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo. ▪ Elaborar projeto de construção de UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, ▪ Construir UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti ▪ Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho ▪ Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari ▪ Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo ▪ Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro ▪ Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo ▪ Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia ▪ Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos ▪ Construir aterro sanitário em Corguinho ▪ Construir aterro sanitário em Jaraguari ▪ Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo ▪ Construir aterro sanitário em Rio Negro ▪ Construir aterro sanitário em Rochedo ▪ Construir aterro sanitário em Sidrolândia ▪ Construir aterro sanitário em Terenos ▪ Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho ▪ Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti ▪ Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari ▪ Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro ▪ Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo ▪ Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia ▪ Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos. ▪ Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti ▪ Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho ▪ Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari ▪ Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro ▪ Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rochedo ▪ Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos ▪ Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo ▪ Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo
--	---

Quadro 7 - GESTÃO AMBIENTAL: ações previstas

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
E.1 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisar o arcabouço legal do Meio Ambiente dos municípios do Polo. ▪ Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental. ▪ Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental. ▪ Elaborar Agenda 21 regional.
E.2 - Implantar sistema de Gestão Ambiental no Polo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Dois Irmãos do Buriti ▪ Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Corguinho ▪ Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rochedo ▪ Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rio Negro ▪ Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Nova Alvorada do Sul ▪ Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Ribas do Rio Pardo ▪ Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Terenos. ▪ Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande ▪ Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari ▪ Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sidrolândia. ▪ Implantar projeto Caminhos do Futuro do Ministério do Turismo nos municípios do Polo. ▪ Elaborar Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo. ▪ Implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos
E.3 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ▪ Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

1.2 – Relação das estratégias com as ações e objetivos

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	
SWOT	<p>1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO</p> <p>Forças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Grande número de recursos turísticos naturais; 2. Diversidade de segmentos turísticos potenciais <p>Fraquezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Inventário desatualizado 2. Segmentação turística não identificada, organizada e explorada.
Estratégia	E.1 – ESTRUTURAR OS ATRATIVOS TURÍSTICOS
Ação	<p>1 - Atualizar o inventário turístico da região</p> <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das Políticas Públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para comercialização.
Justificativa	O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo. Neste sentido, esta ação tem como objetivo promover o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. A Região não dispõe deste levantamento atualizado. O único inventário existente é de 1999/2000 por ocasião do PDTUR – Plano de Desenvolvimento do Turismo
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em inventariação e estruturação das informações em Banco de Dados contendo: Identificação dos recursos e dos atrativos da região; ordenação, normatização e regulação da atividade turística, garantindo segurança e conforto aos turistas; Garantia de uma exploração sustentável dos recursos naturais; Apoio à melhoria da infraestrutura existente; aprimoramento do planejamento, da implementação e da execução das políticas públicas voltadas para o turismo; aprimoramento dos produtos turísticos para a comercialização.
Produtos	Banco de Dados ativo com todas as informações dos produtos e atrativos da região
Resultados	Informações confiáveis para elaboração de Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento do turismo na região, possibilitando melhor direcionamento das políticas públicas.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO
	Fraquezas
	Falta de controle de visitação nos atrativos
Estratégia	E.1 – ESTRUTURAR OS ATRATIVOS TURÍSTICOS
Ação	2 - Elaborar estudos de capacidade de carga dos produtos turísticos.

Detalhamento das ações

Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.
Justificativa	Os atrativos da região não dispõem de estudos de capacidade de carga, por este motivo se propõe elaborar um estudo que contemple a avaliação da situação atual das áreas exploradas, a determinação dos limites para a visitação, os indicadores de impacto e o sistema de monitoramento e manejo da visitação. Os resultados obtidos devem resultar em um conjunto de indicadores e parâmetros a serem consolidados em metodologia que possa ser replicada para outros empreendimentos. A Organização Mundial do Turismo (OMT) define Capacidade de Carga de empreendimentos turísticos como sendo o máximo de uso que se pode fazer deles sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada – esta ação está atrelada a métodos de identificação e avaliação de indicadores ambientais. Pretende-se fazer um estudo da capacidade de carga dos atrativos turísticos da região, e ao concluir tal estudo, colaborar para a minimização da degradação ambiental.
Produtos Resultados	Estudo de Capacidade de Carga elaborado. Melhor planejamento de visitação nos atrativos, e seleção das áreas de visitação.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO
	Fraquezas
	Falta de controle de visitação nos atrativos
Estratégia	E.1 – ESTRUTURAR OS ATRATIVOS TURÍSTICOS
Ação	3 - Implantar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos. Detalhamento das ações
Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.
Justificativa	Os atrativos da região não dispõem de estudos de capacidade de carga, por este motivo se propõe elaborar um estudo que contemple a avaliação da situação atual das áreas exploradas, a determinação dos limites para a visitação, os indicadores de impacto e o sistema de monitoramento e manejo da visitação. Os resultados obtidos devem resultar em um conjunto de indicadores e parâmetros a serem consolidados em metodologia que possa ser replicada para outros empreendimentos. A Organização Mundial do Turismo (OMT) define Capacidade de Carga de empreendimentos turísticos como sendo o máximo de uso que se pode fazer deles sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local
Descrição da Ação	Implantação do controle da capacidade de carga nos empreendimentos turísticos, de acordo com o documento de Capacidade de Carga. A implantação no caso de atrativos particulares fica a cargo do empresário e dos atrativos públicos na responsabilidade dos organismos de turismo. Esta ação será objeto de contínuo monitoramento por parte dos órgãos oficiais de turismo e meio ambiente.
Produtos Resultados	Termo de aplicação dos estudos de capacidade de carga. Melhor planejamento de visitação nos atrativos, e seleção das áreas de visitação.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Fraquezas
Estratégia	Pequena quantidade de empreendimentos cadastrados no MTur E.1 – ESTRUTURAR OS ATRATIVOS TURÍSTICOS
Ação	4 - Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a lei geral do turismo no sistema CADASTUR
	Detalhamento das ações
Objetivo	Promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.
Justificativa	O CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, executado pelo MTur em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação. O Sistema recebe cadastros obrigatórios dos prestadores de serviços turísticos das seguintes atividades: • Meios de Hospedagem (albergue, condo-hotel, <i>flat</i> , hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, <i>resort</i> e cama & café)• Agências de Turismo• Transportadoras Turísticas• Organizadoras de Eventos• Parques Temáticos• Acampamentos Turísticos• Guias de Turismo. De acordo com o diagnóstico, nem todos os empreendimentos estão cadastrados na região.
Descrição da Ação	Cabe ao órgão oficial de turismo do Estado a realização desta ação delegada do Ministério do Turismo, prestando orientação, cadastrando e após a regulamentação da LEI GERAL DO TURISMO, promover a fiscalização e a aplicação das sanções necessárias nos empreendimentos turísticos.
Produtos Resultados	Cadastro ativo no SISTEMA CADASTUR do Ministério do Turismo. As empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas estão aptas a participarem de eventos de promoção e comercialização promovidos pela Fundação de Turismo do estado, além comporem o banco de informações dos Centros de Informações Turísticas.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Forças 1. Grande número de recursos turísticos naturais; 2. Diversidade de segmentos turísticos potenciais Fraquezas Segmentação turística não identificada, organizada e explorada
Estratégia	E.1 – ESTRUTURAR OS ATRATIVOS TURÍSTICOS
Ação	5 - Segmentar a oferta turística da região ordenando e consolidando cada segmento.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico, incentivar aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização.
Justificativa	A segmentação constitui uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. A segmentação da oferta da região propiciará o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos existentes no Polo, de modo a dar identidade aos produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade e aumentar e diversificar a oferta turística. Esta ação visa agregar mais valor e competitividade aos produtos, facilitando o processo de comercialização e identidade da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em segmentação turística e planejamento turístico é a base para a construção dos roteiros.
Produtos	Documento referencial construído e em condições de subsidiar a formatação de roteiros
Resultados	Identificação de Nichos de Negócios. Melhor direcionamento para a promoção e Comercialização dos produtos da região favorecendo a consolidação do destino turístico.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Forças Existência do Sistema “S” – SEBRAE e SENAC Fraquezas Ausência de uma política integrada dos segmentos de eventos e negócios e lazer facultando a permanência dos turistas na região
Estratégia	E.2 - INCENTIVAR O AUMENTO DE PRODUTOS E ROTEIROS DE QUALIDADE NA REGIÃO
Ação	1 - Ampliar a atuação do <i>trade</i> na região
	Detalhamento das ações
Objetivo	Ampliar parcerias comerciais e fortalecer os COMTUR´s
Justificativa	A região turística não dispõe de roteiros formatados com qualidade comercial, exceto o município de Campo Grande enquanto portal de entrada e enquanto sede de eventos. É fundamental para o desenvolvimento do turismo que a região possa fornecer atividades inovadoras, diversificadas de maneira a atrair e reter turistas. O <i>trade</i> da região encontra-se concentrado em Campo Grande. Nos demais municípios não há associação de hotéis, pousadas, restaurantes e nem agências de viagens e operadoras turísticas. Esta ação visa interiorizar as associações existentes, criando braços nos demais municípios da região, como forma inclusive de fortalecer os Conselhos de Turismo.
Descrição da Ação	Promover reuniões com as entidades representativas do turismo e o empresariado atuante no setor, apresentando cada destino turístico da região, suas potencialidades e suas estruturas operacionais, visando sensibilizá-los para que se organizem em associações representativas, fortalecendo assim o segmento e o destino turístico.
Produtos	Reuniões de sensibilização
Resultados	Espera-se que com esta ação os COMTUR´s passem a ter uma representação mais efetiva do setor, que os segmentos de prestação de serviços se organizem promovendo maiores reivindicações; que as relações públicas e privadas sejam amadurecidas e fortalecidas.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	<p>1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO</p> <p>Forças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Grande número de recursos turísticos naturais; 2. Diversidade de segmentos turísticos potenciais 3. Ambiente natural conservado e diversificado 4. Reativação do Trem do Pantanal 5. Portal de entrada do estado 6. Campo Grande integra os principais roteiros turísticos de Bonito e Pantanal 7. Vários Patrimônios culturais tombados, por exemplo: Morada dos Baís; Obelisco, Museu José Antonio Pereira, Conjunto dos Ferroviários, Colégio Oswaldo Cruz, Igreja de São Benedito, dentre outros. 8. Rica Gastronomia, existência de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas); <p>Fraquezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de roteiros integrados na região 2. Ausência de uma política integrada dos segmentos de eventos e negócios e lazer facultando a permanência dos turistas na região 3. Não utilização da produção local – gastronomia e artesanato no turismo.
Estratégia	E.2 - INCENTIVAR O AUMENTO DE PRODUTOS E ROTEIROS DE QUALIDADE NA REGIÃO
Ação	2 - Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializar a competitividade dos produtos turísticos da região.
Justificativa	A região turística não dispõe de roteiros formatados com qualidade comercial, exceto o município de Campo Grande enquanto portal de entrada e enquanto sede de eventos. É fundamental para o desenvolvimento do turismo que a região possa fornecer atividades inovadoras, diversificadas de maneira a atrair e reter turistas. A produção associada ao turismo – artesanato, cultura, folclore, artes, gastronomia é muito pouco explorada no turismo. Esta ação visa fomentar estes eixos na interface com o turismo
Descrição da Ação	A partir da identificação dos produtos com potencial de associação ao turismo, contratar empresa especializada para desenvolver um plano de utilização adequada desta produção que deve trabalhar a associação da imagem do turismo aos produtos de reconhecimento identificados, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.
Produtos	Documento - Plano de Produtos associados ao turismo com potencial de agregação de valor ao produto – forma de estruturação e utilização
Resultados	Dar maior visibilidade ao turismo da região, favorecendo sua consolidação como destino turístico.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	<p>1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO</p> <p>Forças</p> <p>9. Grande número de recursos turísticos naturais;</p> <p>10. Diversidade de segmentos turísticos potenciais</p> <p>11. Ambiente natural conservado e diversificado</p> <p>12. Reativação do Trem do Pantanal</p> <p>13. Portal de entrada do estado</p> <p>14. Campo Grande integra os principais roteiros turísticos de Bonito e Pantanal</p> <p>15. Vários Patrimônios culturais tombados, por exemplo: Morada dos Baís; Obelisco, Museu José Antonio Pereira, Conjunto dos Ferroviários, Colégio Oswaldo Cruz, Igreja de São Benedito, dentre outros.</p> <p>16. Rica Gastronomia, existência de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas);</p> <p>Fraquezas</p> <p>4. Ausência de roteiros integrados na região</p> <p>5. Ausência de uma política integrada dos segmentos de eventos e negócios e lazer facultando a permanência dos turistas na região</p> <p>6. Não utilização da produção local – gastronomia e artesanato no turismo.</p>
Estratégia	E.2 - INCENTIVAR O AUMENTO DE PRODUTOS E ROTEIROS DE QUALIDADE NA REGIÃO
Ação	3 - Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas
	Detalhamento das ações
Objetivo	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo
Justificativa	A região turística não dispõe de roteiros formatados com qualidade comercial, exceto o município de Campo Grande enquanto portal de entrada e enquanto sede de eventos. É fundamental para o desenvolvimento do turismo que a região possa fornecer atividades inovadoras, diversificadas de maneira a atrair e reter turistas.
Descrição da Ação	Realizar viagens exploratórias e <i>famtur</i> com as operadoras para que elas orientem o empresário e formatem novos roteiros inserindo novos atrativos e produtos e coloquem estes produtos nas prateleiras do Mato Grosso do Sul
Produtos	Relatório comercial emitido pelas operadoras sobre cada empreendimento visitado, com plano de melhorias dentro do ponto de vista comercial.
Resultados	Novos roteiros da região na prateleira do Mato Grosso do Sul

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO Fraquezas
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de Programa de certificação ou de melhoria contínua para os empreendimentos turísticos; 2. Pulverização de recursos para qualificação 3. Ausência de uma política de qualificação para a região; 4. Carência de qualificação na rede hoteleira e de restaurante, principalmente nos municípios do interior
Estratégia	E.3 - QUALIFICAR OS PRODUTOS, ROTEIROS E DESTINOS TURÍSTICOS, COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE, QUALIDADE E COMPETITIVIDADE.
Ações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental. 2. Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos.

Detalhamento das ações

Objetivo	<p>Promover a qualidade, da oferta turística do Polo, considerando a satisfação do turista, a preservação do território e a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos.</p> <p>Referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico, sendo disseminado como ferramenta da busca pela excelência na prestação dos serviços.</p>
Justificativa	<p>A qualidade dos produtos turísticos está associada à qualificação dos serviços prestados e ao padrão de qualidade desejado, que deve estar referenciado na satisfação dos consumidores e nos pressupostos do turismo sustentável, o que implica estabelecer uma política que estimule a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos serviços prestados, principalmente no que tange a regularização dos empreendimentos de turismo.</p> <p>Os processos de certificação do turismo cumprem uma valiosa função na identificação da sustentabilidade da atividade por estimular maior responsabilidade e competitividade para o mercado.</p>
Descrição das ações	<p>Realizar levantamento com o intuito de suprir o IMASUL de dados destes empreendimentos, com um retrato daqueles empreendimentos que estão operando com e sem licença, quantos estão em processo de licenciamento e qual o tipo de licença (LP, LI, LO) tendo como resultado o controle a fiscalização e o monitoramento, evitando danos a paisagem, degradação e poluição dos recursos naturais.</p>

Realização de estudos, diagnósticos de impacto e pesquisas de demanda por certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; realização de promoção e disseminação de informações referentes às boas práticas e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico; elaboração e revisão de normas técnicas que contemplem requisitos mínimos de empreendimentos, equipamentos, produtos e competência profissional do setor turístico; avaliação e certificação de empreendimentos, equipamentos, produtos e profissionais do setor turístico.

Como ferramenta de *marketing* para serviços ou atividades relacionadas ao turismo, a criação de um Selo de Turismo, proporcionará credibilidade internacional aos roteiros oferecidos. Isso se deve à relação e ao compromisso da qualidade do produto e de seus serviços com os mecanismos de valorização dos atrativos nacionais, de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações anfitriãs.

Produtos

Levantamento dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental.

Resultados

Mecanismos de certificação dos produtos turísticos criados

Empreendimentos turísticos regularizados quanto ao licenciamento ambiental e Selo de qualidade no turismo criado e implantado.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS Fraquezas 1. Pouco investimento empresarial em melhoria dos equipamentos turísticos
Estratégia	E.4 - INCENTIVAR INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA TURÍSTICA
Ação	1. Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos. Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer o turismo rural da região
Justificativa	Os investimentos em equipamentos turísticos encontram-se centralizados em Campo Grande. As ações propostas visam descentralizar estes investimentos criando, melhorando e ampliando a oferta turística da região, ampliando a utilização das fazendas como espaço para o turismo.
Descrição da Ação	Realizar seminários técnicos, ciclo de debates e palestras sobre o turismo, suas vantagens e formas de exploração, visando sensibilizar o empresário rural a explorar a atividade turística com diferencial de mercado.
Produtos Resultados	Empreendimentos rurais com diferencial competitivo de mercado. Aumento na quantidade de atrativos turísticos organizado na região.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.4 - INCENTIVAR INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA TURÍSTICA
Ação	2. Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Estimular os proprietários de fazendas potencialmente turísticas, a investirem em suas propriedades e disponibilizá-las ao uso turístico, concomitante a isso, realizar levantamento das instituições de crédito e respectivas linhas de financiamento, no sentido de torná-las acessíveis aos empreendedores regionais, tendo em vista suas condições econômicas, democratizando o crédito.
Justificativa	Um aspecto que merece ser destacado para manter a consolidação do turismo é a ampliação da rede de incentivos aos negócios empresariais. Mais recentemente, as linhas tradicionais de financiamento de longo prazo contemplaram algumas atividades turísticas, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos, empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental, hotéis que obtenham a Certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem, micro ou pequena empresa do ramo turístico. Isso se deve em grande parte em função de que o Brasil ficará no centro das atenções esportivas na próxima década, pois sediará a Copa Mundial de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016. É importante que os empresários da região de Campo Grande possam ser sensibilizados, capacitados e apoiados para captar recursos dessas fontes e aproveitar o momento ímpar que as instituições de financiamento oferecem ao setor turístico. É uma oportunidade real de expansão dos negócios, no Estado de Mato Grosso do Sul. Mas o mais importante é que se promovam e desenvolvam empresas relacionadas ao setor turístico. Nesse sentido, é essencial que se produzam estudos que orientem as decisões empresariais e as áreas que as políticas públicas devem concentrar esforços de apoio.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para elaboração do Programa de Incentivos com foco em resultados.
Produtos	Criação de Leis de incentivos turísticos para a região
Resultados	Política de incentivos regional, estimulando o investimento privado na região, atraindo novos empreendimentos bem como melhorando as infraestruturas existentes.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO
Estratégia	E.5 – QUALIFICAR RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO.
Ação	1 - Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Identificar a real demanda por qualificação no setor
Justificativa	A região turística tem recebido capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para a realização dos seguintes processos: levantamento da demanda, da oferta e cruzamento das oportunidades, identificação de solução para os gargalos e elaboração de metodologia e Plano final.
Produtos	Plano de Qualificação para a região
Resultados	Plano conforme a demanda e não de acordo com a oferta de cursos que as entidades possam realizar. Metodologia adequada, considerando as especificidades da região.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – Estratégia de Produto Turístico
Estratégia	E.5 – QUALIFICAR RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO.
Ação	2- Implantar Programa de Qualificação
	Detalhamento das ações
Objetivo	Melhorar a mão de obra do setor, com a inserção de portadores de necessidades especiais.
Justificativa	A região turística tem recebido capacitações de órgãos como SEBRAE e SENAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.
Descrição da Ação	Contratação de empresas/entidades do terceiro setor e universidades para a realização das capacitações
Produtos	Pessoal capacitado
Resultados	Prestação de serviços com profissionalismo.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO
Estratégia	E.5 – QUALIFICAR RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO.
Ação	3 - Implantar programas de Capacitação pública em turismo.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Ampliar as ações de organização do turismo local, criando o programa “Turismo e sua Interface no setor Público”.
Justificativa	O turismo apesar de se tratar de uma atividade que de acordo como Ministério do Turismo permeia 52 atividades, este entendimento não é visível dentro da região. As estruturas do turismo são fragilizadas e não há interface com as outras áreas como: meio ambiente, cultura e planejamento, ordenamento urbano e obras. Esta ação visa fortalecer agentes públicos atuantes no turismo para que os mesmo sejam capacitados nos conceitos e princípios da atividade e possam realizar suas ações do cotidiano com maior segurança, interagindo com as demais pastas administrativas.
Descrição da Ação	Parceria com universidades para desenvolvimento de cursos de especialização para agentes públicos em turismo
Produtos	Recursos humanos do setor público com qualificação no turismo.
Resultados	Elaboração de orçamentos anuais e plurianuais com dotação orçamentária para o turismo e metas físicas integradas com as demais pastas administrativas. Elaboração de projetos para captação de recursos em outras fontes como: Ministérios, fundações, empresas, etc.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL e 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO
Estratégia	E.6 IMPLANTAR SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DO POLO
Ação	1 – Elaborar projeto de sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística no Polo, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo. 2 - Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística no Polo, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.
	Detalhamento das ações
Objetivo	Monitorar a economia do turismo - fluxo, permanência, gastos e perfil dos turistas; empregos gerados e as condições ambientais dos empreendimentos e as condições da infraestrutura básica e de serviços de atendimento ao turista e à comunidade.
Justificativa	O Polo turístico Campo Grande e Região, não dispõem de informações adequadas e organizadas que favoreçam a tomada de decisão, a implantação de políticas e legislações e que oriente o empresariado em suas decisões estratégicas. Assim é fundamental a implantação de um sistema gerencial que atenda as necessidades de cada município e da região como um todo. Este sistema propiciará a inter-relação entre o turismo, o meio ambiente, os serviços básicos ofertados e suas condições.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada visando, em conjunto com o órgão municipal: Instituir metodologias, produzir, disseminar e promover articulação com instituições estaduais e nacionais visando consolidar um Sistema Gerencial de Informações Turísticas.
Produtos Resultados	Sistema com tecnologia avançada para tomada de decisão. Decisões tomadas e direcionadas para os reais anseios e necessidades da região; Boletim Econômico do Turismo; Mecanismos de controle e uso dos atrativos; Dados sobre o Perfil do turista, Fluxo, permanência e gastos; Melhoria no processo de atração de investimentos e investidores; Melhoria na capacidade de fiscalização para os órgãos oficiais de turismo e meio ambiente.

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.7 – IMPLANTAR SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO
Ação	1 - Elaborar projeto de sinalização turística para o polo.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Orientar turistas. Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.
Justificativa	A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas, rurais e das principais rodovias de entradas e saídas de turistas
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico estabelecendo uma comunicação visual que retrate os ícones da região.
Produtos	Projeto Técnico de sinalização turística
Resultados	Maior orientação e segurança para os turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.7 – IMPLANTAR SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO
Ação	2 - Executar o projeto de sinalização turística para o polo
Detalhamento das ações	
Objetivo	Orientar turistas. Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.
Justificativa	A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas, rurais e das principais rodovias de entradas e saídas de turistas
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para execução das obras de sinalização nas rodovias de acordo com o projeto técnico elaborado.
Produtos	Sinalização turística implantada
Resultados	Maior orientação e segurança para os turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.8 - IMPLANTAR POSTOS/CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Ação	1 - Elaborar projeto para instalação do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro. Detalhamento das ações
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Os três municípios se encontram ao longo da mesma estrada e não dispõem de nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.
Produtos	Projeto técnico de engenharia
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.8 - IMPLANTAR POSTOS/CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Ação	2. Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista em Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro. Detalhamento das ações
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Os três municípios se encontram ao longo da mesma estrada e não dispõem de nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução das obras.
Produtos	Centro de Atendimento ao Turista concluído
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.8 - IMPLANTAR POSTOS/CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Ação	3- Elaborar projeto do CAT– Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá Detalhamento das ações
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Existe um grande fluxo na BR 163, interligando Campo Grande e Cuiabá e nesta importante saída, não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.
Produtos	Projeto técnico de engenharia
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.8 - IMPLANTAR POSTOS/CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Ação	4 - Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá
Detalhamento das ações	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Existe um grande fluxo na BR 163, interligando Campo Grande e Cuiabá e nesta importante saída, não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução das obras.
Produtos	Centro de Atendimento ao Turista concluído
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.8- IMPLANTAR POSTOS/CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Ação	5- Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia
Detalhamento das ações	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Na saída para Sidrolândia não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.
Produtos	Projeto técnico de engenharia
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.8 - IMPLANTAR POSTOS/CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Ação	6- Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia
Detalhamento das ações	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	Na saída para Sidrolândia não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em construção civil para execução das obras.
Produtos	Centro de Atendimento ao Turista concluído
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.8 - IMPLANTAR POSTOS/CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Ação	7 – Adquirir mobiliários e equipamentos para instalação dos serviços de atendimento ao turista na Estação de Indubrasil Detalhamento das ações
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes.
Justificativa	A Estação de Indubrasil vem sendo muito utilizada por turistas que compram o passeio do Trem do Pantanal e também é local de visitação turística e no local não há nenhum espaço organizado para a divulgação do turismo na região.
Descrição da Ação	Aquisição de mobiliários e equipamentos para divulgação do turismo da região e prestação de informações aos turistas.
Produtos	Centro de Atendimento ao Turista operante
Resultados	Maior orientação aos turistas

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 - ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	1 - Elaboração de materiais promocionais do Polo para os diversos públicos alvo: investidores, turistas, empreendedores, parceiros e habitantes locais. Detalhamento das ações
Objetivo	Dar visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região, bem como atrair investidores.
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa criar instrumentos diferenciados para divulgar a região de acordo com os objetivos pretendidos.
Descrição da Ação	Contratação de Agência de propaganda pra criação de layout, de foco e impressão de materiais de divulgação.
Produtos	Material de divulgação para atrair investidores; Material para divulgar a região no estado Material para divulgar a região em feiras e eventos nacionais e internacionais.
Resultados	Participação em feiras e eventos e abordagem de empresários que queiram investir na região de forma profissionalizada.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	2 - Fomentar o turismo interno.
Detalhamento das ações	
Objetivo	Dar maior visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.
Justificativa	Campo Grande recebe uma grande movimentação de pessoas pela sua própria condição de capital, onde se situa um comércio forte, uma rede de saúde qualificada, etc. Este público desconhece as atrações, potencialidades e diversidade turística de Campo Grande e principalmente dos demais municípios que compõem a região. Esta ação visa mostrar ao público Sul-Mato-Grossense o que a região dispõe em termos de lazer e entretenimento que possa estimular o turista a permanecer e conhecer a região.
Descrição da Ação	Contratação de agência para aplicar pesquisa na região, visando identificar quanto à população conhece e utiliza os atrativos e produtos turísticos da região e desenvolver campanha de divulgação do Polo turístico Campo Grande e Região junto ao consumidor final do estado.
Produtos	Pesquisa de percepção turística da região Formatação de campanha para o consumidor final do estado - Plano de Mídia
Resultados	Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	3 - Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil
	Detalhamento das ações
Objetivo	Dar maior visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa posicionar o destino no cenário, nacional, fazendo inicialmente que os recursos e atrativos sejam conhecidos e comercializados pelas operadoras e agências de viagem.
Descrição da Ação	Vai Brasil é uma parceira entre o Ministério do Turismo e o setor privado, por meio da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) e a Associação Brasileira das Agências de Viagens (Abav), além de hotéis, restaurantes e bares, companhias aéreas, locadoras, guias, visando promover pacotes turísticos a baixo custo.
Produtos	Pacotes comercializados no site Vai Brasil
Resultados	Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	4 - Intensificar o programa de captação de eventos
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer o <i>Convention & Visitors Bureau</i> de Campo Grande
Justificativa	O C&VB de Campo Grande é a entidade responsável pela captação de eventos em parceria com a Prefeitura municipal e com a Fundação de Turismo de MS. Os recursos da entidade para este fim vêm dos associados e a participação não é muito efetiva. Para que a entidade possa captar eventos é necessário que trabalhe com instrumentos profissionais que mostre a capacidade da região.
Descrição da Ação	Estabelecimento de parcerias entre as prefeituras municipais, a Fundação de Turismo de MS com o <i>Convention & Visitors Bureau</i> . Propiciando viagens de captação e participação em eventos. Atrair eventos para um núcleo significa apontar vantagens, suas características favoráveis à realização de eventos. A captação de eventos deve ser uma tarefa contínua, sendo fundamental uma estrutura técnico-administrativa e financeira organizada.
Produtos	Linha de argumentos para a defesa da região e elaboração de um sistema promocional para a região
Resultados	Equipamentos de eventos com agenda completa.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	5 - Intensificar campanhas promocionais, visando o aumento do fluxo turístico.

Detalhamento das ações

Objetivo	Dar visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa promover o destino Campo Grande e Região em mídia nacional
Descrição da Ação	Contratação de agência especializada para Elaboração de plano de mídia nacional sobre Campo Grande e Região
Produtos	Plano de Mídia para o consumidor final – plano nacional
Resultados	Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	6 - Participar de feiras e eventos regional, estadual, nacional e internacional.

Detalhamento das ações

Objetivo	Dar visibilidade a aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa de maneira sistemática a participação da região nos eventos de promoção e comercialização.
Descrição da Ação	Parceria com o órgão público estadual de turismo e empresários e entidades do setor para utilização dos espaços em conjunto nas feiras e eventos
Produtos	Relatório de negócios firmados nas viagens
Resultados	Maior número de turistas visitando a região.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	7 - Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares
	Detalhamento das ações
Objetivo	Dar maior visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região
Justificativa	A Região compõe os roteiros integrados dos dois principais destinos turísticos de Mato Grosso do Sul – Bonito e Pantanal e pode integrar diversos outros roteiros do país, principalmente por ocasião da COPA 2014 e Jogos Olímpicos 2016. Esta ação visa consolidar a região no país.
Descrição da Ação	Contratar empresa especializada para identificar os mercados consumidores dos produtos do Polo e elaborar campanhas em conjunto com outros destinos do estado e do país, visando incluir a região em roteiros consolidados de caráter nacional e internacional.
Produtos Resultados	Campanhas integradas Consolidar a região no turismo nacional. Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.1 - PROMOVER, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO, O DESTINO TURÍSTICO CAMPO GRANDE E REGIÃO, NO ÂMBITO LOCAL, REGIONAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.
Ação	8 - Realizar <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo
	Detalhamento das ações
Objetivo	Dar visibilidade à região, principalmente para os formadores de opinião de destinos turísticos – jornalistas especializados e operadores nacionais.
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa posicionar o destino no cenário regional, estadual, nacional e internacional, fazendo inicialmente que os recursos e atrativos sejam conhecidos e comercializados pelas operadoras e agências de viagem.
Descrição da Ação	Propiciar viagens aos operadores e jornalistas para conhecerem os atrativos e equipamentos da região para que tenham uma visão real dos atrativos culturais, arquitetônicos, culinários, entre outros aspectos.
Produtos Resultados	Matéria jornalística publicada e roteiros formatados Consolidar a região no turismo nacional. Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.2 - DEFINIR ESTRATÉGIAS E ELABORAR O PLANO DE <i>MARKETING</i>
Ação	1 - Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo

Detalhamento das ações

Objetivo	Obter maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do pólo turístico.
Justificativa	Organizar as diretrizes e estratégias de divulgação, promoção e comercialização do Polo Campo Grande e Região.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em <i>Marketing</i> Turístico.
Produtos	Plano de <i>Marketing</i> da Região
Resultados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano de <i>Marketing</i> elaborado possibilitando o aumento no número de turistas, da permanência e do gasto médio diário no Polo. 2. Definidas Políticas regionais de comercialização e Plano de Investimentos elaborado

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.2 - DEFINIR ESTRATÉGIAS E ELABORAR O PLANO DE <i>MARKETING</i>
Ação	2 - Implantar Plano de <i>Marketing</i> do Polo

Detalhamento das ações

Objetivo	Obter maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do pólo turístico.
Justificativa	Organizar as diretrizes e estratégias de divulgação, promoção e comercialização do Polo Campo Grande e Região.
Descrição da Ação	Implantação do Plano de <i>Marketing</i> , integrando os conselhos locais e o Fórum Regional de turismo.
Produtos	Implantação do Plano de <i>Marketing</i> da Região
Resultados	Promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada gerando a consolidação da região no turismo nacional. Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.3 - IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DO DESTINO CAMPO GRANDE E REGIÃO.
Ação	1 - Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial Detalhamento das ações
Objetivo	Ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial
Justificativa	A realização desta pesquisa de Demanda Real e Potencial visa identificar o perfil sócio-econômico dos turistas, além de avaliar os equipamentos turísticos e serviços disponíveis, principais motivações e interesses dos turistas que visitam o Polo turístico em questão, além de apontar as características de sua viagem, tais como: meios de hospedagem utilizados, gastos e tempo de permanência. Esta pesquisa busca, portanto, ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado, oferecendo informações que contribuam para o melhor conhecimento do mercado turístico brasileiro e também orientando os empresários a questões tão importantes quanto à melhoria dos seus produtos e serviços.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada para realização de pesquisa do perfil da demanda real e potencial para o Polo turístico Campo Grande e Região.
Produtos	Documento referencial – Pesquisa de demanda real e potencial
Resultados	Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO
Estratégia	E.3 - IMPLANTAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DO DESTINO CAMPO GRANDE E REGIÃO.
Ação	2 - Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos Detalhamento das ações
Objetivo	Orientar e avaliar as participações em feiras e eventos
Justificativa	São inúmeros os gastos praticados no processo de comercialização de um destino, por isso é importante ter um instrumento que propicie o acompanhamento e a avaliação dos resultados obtidos nas feiras e eventos. Atualmente na região, não há nenhum monitoramento do grau de sucesso obtido nas ações de comercialização, nem a curto, médio e longo prazo.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em comercialização e <i>marketing</i> para desenvolver sistema informatizado de comercialização. O objetivo geral é fazer com que a participação na promoção em eventos nacionais seja uma importante ferramenta na divulgação e apoio à comercialização do turismo da região.
Produtos	Sistema com tecnologia avançada de informação para orientar e avaliar a comercialização do destino
Resultados	Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Estratégia	E.1 - FORTALECER INSTITUCIONALMENTE OS MUNICÍPIOS DO POLO
Ação	<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande 2) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande 3) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho 4) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho 5) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti 6) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti 7) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari 8) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari 9) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul 10) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul 11) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo 12) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo 13) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro 14) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro 15) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo 16) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo 17) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia 18) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia 19) Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos 20) Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	<p>Fortalecer as estruturas e as atuações dos órgãos oficiais de turismo do Polo e, acima de tudo, fortalecer os municípios no que concerne a gestão do seu território, seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico.</p> <p>A comunidade passa a ter iniciativas que reflitam valores, estilos de vida e o lado forte do turismo.</p>

Justificativa	A gestão pública do turismo nos municípios da região encontra-se enfraquecida e, considerando que no turismo cabe à gestão pública o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que os órgãos relacionados ao turismo sejam fortalecidos com estruturas de pessoal técnico, equipamentos e condições de trabalho. É de fundamental importância que fique bem claro que este “fortalecimento” reflita o Polo, e não mais mostrando cada município separadamente e é imprescindível que a região esteja preparada para a aplicação das ações contempladas neste PDITS.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada em Fortalecimento Institucional para reestruturar os órgãos de turismo dos municípios do Polo, visando fortalecer a gestão dos órgãos públicos e dotar o corpo técnico destes setores de melhores condições, no sentido de desenvolver, implantar e fomentar as ações previstas pelo PRODETUR NACIONAL-MS, bem como dar prosseguimento ao planejamento turístico da região, após a aplicação do PDITS e os efeitos das ações implementadas.
Produtos Resultados	Estruturas de turismo definidas, com recursos e pessoal técnico. Municípios fortalecidos no que concerne à gestão pública para o turismo e do seu território seja em termos de administração pública como também de reafirmação do lugar como destino turístico.

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	5 – GESTÃO AMBIENTAL; 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.
Estratégia	E.1 - FORTALECER INSTITUCIONALMENTE OS MUNICIPIOS DO POLO
Ação	21. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas. 22. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas 23. Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas

Detalhamento das ações

Objetivo	Orientar o desenvolvimento da atividade turística, através da revisão dos Planos Diretores Participativos existentes inserindo diretrizes para o ordenamento turístico.
Justificativa	No Polo turístico em questão, o Plano Diretor Participativo devidamente constituído existe nos seguintes municípios. Campo Grande, Sidrolândia e Terenos; em contratação em Ribas do Rio Pardo. Entretanto estes planos não dispõem de diretrizes específicas para o turismo. Esta ação tem por finalidade a revisão dos planos existentes inserindo em seu conteúdo diretrizes turísticas para o ordenamento da atividade.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada na revisão de Plano Diretor Participativo.
Produtos Resultados	Plano Diretor Participativo com diretrizes turísticas Maior orientação para desenvolvimento da atividade turística e legislações pertinentes

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	5 – GESTÃO AMBIENTAL; 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.
Estratégia	E.1 - FORTALECER INSTITUCIONALMENTE OS MUNICÍPIOS DO POLO
Ação	<p>24. Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas</p> <p>25. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas.</p> <p>26. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari</p> <p>27. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas</p> <p>28. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas</p> <p>29. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas</p> <p>30. Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas</p> <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Apoiar as Administrações Municipais na implementação dos seus respectivos Planos Diretores Participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.
Justificativa	O Plano Diretor Participativo de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do Município no que concerne o ordenamento físico-territorial e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal e das diretrizes de desenvolvimento urbano sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuições do município, prevista na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribuem ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada na elaboração de Plano Diretor participativo, com diretrizes turísticas.
Produtos	Plano Diretor Participativo com diretrizes turísticas
Resultados	Maior orientação para desenvolvimento da atividade turística e legislações pertinentes

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	5 – GESTÃO AMBIENTAL; 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS.
Estratégia	E.1 - FORTALECER INSTITUCIONALMENTE OS MUNICÍPIOS DO POLO
Ação	31 - Instituir legislação municipal de acessibilidade para todos os municípios do Polo, exceto Campo Grande. Detalhamento das ações
Objetivo	Promover acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
Justificativa	A falta de acesso para portadores de deficiência física nas vias públicas, cinemas, boates, <i>shopping centers</i> e, especialmente, em hotéis e restaurantes inibe a sua participação no setor de turismo e no mercado em geral. Essa falta de condições adequadas a esse consumidor gera prejuízos, afetando a economia, desde a arrecadação de impostos até o lucro das empresas.
Descrição da Ação	Contratação de empresa especializada. A expectativa é a construção de um Programa Municipal de Acessibilidade com normas e critérios para sua efetiva implementação.
Produtos	Programa Municipal de Acessibilidade
Resultados	Inclusão social dos portadores de necessidades especiais aos serviços turísticos

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Estratégia	E.2 - FORTALECER AS RELAÇÕES ENTRE O PODER PÚBLICO, INICIATIVA PRIVADA E SOCIEDADE CIVIL.
Ação	1. Instituir Conselho Municipal de Turismo em Dois Irmãos do Buriti 2. Instituir Conselho Municipal de Turismo em Corguinho 3. Instituir Conselho Municipal de Turismo em Sidrolândia 4. Instituir Conselho Municipal de Turismo em Ribas do Rio Pardo 5. Instituir Conselho Municipal de Turismo em Terenos. Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecimento do COMTUR e criação do Fundo Municipal de Turismo.
Justificativa	A região não dispõe de COMTUR em todos os municípios do Polo turístico e as atividades do Fórum Regional requerem maior dinamismo e estruturação para desempenhar seu importante papel na interlocução e desenvolvimento do turismo.
Descrição da Ação	Em parceria com o Ministério do Turismo e o órgão oficial de turismo do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim.
Produtos	Plano de ação do COMTUR constituído; Câmaras temáticas ativas e Fundo municipal de Turismo ativo.
Resultados	Instância local e regional fortalecidos para implementar políticas de desenvolvimento do turismo

COMPONENTE 3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Estratégia	E.2 - FORTALECER AS RELAÇÕES ENTRE O PODER PÚBLICO, INICIATIVA PRIVADA E SOCIEDADE CIVIL.
Ação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande 2. Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul 3. Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Jaraguari 4. Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rochedo 5. Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro 6. Fortalecer o Fórum de Turismo da Região <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Fortalecimento das Instâncias de Governança do Polo
Justificativa	As atividades do Fórum Regional e dos Conselhos municipais requerem maior dinamismo e estruturação para desempenhar seu importante papel na interlocução e desenvolvimento do turismo.
Descrição da Ação	Em parceria com o Ministério do Turismo e o órgão oficial de turismo do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim.
Produtos	Plano de ação do COMTUR constituído; Câmaras temáticas ativas e Fundo municipal de Turismo ativo.
Resultados	Instância local e regional fortalecidos para implementar políticas de desenvolvimento do turismo

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E1 – IMPLANTAR E /OU APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA DO POLO
Ações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo. <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Atender a necessidade de redução e combate as perdas de água.
Justificativa	Apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água serem bons, é imprescindível promover melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas de água. O atendimento a população flutuante principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável.
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para elaboração de plano de redução do índice de perda na distribuição de água potável. É importante ressaltar que neste plano deverá conter além de medidas operacionais, medidas educativas para a população local.
Produtos	Projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios.
Resultados	Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do Polo, bem como, servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região considerando sua utilização e formas de preservação.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.1 – IMPLANTAR E /OU APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA DO POLO
Ações	2. Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo. Detalhamento das ações
Objetivo	Atender a necessidade de redução e combate as perdas de água.
Justificativa	Apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água serem bons, é imprescindível promover melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas de água. O atendimento a população flutuante principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável.
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para implantação do plano de redução do índice de perda na distribuição de água potável.
Produtos	Projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios.
Resultados	Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do Polo, bem como, servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região considerando sua utilização e formas de preservação.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.1 – IMPLANTAR E /OU APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA DO POLO
Ações	<ol style="list-style-type: none"> 3. Elaborar projeto de construção de UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti 4. Construir UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti 5. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho 6. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari 7. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo 8. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro 9. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo 10. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia 11. Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos 12. Construir aterro sanitário em Corguinho 13. Construir aterro sanitário em Jaraguari 14. Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo 15. Construir aterro sanitário em Rio Negro 16. Construir aterro sanitário em Rochedo 17. Construir aterro sanitário em Sidrolândia 18. Construir aterro sanitário em Terenos <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.
Justificativa	<p>As gestões municipais têm se preocupado com a geração e deposição final dos resíduos sólidos em suas sedes, pois estes serviços se alteram e em alta temporada esta demanda é duplicada. Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado.</p> <p>Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado para deposição, é preciso considerar desde a origem deste descarte até seu destino final.</p> <p>Todo este processo deve ser realizado juntamente com um programa de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.</p>
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para execução das obras de instalação de UPL e aterro sanitário.
Produtos	Instalação de UPL e Construção de Aterro sanitário
Resultados	Melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos.

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.1 – IMPLANTAR E /OU APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA DO POLO
Ações	<p>19. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho</p> <p>20. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti</p> <p>21. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari</p> <p>22. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro</p> <p>23. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo</p> <p>24. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia</p> <p>25. Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos.</p> <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante nos municípios.
Justificativa	<p>Investir em esgoto pode significar um grande salto de qualidade de vida para os municípios, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das modernas empresas cada vez mais comuns nessa era da “globalização”.</p> <p>Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação!</p> <p>Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Assim: ao levar a rede de abastecimento d’água para uma população, o poder público está implantando “mini-fábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.</p>
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico de esgotamento sanitário para os municípios com soluções inovadoras
Produtos	Projeto técnico
Resultados	Melhoria no sistema de saneamento dos municípios

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.1 – IMPLANTAR E /OU APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA DO POLO
Ações	<p>26. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti</p> <p>27. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho</p> <p>28. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari</p> <p>29. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro</p> <p>30. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rochedo</p> <p>31. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia</p> <p>32. Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos</p> <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante da região
Justificativa	<p>Investir em esgoto pode significar um grande salto para o município, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das modernas empresas cada vez mais comuns nessa era da “globalização”. Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação!</p> <p>Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Assim: ao levar a rede de abastecimento d’água para uma população, o poder público está implantando “mini-fábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.</p>
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada para execução das obras de esgotamento sanitário
Produtos	Instalação de rede de esgoto
Resultados	Melhoria em todo o sistema de saneamento

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.1 – IMPLANTAR E /OU APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA DO POLO
Ações	33. Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo 34. Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo
	Detalhamento das ações
Objetivo	Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante do polo
Justificativa	Investir na ampliação da rede de esgoto e no seu monitoramento pode significar um grande salto de qualidade de vida para os municípios do polo, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das empresas que poderão dinamizar a atividade turística. Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação! Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Assim: ao levar a rede de abastecimento d'água para uma população, o poder público está implantando “mini-fábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.
Descrição das ações	Contratação de empresa especializada na elaboração de programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário
Produtos	Programa de monitoramento da rede de esgoto
Resultados	Melhoria no sistema de saneamento do polo

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM AMBIENTES NATURAIS.
Ação	1) Revisar o arcabouço legal do Meio Ambiente dos municípios do Polo. Detalhamento das ações
Objetivo	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo à luz da política e de diretrizes municipais para o setor.
Justificativa	<p>O Código Municipal de Meio Ambiente hoje em vigor nos municípios de modo geral apresentam-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo Plano Estratégico de Gestão. Assim, torna-se necessária a análise do conteúdo do Código e a sua adequação, o que demandará a contratação de consultoria especializada, com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e a necessária contribuição dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.</p> <p>No Polo o Marco Legal e Institucional é ineficiente, a legislação do turismo ainda é incipiente deixando muitas lacunas a serem preenchidas neste setor. Percebe-se que é preciso criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente, considerando que os instrumentos legais instituídos são restritos e esparsos, ou seja, inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas nos municípios, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedades municipais.</p>
Descrição da Ação	Trata-se de proceder à revisão do Código Municipal de Meio Ambiente tendo por base o Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental a ser elaborado, conforme E3, Ação nº. 02 do COMPONENTE 5 – G.Ambiental.
Produtos	Código Municipal de Meio Ambiente readequado de acordo com as necessidades locais.
Resultados	Eficiência na legislação ambiental

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – ESTABELECEER CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM AMBIENTES NATURAIS.
Ação	2-Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
Descrição da Ação	<p>Elaboração de Plano Estratégico de Gestão Ambiental. Os serviços a serem prestados deverão incluir o cumprimento, dentre outras, das seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável; ▪ Mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA's e a comunidade local; sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano; ▪ Criação de instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público; <p>As orientações e indicações constantes do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental assim elaborado constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação dos poderes públicos municipais por meio do Núcleo de Meio Ambiente e para a elaboração e implantação da Agenda 21 local.</p>
Produtos	Plano Estratégico de Gestão Ambiental do Polo turístico Campo Grande e Região.
Resultados	Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – ESTABELECEER CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM AMBIENTES NATURAIS.
Ação	3- Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental
	Detalhamento das ações
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
Descrição da Ação	Implantar o Plano Estratégico de Gestão Ambiental. Os serviços a serem prestados deverão incluir o cumprimento, dentre outras, das seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável; ▪ Mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA's e a comunidade local; sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano; ▪ Criação de instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público; <p>As orientações e indicações constantes do Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental assim elaborado constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação dos poderes públicos municipais por meio do Núcleo de Meio Ambiente e para a elaboração e implantação da Agenda 21 local.</p>
Produtos	Plano Estratégico de Gestão Ambiental do Polo turístico Campo Grande e Região implantado
Resultados	Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.1 – ESTABELECEER CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM AMBIENTES NATURAIS.
Ação	4 - Elaborar Agenda 21 regional.

Detalhamento das ações

Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.
Descrição da Ação	Para a elaboração da Agenda 21 da região poderão ser utilizadas as ações propostas no Passo-a-Passo da Agenda 21 Local disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente. Mobilizar um grupo de trabalho composto por agentes internos à administração municipal e representante da sociedade e cumprir as seguintes etapas: Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade; Criar um Fórum de Agenda 21; Elaborar um diagnóstico participativo; Elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável
Produtos	Agenda 21 Regional elaborada
Resultados	Promover a cidadania ambiental por meio da construção de um plano local de desenvolvimento sustentável (agenda 21) em consonância com o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.2 - IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO PÓLO
Ação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Dois Irmãos do Buriti 2. Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Corguinho 3. Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rochedo 4. Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rio Negro 5. Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Nova Alvorada do Sul 6. Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Ribas do Rio Pardo 7. Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Terenos. <p style="text-align: center;">Detalhamento das ações</p>
Objetivo	Garantir a exploração sustentada da atividade turística no Polo
Justificativa	Na região existe Conselho Municipal de Meio Ambiente nos municípios de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia,. Em relação à Conferência Municipal de Meio Ambiente somente Terenos não realizou. Assim é imprescindível para a região que haja Conselhos instalados e ativos de Meio Ambiente em todos os municípios da região, além de conselheiros qualificados para deliberar sobre as matérias locais.
Descrição da Ação	Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o órgão oficial de Meio Ambiente do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim e promover a criação dos conselhos nos demais municípios.
Produtos	Conselhos Municipais instalados
Resultados	Estruturas constituídas com pauta de reuniões e ampla participação dos conselheiros e da comunidade.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.2 - IMPLANTAR SISTEMA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO PÓLO
Ação	8. Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande 9. Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari 10. Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sidrolândia. Detalhamento das ações
Objetivo	Garantir a exploração sustentada da atividade turística no Polo
Justificativa	Na região existe Conselho Municipal de Meio Ambiente nos municípios de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia, entretanto é imprescindível para o desenvolvimento da atividade turística que a atividade esteja em completa sintonia com as ações do Meio Ambiente e que as interlocuções fluam de maneira coerente e dinâmica, com conselheiros qualificados para deliberar sobre as matérias locais.
Descrição da Ação	Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o órgão oficial de Meio Ambiente do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim e promover a criação dos conselhos nos demais municípios.
Produtos	Conselhos Municipais instalados
Resultados	Estruturas constituídas com pauta de reuniões e ampla participação dos conselheiros e da comunidade.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.2 - IMPLANTAR SISTEMA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO PÓLO
Ação	3-Implantar projeto Caminhos do Futuro do Ministério do Turismo nos municípios do Polo Detalhamento das ações
Objetivo	Inserir conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando à formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente
Justificativa	O objetivo é capacitar professores da rede pública de ensino municipal e estadual de para que eles possam trabalhar com seus alunos questões ligadas ao turismo, enfocando as possibilidades e os problemas encontrados na área. Os jovens passarão a ter a oportunidade de conhecer as potencialidades da região e as melhores práticas de exploração de um turismo sustentável.
Descrição da Ação	Parceria com o Ministério do Turismo para implantação do projeto na região.
Produtos	Implantação do projeto em pelo menos 01 (uma) escola pública de cada município do Pólo.
Resultados	Maior consciência sobre a exploração sustentável do turismo e maior participação da comunidade nos conselhos municipais de turismo e meio ambiente.

COMPONENTE 5 - GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	5 – GESTÃO AMBIENTAL; 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégia	E.2 - IMPLANTAR SISTEMA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO POLO
Ações	4 - Elaborar plano integrado de resíduos sólidos para o Polo 5 – Implantar plano integrado de resíduos sólidos Detalhamento das ações
Objetivo	Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.
Justificativa	Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado. Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado para deposição, é preciso considerar desde a origem deste descarte até seu destino final.
Descrição das ações	Elaboração de um projeto para a região do Polo que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos Devendo implantar um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.
Produtos	Plano regional Integrado de Resíduos Sólidos
Resultados	Melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL	
SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.3 – AMPLIAR A ÁREA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS.
Ações	1 - Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica - AAE
	Detalhamento das ações
Objetivo	A elaboração da AAE serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, que por sua vez reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Justificativa	<p>Justificativa</p> <p>A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da Avaliação de Impacto Ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas.</p> <p>O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.</p>
Descrição das ações	<p>Descrição da ação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação do Estudo 2. Elaboração da Linha de Base e Diagnóstico 3. Identificação e Avaliação de Impactos 4. Construção de Cenários; 5. Conclusões e Recomendações 6. Monitoramento e Avaliação do Programa <p>Versão preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica e Validação da AAE.</p>
Produtos	Diagnóstico, Identificação e Avaliação de Impactos; Cenarização; Conclusões e Recomendações, Mecanismos de Monitoramento e Avaliação do Programa, Objetivos de Sustentabilidade, Proposição dos Cenários de Desenvolvimento.
Resultados	A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade.

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	1 – GESTÃO AMBIENTAL
Estratégia	E.3 – AMPLIAR A ÁREA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS.
Ações	2 – Implantar Avaliação Ambiental Estratégica - AAE

Detalhamento das ações

Objetivo	Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) no Polo.
Justificativa	<p>Justificativa</p> <p>A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da Avaliação de Impacto Ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas. O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.</p>
Descrição das ações	<p>A implantação da AAE, - etapas – capacitação dos gestores públicos e conselhos de turismo e Meio ambiente, instituição de Núcleos em cada órgão municipal de Meio Ambiente, com a coordenação SEMAC/IMASUL –</p> <p>1 - Seleção de propostas de decisão estratégica a ser objetos de AAE - Execução de uma avaliação ambiental preliminar de cada uma das propostas para identificar aquelas que, potencialmente, resultem em consequências ambientais significativas (tanto positivas como negativas) e que, portanto, serão objetos de AAE, pelos órgãos e instituições responsáveis pela condução do processo.</p> <p>2 - Previsão de que os resultados da avaliação estejam disponíveis a tempo para sua efetiva utilização como subsídio para a formulação ou definição da estratégia.</p> <p>3 - Definição do conteúdo e realização da avaliação - Aspectos Ambientais e outros aspectos relevantes: condições socioeconômicas, em paralelo ou de forma integrada com a avaliação.</p> <p>4- Revisão - Mecanismo para verificar e garantir a qualidade da informação e dos resultados da avaliação.</p> <p>5-Envolvimento e participação do público - Disposição ao público afetado de informação suficiente e recolhimento de suas opiniões, em tempo hábil (suficientemente antecipado), para que sejam efetivamente utilizadas na formulação da decisão estratégica.</p> <p>6 –Documentação - Disponibilidade dos resultados da avaliação, em forma de relatório compreensível, para a informação de todas as partes afetadas pela decisão.</p> <p>7 - Esclarecimento a todas as partes afetadas pela decisão que foi tomada, de como os resultados da avaliação foi levado em consideração.</p> <p>Acompanhamento da implementação da decisão estratégica pelos órgãos de meio ambiente e turismo estadual e municipal</p>

Produtos	Realização de AAE na formulação do planejamento turístico
Resultados	A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade.

1.3 – Relação das ações por município

Quadro 8 - ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICIPIOS
E.1 - Estruturar os atrativos turísticos.	Atualizar o inventário turístico da região.	Polo
	Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos.	Polo
	Implantar estudo de Capacidade de Carga nos produtos turísticos.	Polo
	Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.	Polo
	Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.	Polo
E.2 - Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade na região.	Ampliar a atuação do <i>trade</i> na região.	Polo
	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.	Polo
	Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.	Polo
E.3 - Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade.	Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental	Polo
	Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos	Polo
E.4 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística.	Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos.	Polo
	Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.	Polo
E.5 – Qualificar Recursos Humanos para o turismo.	Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.	Polo
	Implantar Programa de Qualificação.	Polo
	Implantar programas de capacitação pública em turismo.	Polo
E.6 - Implantar sistema integrado de informações	Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	Polo
	Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	Polo

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICIPIOS
E.7 - Implantar sinalização turística na região	Elaborar projeto de sinalização turística para o polo	Polo
	Executar projeto de sinalização turística para o polo	Polo
E.8 - Implantar Postos/Centros de Atendimento ao Turista.	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro	Corguinho
	Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro	Corguinho
	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá	Campo Grande
	Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá	Campo Grande
	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia	Sidrolândia
	Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia	Sidrolândia
	Equipar o Serviço de Atendimento ao Turista na Estação de Indubrasil	Campo Grande

Quadro 9 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	MUNICIPIOS
E.1 - Promover, em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.	Elaborar materiais promocionais do Polo para os diversos públicos alvo: investidores, turistas, empreendedores, parceiros e habitantes locais.	Polo
	Fomentar o turismo interno.	Polo
	Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil	Polo
	Intensificar o programa de captação de eventos	Campo Grande
	Intensificar campanhas promocionais, visando o aumento do fluxo turístico.	Polo
	Participar de feiras e eventos regional, estadual, nacional e internacional	Polo
	Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares;	Polo
	Realizar <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.	Polo
E.2 - Definir estratégias e elaborar o Plano de Marketing.	Elaborar Plano de Marketing para o Polo	Polo
	Implantar o Plano de Marketing do Polo.	Polo
E.3 - Implantar sistema de informação para comercialização do destino Campo Grande e Região	Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial	Polo
	Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos	Polo

Quadro 10 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande	Campo Grande
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande	Campo Grande
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho	Corguinho
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho	Corguinho
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti	Dois Irmãos do Buriti
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari	Jaraguari
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari	Jaraguari
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro	Rio Negro
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro	Rio Negro
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo	Rochedo
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo	Rochedo
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia	Sidrolândia
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia	Sidrolândia
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos	Terenos
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos	Terenos

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas.	Campo Grande
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas	Sidrolândia
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas	Terenos
	Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas	Corguinho
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas.	Dois Irmãos do Buriti
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari	Jaraguari
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas	Nova Alvorada do Sul
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas	Ribas do Rio Pardo
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas	Rio Negro
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas	Rochedo
	Instituir Legislação Municipal de Acessibilidade para todos os municípios do Polo, exceto Campo Grande.	Polo, exceto Campo Grande

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Corguinho	Corguinho
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Sidrolândia	Sidrolândia
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Terenos	Terenos
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande	Campo Grande
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Jaraguari	Jaraguari
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rochedo	Rochedo
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro	Rio Negro
	Fortalecer o Fórum de Turismo da Região	Polo

Quadro 11 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Pólo.	Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Pólo.	Polo
	Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.	Todos
	Elaborar projeto de construção de UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti	Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti
	Construir UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti	Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Pólo.	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho	Corguinho
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari	Jaraguari
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro	Rio Negro
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo	Rochedo
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia	Sidrolândia
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos	Terenos
	Construir aterro sanitário em Corguinho	Corguinho
	Construir aterro sanitário em Jaraguari	Jaraguari
	Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo
	Construir aterro sanitário em Rio Negro	Rio Negro
	Construir aterro sanitário em Rochedo	Rochedo
	Construir aterro sanitário em Sidrolândia	Sidrolândia
	Construir aterro sanitário em Terenos	Terenos
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho	Corguinho
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari	Jaraguari
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro	Rio Negro
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo	Rochedo
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia	Sidrolândia
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos.	Terenos
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho	Corguinho
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari	Jaraguari
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro	Rio Negro
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rochedo	Rochedo

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Pólo.	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia	Sidrolândia
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos	Terenos
	Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	Polo
	Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	Polo

Quadro 12 - GESTÃO AMBIENTAL: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.1 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.	Revisar o arcabouço legal do Meio Ambiente dos municípios do Polo.	Polo
	Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	Polo
	Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental	Polo
	Elaborar Agenda 21 regional	Polo
E.2 - Implantar sistema de Gestão Ambiental no Polo	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Corguinho	Corguinho
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rochedo	Rochedo
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rio Negro	Rio Negro
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Terenos.	Terenos
	Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande	Campo Grande
	Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari	Jaraguari
	Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sidrolândia	Sidrolândia
	Implantar projeto Caminhos do Futuro do Ministério do Turismo nos municípios do Polo	Polo
	Elaborar Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo.	Polo
Implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos	Polo	

GESTÃO AMBIENTAL: Ações por Município

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios
E.3 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais	Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	Polo
	Implantar Avaliação Ambiental Estratégica	Polo

2) DIMENSIONAMENTO DO INVESTIMENTO TOTAL

2.1 – Investimentos Totais por componente e por município. (Moeda Real e Dólar)

Quadro 13 – Investimentos totais por componente e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO	13.841.000	670.000	410.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	410.000	40.000	15.611.000	8.887.560
ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO	10.620.000	500.000										11.120.000	6.330.771
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		2.920.000	1.500.000	1.500.000	1.530.000	1.530.000	1.500.000	1.530.000	1.530.000	1.560.000	1.500.000	16.600.000	9.450.612
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	1.530.000	5.500.000	6.450.000	2.450.000	6.450.000	1.650.000	4.150.000	6.450.000	6.450.000	6.450.000	6.450.000	53.980.000	30.731.568
GESTÃO AMBIENTAL	5.070.000	170.000	70.000	70.000	110.000	70.000	70.000	70.000	70.000	110.000	70.000	5.950.000	3.387.418
Total geral	31.061.000	9.760.000	8.430.000	4.060.000	8.130.000	3.290.000	5.760.000	8.090.000	8.090.000	8.530.000	8.060.000	103.261.000	58.787.930

2.2 - Avaliação da capacidade de pagamento

Considerando-se:

- A projeção do fluxo de turistas para o polo Campo Grande e região durante o período de vigência do PDITS;
- O tempo médio de permanência do turista;
- O gasto médio individual por viagem e, conseqüentemente, o gasto médio diário;
- As condições de financiamento do BID
- As condições para realização de operações de crédito do governo estadual com recursos do BID no âmbito do PRODETUR NACIONAL estabelecidas pela Lei nº 3.582, de 21 de novembro de 2008
- A projeção de um crescimento gradual do fluxo de turistas e,
- A carga tributária estadual de 25,88% (variável que expressa a geração de receitas públicas estaduais:

A análise custo-benefício do PDITS recomenda a sua execução, pois considerando-se o investimento total de R\$ 103.261.000,00 e uma Taxa Média de Atratividade de 12% a.a., o Valor Presente Líquido (VPL) apresentado é de R\$ 3.118.669.223,81 e a Taxa Interna de Retorno (TIR) é de 273,59%.

Segundo a análise custo-benefício, quando o $VPL > 0$, os benefícios superam os custos e a sociedade ganha com a execução do projeto. Os dados são apresentados resumidamente nas tabelas a seguir e detalhadamente no excel anexo:

Quadro 14 - Estimativa do custo-benefício do PRODETUR/MS

a) Ano	b) Investimento (R\$)	Custos do Financiamento				Benefício Bruto	Benefício Líquido	
		c) Encargos Financeiros (R\$)	d) Taxa de Compromisso (R\$)	e) Comissão de Inspeção e Supervisão (R\$)	f) Valor Total (c+d+e) (R\$)		g) Receita Bruta (R\$)	h) Receita Líquida h = (g - f) (R\$)
2011	R\$ 15.489.149,86	R\$ 844.173,90	R\$ 131.737,50	R\$ 316.170,00	R\$ 1.292.081,40	R\$ 271.765.785,82	R\$ 270.473.704,42	R\$ 270.473.704,42
2012	R\$ 30.978.299,71	R\$ 2.532.521,70	R\$ 111.976,88	R\$ 316.170,00	R\$ 2.960.668,58	R\$ 306.322.640,83	R\$ 303.361.972,25	R\$ 573.835.676,67
2013	R\$ 20.652.199,81	R\$ 3.658.086,90	R\$ 72.455,63	R\$ 316.170,00	R\$ 4.046.712,53	R\$ 340.880.085,65	R\$ 336.833.373,12	R\$ 910.669.049,80
2014	R\$ 20.652.199,81	R\$ 4.783.652,10	R\$ 46.108,13	R\$ 316.170,00	R\$ 5.145.930,23	R\$ 375.436.940,65	R\$ 370.291.010,43	R\$ 1.280.960.060,23
2015	R\$ 15.489.149,86	R\$ 5.627.826,00	R\$ 19.760,63	R\$ 316.170,00	R\$ 5.963.756,63	R\$ 413.497.010,69	R\$ 407.533.254,06	R\$ 1.688.493.314,29
2016	R\$ 0,00	R\$ 5.346.434,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.346.434,70	R\$ 413.497.010,69	R\$ 408.150.575,99	R\$ 2.096.643.890,28
2017	R\$ 0,00	R\$ 5.065.043,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.065.043,40	R\$ 413.497.010,69	R\$ 408.431.967,29	R\$ 2.505.075.857,57
2018	R\$ 0,00	R\$ 4.783.652,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.783.652,10	R\$ 413.497.010,69	R\$ 408.713.358,59	R\$ 2.913.789.216,15
2019	R\$ 0,00	R\$ 4.502.260,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.502.260,80	R\$ 413.497.010,69	R\$ 408.994.749,89	R\$ 3.322.783.966,04
2020	R\$ 0,00	R\$ 4.220.869,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.220.869,50	R\$ 413.497.010,69	R\$ 409.276.141,19	R\$ 3.732.060.107,23
2021	R\$ 0,00	R\$ 3.939.478,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.939.478,20	R\$ 413.497.010,69	R\$ 409.557.532,49	R\$ 4.141.617.639,72
2022	R\$ 0,00	R\$ 3.658.086,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.658.086,90	R\$ 413.497.010,69	R\$ 409.838.923,79	R\$ 4.551.456.563,51
2023	R\$ 0,00	R\$ 3.376.695,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.376.695,60	R\$ 413.497.010,69	R\$ 410.120.315,09	R\$ 4.961.576.878,59
2024	R\$ 0,00	R\$ 3.095.304,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.095.304,30	R\$ 413.497.010,69	R\$ 410.401.706,39	R\$ 5.371.978.584,98
2025	R\$ 0,00	R\$ 2.813.913,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.813.913,00	R\$ 413.497.010,69	R\$ 410.683.097,69	R\$ 5.782.661.682,67
2026	R\$ 0,00	R\$ 2.532.521,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.532.521,70	R\$ 413.497.010,69	R\$ 410.964.488,99	R\$ 6.193.626.171,66
2027	R\$ 0,00	R\$ 2.251.130,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.251.130,40	R\$ 413.497.010,69	R\$ 411.245.880,29	R\$ 6.604.872.051,95
2028	R\$ 0,00	R\$ 1.969.739,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.969.739,10	R\$ 413.497.010,69	R\$ 411.527.271,59	R\$ 7.016.399.323,53
2029	R\$ 0,00	R\$ 1.688.347,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.688.347,80	R\$ 413.497.010,69	R\$ 411.808.662,89	R\$ 7.428.207.986,42
2030	R\$ 0,00	R\$ 1.406.956,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.406.956,50	R\$ 413.497.010,69	R\$ 412.090.054,19	R\$ 7.840.298.040,61
2031	R\$ 0,00	R\$ 1.125.565,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.125.565,20	R\$ 413.497.010,69	R\$ 412.371.445,49	R\$ 8.252.669.486,10
2032	R\$ 0,00	R\$ 844.173,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 844.173,90	R\$ 413.497.010,69	R\$ 412.652.836,79	R\$ 8.665.322.322,88
2033	R\$ 0,00	R\$ 562.782,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 562.782,60	R\$ 413.497.010,69	R\$ 412.934.228,09	R\$ 9.078.256.550,97
2034	R\$ 0,00	R\$ 281.391,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 281.391,30	R\$ 413.497.010,69	R\$ 413.215.619,39	R\$ 9.491.472.170,36
2035	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 413.497.010,69	R\$ 413.497.010,69	R\$ 9.904.969.181,05
Totais (R\$)	R\$ 103.260.999,05	R\$ 70.910.607,60	R\$ 382.038,75	R\$ 1.580.850,00	R\$ 72.873.496,35	R\$ 9.977.842.677,40	R\$ 9.904.969.181,05	

Quadro 15 - Análise da viabilidade econômico-financeira

ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6
Investimento	-R\$ 103.260.999,05						
Receita Bruta		R\$ 271.765.785,82	R\$ 306.322.640,83	R\$ 340.880.085,65	R\$ 375.436.940,65	R\$ 413.497.010,69	R\$ 413.497.010,69
Custos do Financiamento Pretendido		R\$ 1.292.081,40	R\$ 2.960.668,58	R\$ 4.046.712,53	R\$ 5.145.930,23	R\$ 5.963.756,63	R\$ 5.346.434,70
Receita Líquida		R\$ 270.473.704,42	R\$ 303.361.972,25	R\$ 336.833.373,12	R\$ 370.291.010,43	R\$ 407.533.254,06	R\$ 408.150.575,99
Margem Operacional		99,5%	99,0%	98,8%	98,6%	98,6%	98,7%
Payback - Descontado*	0,80						
VPL*	R\$ 3.118.669.223,81						
TIR	273,59%						

* Para cálculo dos índices de retorno do capital (PAYBACK e VPL), foi admitida uma TMA de 10,75% ao ano.

ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14
R\$ 413.497.010,69							
R\$ 5.065.043,40	R\$ 4.783.652,10	R\$ 4.502.260,80	R\$ 4.220.869,50	R\$ 3.939.478,20	R\$ 3.658.086,90	R\$ 3.376.695,60	R\$ 3.095.304,30
R\$ 408.431.967,29	R\$ 408.713.358,59	R\$ 408.994.749,89	R\$ 409.276.141,19	R\$ 409.557.532,49	R\$ 409.838.923,79	R\$ 410.120.315,09	R\$ 410.401.706,39
98,8%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,1%	99,2%	99,3%

ANO 15	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20	ANO 21	ANO 22
R\$ 413.497.010,69							
R\$ 2.813.913,00	R\$ 2.532.521,70	R\$ 2.251.130,40	R\$ 1.969.739,10	R\$ 1.688.347,80	R\$ 1.406.956,50	R\$ 1.125.565,20	R\$ 844.173,90
R\$ 410.683.097,69	R\$ 410.964.488,99	R\$ 411.245.880,29	R\$ 411.527.271,59	R\$ 411.808.662,89	R\$ 412.090.054,19	R\$ 412.371.445,49	R\$ 412.652.836,79
99,3%	99,4%	99,5%	99,5%	99,6%	99,7%	99,7%	99,8%

ANO 23	ANO 24	ANO 25
R\$ 413.497.010,69	R\$ 413.497.010,69	R\$ 413.497.010,69
R\$ 562.782,60	R\$ 281.391,30	R\$ 0,00
R\$ 412.934.228,09	R\$ 413.215.619,39	R\$ 413.497.010,69
99,9%	99,9%	100,0%

2.3 – Investimentos por ação e por município (Moeda Real e Dólar)

Quadro 16 - ESTRATEGIA DE PRODUTO TURISTICO: investimentos por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Estruturar os atrativos turísticos.													
Atualizar o inventário turístico da região.	200.000											200.000	113.863
Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos.	250.000											250.000	142.328
Implantar estudo de Capacidade de Carga nos produtos turísticos.		150.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	510.000	290.350
Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.	300.000											300.000	170.794
Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.	30.000											30.000	17.079
E.2 - Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade na região.													
Ampliar a atuação do <i>trade</i> na região.	50.000											50.000	28.466
Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.	20.000											20.000	11.386
Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.	86.000											86.000	48.961

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.3 - Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade.													
Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental	300.000											300.000	170.794
Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos	300.000											300.000	170.794
E.4 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística.													
Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos.	80.000											80.000	45.545
Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.	105.000											105.000	59.778
E.5 – Qualificar Recursos Humanos para o turismo.													
Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.	120.000											120.000	68.318
Implantar Programa de Qualificação.	1.200.000											1.200.000	683.177
Implantar programas de capacitação pública em turismo.	800.000											800.000	455.451

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.6 - Implantar sistema integrado de informações													
Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	500.000											500.000	284.657
Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo	1.500.000											1.500.000	853.971

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.7 - Implantar sinalização turística na região													
Elaborar projeto de sinalização turística para o polo	2.000.000											2.000.000	1.138.628
Executar projeto de sinalização turística para o polo	6.000.000											6.000.000	3.415.884
E.8 - Implantar Postos/Centros de Atendimento ao Turista													
Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho , Rochedo e Rio Negro;			120.000									120.000	68.318
Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho , Rochedo e Rio Negro;			250.000									250.000	142.328

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.8 - Implantar Postos/Centros de Atendimento ao Turista													
Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá;		120.000										120.000	68.318
Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá;		250.000										250.000	142.328
Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia;										120.000		120.000	68.318
Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia										250.000		250.000	142.328
Equipar o Serviço de Atendimento ao Turista na Estação de Indubrasil		150.000										150.000	85.397
Total geral	13.841.000	670.000	410.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000	410.000	40.000	15.611.000	8.887.560

Quadro 17 - ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: investimentos por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corquinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Promover, em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.													
Elaborar materiais promocionais do Polo para os diversos públicos alvo: investidores, turistas, empreendedores, parceiros e habitantes locais.	690.000											690.000	392.827
Fomentar o turismo interno.	300.000											300.000	170.794
Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil	480.000											480.000	273.271
Intensificar o programa de captação de eventos		500.000										500.000	284.657
Intensificar campanhas promocionais, visando o aumento do fluxo turístico.	3.000.000											3.000.000	1.707.942

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corquinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Promover, em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.													
Participar de feiras e eventos regional, estadual, nacional e internacional	1.500.000											1.500.000	853.971
Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares;	600.000											600.000	341.588
Realizar <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.	800.000											800.000	455.451
E.2 - Definir estratégias e elaborar o Plano de <i>Marketing</i>.													
Elaborar Plano de <i>Marketing</i> para o Polo	250.000											250.000	142.328
Implantar o Plano de <i>Marketing</i> do Polo.	1.200.000											1.200.000	683.177

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corquinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.3 - Implantar sistema de informação para comercialização do destino Campo Grande e Região													
Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial	300.000											300.000	170.794
Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos	1.500.000											1.500.000	853.971
Total geral	10.620.000	500.000										11.120.000	6.330.771

Quadro 18 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: investimentos por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo													
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande		500.000										500.000	284.657
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande		2.000.000										2.000.000	1.138.628
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho			200.000									200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho			1.000.000									1.000.000	569.314
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti				200.000								200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti				1.000.000								1.000.000	569.314

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo.													
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari					200.000							200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari					1.000.000							1.000.000	569.314
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul						200.000						200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul						1.000.000						1.000.000	569.314
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo							200.000					200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo							1.000.000					1.000.000	569.314

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo.													
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro								200.000				200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro								1.000.000				1.000.000	569.314
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo									200.000			200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo									1.000.000			1.000.000	569.314
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia										200.000		200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia										1.000.000		1.000.000	569.314

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo.													
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos											200.000	200.000	113.863
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos											1.000.000	1.000.000	569.314
Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas		360.000										360.000	204.953
Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas										220.000		220.000	125.249
Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas											220.000	220.000	125.249

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo.													
Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas			220.000									220.000	125.249
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas				220.000								220.000	125.249
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari					220.000							220.000	125.249
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas						220.000						220.000	125.249
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas							220.000					220.000	125.249

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo.													
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas								220.000				220.000	125.249
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas									220.000			220.000	125.249
Instituir Legislação Municipal de Acessibilidade para todos os municípios do Polo, exceto Campo Grande.			50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	450.000	256.191

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.													
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Corguinho			30.000									30.000	17.080
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Dois Irmãos do Buriti				30.000								30.000	17.080
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Ribas do Rio Pardo							30.000					30.000	17.080
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Sidrolândia										30.000		30.000	17.080
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Terenos											30.000	30.000	17.080

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.													
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande		60.000										60.000	34.159
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Jaraguari					60.000							60.000	34.159
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul						60.000						60.000	34.159
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro								60.000				60.000	34.159
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rochedo									60.000			60.000	34.159
Fortalecer o Fórum de Turismo da Região	60.000											60.000	34.159
Total geral	60.000	2.920.000	1.500.000	1.500.000	1.530.000	1.530.000	1.500.000	1.530.000	1.530.000	1.500.000	1.500.000	16.600.000	9.450.612

Quadro 19 - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: investimentos por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.													
Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Pólo.	430.000											430.000	244.805
Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.		500.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000	1.850.000	1.053.231
Elaborar projeto de construção de UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti		1.000.000	500.000		500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	5.000.000	2.846.570
Construir UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti		4.000.000	1.000.000		1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	12.000.000	6.831.768

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.													
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho			500.000									500.000	284.657
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari					500.000							500.000	284.657
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo							500.000					500.000	284.657
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro								500.000				500.000	284.657
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo									500.000			500.000	284.657
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia										500.000		500.000	284.657
Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos											500.000	500.000	284.657

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.													
Construir aterro sanitário em Corguinho			2.000.000									2.000.000	1.138.628
Construir aterro sanitário em Jaraguari					2.000.000							2.000.000	1.138.628
Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo							2.000.000					2.000.000	1.138.628
Construir aterro sanitário em Rio Negro								2.000.000				2.000.000	1.138.628
Construir aterro sanitário em Rochedo									2.000.000			2.000.000	1.138.628
Construir aterro sanitário em Sidrolândia										2.000.000		2.000.000	1.138.628
Construir aterro sanitário em Terenos											2.000.000	2.000.000	1.138.628

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.													
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho			500.000									500.000	284.657
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti				500.000								500.000	284.657
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari					500.000							500.000	284.657
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro								500.000				500.000	284.657
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo									500.000			500.000	284.657
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia										500.000		500.000	284.657

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.													
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos.											500.000	500.000	284.657
Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho			1.800.000									1.800.000	1.024.765
Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti				1.800.000								1.800.000	1.024.765
Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari					1.800.000							1.800.000	1.024.765
Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro							1.800.000					1.800.000	1.024.765
Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rochedo									1.800.000			1.800.000	1.024.765

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.													
Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia										1.800.000		1.800.000	1.024.765
Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos											1.800.000	1.800.000	1.024.765
Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	300.000												
Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo	800.000												
Total geral	1.530.000	5.500.000	6.450.000	2.450.000	6.450.000	1.650.000	4.150.000	6.450.000	6.450.000	6.450.000	6.450.000	52.880.000	30.105.324

Quadro 20 - GESTÃO AMBIENTAL: investimentos por ação e por município

Dólar = 1,7565 – dia 20/08/2010

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.1 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.													
Revisar o arcabouço legal do Meio Ambiente dos municípios do Polo.	380.000											380.000	216.339
Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.	400.000											400.000	227.726
Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental	1.800.000											1.800.000	1.024.765
Elaborar Agenda regional 21	250.000											250.000	142.328

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.2 - Implantar Sistema de Gestão Ambiental no Polo													
Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Corguinho			40.000									40.000	159.408
Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Dois Irmãos do Buriti				40.000								40.000	
Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Nova Alvorada do Sul						40.000						40.000	
Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Ribas do Rio Pardo							40.000					40.000	
Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rio Negro								40.000				40.000	
Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rochedo									40.000			40.000	
Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Terenos.											40.000	40.000	

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.2 - Implantar Sistema de Gestão Ambiental no Polo													
Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande		80.000										80.000	45.545
Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari					80.000							80.000	45.545
Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sidrolândia										80.000		80.000	45.545

COMPONENTES	Polo	Campo Grande	Corguinho	Dois Irmãos do Buriti	Jaraguari	Nova Alvorada do Sul	Ribas do Rio Pardo	Rio Negro	Rochedo	Sidrolândia	Terenos	Valor R\$ 1,00	valor Dólar
E.2 - Implantar Sistema de Gestão Ambiental no Polo													
Implantar projeto Caminhos do Futuro do Ministério do Turismo nos municípios do polo		90.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	360.000	204.953
Elaborar Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo.	350.000											350.000	199.260
Implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos	1.000.000											1.000.000	569.314
E.3 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais													
Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	350.000											350.000	199.260
Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	540.000											540.000	307.430
Total geral	5.070.000	170.000	70.000	70.000	110.000	70.000	70.000	70.000	70.000	110.000	70.000	5.950.000	3.387.418

3) SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES

3.1. – Cronograma das Ações para os 5 anos

Quadro 21 – Cronograma das ações

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURISTICO						
E.1 - Estruturar os atrativos turísticos.	Atualizar o inventário turístico da região.					
	Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos.					
	Implantar estudo de Capacidade de Carga nos produtos turísticos.					
	Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.					
	Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.					
E.2 - Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade na região.	Ampliar a atuação do <i>trade</i> na região.					
	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta.					
	Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.					
E.3 - Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade.	Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental					
	Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos					
E.4 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística.	Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos.					
	Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURISTICO						
E.5 – Qualificar Recursos Humanos para o turismo.	Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor.					
	Implantar Programa de Qualificação.					
	Implantar programas de capacitação pública em turismo.					
E.6 - Implantar sistema integrado de informações	Elaborar projeto de um sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo					
	Implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infra estrutura básica e de serviços e o turismo					
E.7 - Implantar sinalização turística na região	Elaborar projeto de sinalização turística para o polo					
	Executar projeto de sinalização turística para o polo					
E.8 - Implantar Postos/Centros de Atendimento ao Turista	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro					
	Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro.					
	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá					
	Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá					
	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia					
	Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia					
	Equipar o Serviço de Atendimento ao Turista na Estação de Indubrasil					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO						
E.1 - Promover, em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.	Elaborar materiais promocionais do Polo para os diversos públicos alvo: investidores, turistas, empreendedores, parceiros e habitantes locais.					
	Fomentar o turismo interno.					
	Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil					
	Intensificar o programa de captação de eventos					
	Intensificar campanhas promocionais, visando o aumento do fluxo turístico.					
	Participar de feiras e eventos regional, estadual, nacional e internacional					
	Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares;					
	Realizar <i>famtours</i> e <i>presstrips</i> para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.					
E.2 - Definir estratégias e elaborar o Plano de Marketing.	Elaborar Plano de Marketing para o Polo					
	Implantar o Plano de Marketing do Polo.					
E.3 - Implantar sistema de informação para comercialização do destino Campo Grande e Região	Realizar pesquisa do perfil da demanda real e potencial					
	Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL						
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia					
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia					
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos					
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos						

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL						
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas					
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas					
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas					
	Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas					
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas					
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari					
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas					
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas					
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas					
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas					
	Instituir Legislação Municipal de Acessibilidade para todos os municípios do Polo, exceto Campo Grande.					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL						
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Dois Irmãos do Buriti					
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Corguinho					
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Sidrolândia					
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Ribas do Rio Pardo					
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Terenos					
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande					
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul					
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Jaraguari					
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rochedo					
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro					
	Fortalecer o Fórum de Turismo da Região					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS						
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Pólo.	Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Pólo.					
	Implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.					
	Elaborar projeto de construção de UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti					
	Construir UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos					
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Corguinho					
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Jaraguari					
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo					
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rio Negro					
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Rochedo					
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Sidrolândia					
	Elaborar projeto de construção de aterro sanitário em Terenos					
	Construir aterro sanitário em Corguinho					
	Construir aterro sanitário em Jaraguari					
	Construir aterro sanitário em Ribas do Rio Pardo					
	Construir aterro sanitário em Rio Negro					
	Construir aterro sanitário em Rochedo					
	Construir aterro sanitário em Sidrolândia					
	Construir aterro sanitário em Terenos					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS						
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Pólo.	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho					
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti					
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari					
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro					
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo					
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia					
	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos.					
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti					
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Corguinho					
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Jaraguari					
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rio Negro					
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Rochedo					
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Sidrolândia					
	Executar o projeto de esgotamento sanitário em Terenos					
	Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo					
	Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo					

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
GESTÃO AMBIENTAL						
E.1 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.	Revisar o arcabouço legal do Meio Ambiente dos municípios do Polo.					
	Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental.					
	Implantar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental					
	Elaborar Agenda 21 regional					
E.2 - Implantar sistema de Gestão Ambiental no Polo	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Dois Irmãos do Buriti					
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Corguinho					
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rochedo					
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Rio Negro					
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Nova Alvorada do Sul					
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Ribas do Rio Pardo					
	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Terenos					
	Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande					
	Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari					
	Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sidrolândia					
	Implantar projeto Caminhos do Futuro do Ministério do Turismo nos municípios do Polo					
	Elaborar Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo.					
	Implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos					
E.3 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais	Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).					
	Implantar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).					

3.2. - Ações de Fortalecimento da Gestão Municipal com as Metas de desempenho

As ações de fortalecimento da gestão municipal para o turismo **devem** necessariamente incluir metas de desempenho da capacidade institucional como parte do Plano de Ação. Essas metas devem ser cumpridas pelo respectivo município, antes de iniciar as obras de infraestrutura planejadas em seu território.

Quadro 22 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: Ações e Metas de Desempenho

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios	Metas
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande	Campo Grande	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande	Campo Grande	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho	Corguinho	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho	Corguinho	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari	Jaraguari	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari	Jaraguari	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul	100% implantado

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios	Metas
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro	Rio Negro	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro	Rio Negro	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo	Rochedo	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo	Rochedo	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia	Sidrolândia	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Sidrolândia	Sidrolândia	100% implantado
	Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos	Terenos	100% elaborado
	Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Terenos	Terenos	100% implantado

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios	Metas
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, inserindo diretrizes turísticas.	Campo Grande	100% revisado e atualizado
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Sidrolândia, inserindo diretrizes turísticas	Sidrolândia	100% revisado e atualizado
	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Terenos, inserindo diretrizes turísticas	Terenos	100% revisado e atualizado
	Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas	Corguinho	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas	Dois Irmãos do Buriti	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari	Jaraguari	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas	Nova Alvorada do Sul	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas	Ribas do Rio Pardo	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas	Rio Negro	100% elaborado
	Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas	Rochedo	100% elaborado
	Instituir Legislação Municipal de Acessibilidade para todos os municípios do Polo, exceto Campo Grande.	Polo, exceto Campo Grande	100% instituído

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	Municípios	Metas
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Corguinho	Corguinho	100% instituído
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti	100% instituído
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo	100% instituído
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Sidrolândia	Sidrolândia	100% instituído
	Instituir Conselho Municipal de Turismo em Terenos	Terenos	100% instituído
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande	Campo Grande	100% fortalecido
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul	100% fortalecido
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Jaraguari	Jaraguari	100% fortalecido
	Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rochedo	Rochedo	100% fortalecido
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro	Rio Negro	100% fortalecido	
	Fortalecer o Fórum de Turismo da Região	Polo	100% fortalecido

4) DESCRIÇÃO DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS NOS 18 PRIMEIROS MESES DE FINANCIAMENTO DO PRODETUR NACIONAL

4.1. - Quadro das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL

Quadro 23 – Quadro de Ações Elegíveis

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O	A N O	A N O
	MESES												MESES												3	4	5
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO																											
E1 – Estruturar os atrativos turísticos																											
Atualizar o inventário turístico da região.																											
Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos.																											
Implantar estudo de Capacidade de Carga nos produtos turísticos.																											
Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR.																											
Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O	A N O	A N O
	MESES												MESES												3	4	5
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
E.8 - Implantar postos/centros de atendimento ao turista																											
Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho , Rochedo e Rio Negro;																											
Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá;																											
Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia;																											
Equipar o Serviço de Atendimento ao Turista na Estação de Indubrasil																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5				
	MESES												MESES																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12							
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL																															
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo																															
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande																															
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Campo Grande																															
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho																															
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Corguinho																															
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti																															
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Dois Irmãos de Buriti																															
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari																															
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Jaraguari																															

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL																											
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul																											
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Nova Alvorada do Sul																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo																											
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Ribas do Rio Pardo																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro																											
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rio Negro																											
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo																											
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional do município de Rochedo																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL																											
E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo																											
Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Corguinho, inserindo diretrizes turísticas																											
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Dois Irmãos do Buriti, inserindo diretrizes turísticas																											
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Jaraguari																											
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Nova Alvorada do Sul, inserindo diretrizes turísticas																											
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Ribas do Rio Pardo, inserindo diretrizes turísticas																											
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rio Negro, inserindo diretrizes turísticas																											
Elaborar Plano Diretor Participativo do município de Rochedo, inserindo diretrizes turísticas																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL																											
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.																											
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Dois Irmãos do Buriti																											
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Corguinho																											
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Sidrolândia																											
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Ribas do Rio Pardo																											
Instituir Conselho Municipal de Turismo em Terenos																											
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Campo Grande																											
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Nova Alvorada do Sul																											
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Jaraguari																											
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rochedo																											
Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo de Rio Negro																											
Fortalecer o Fórum de Turismo da Região																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
E4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS																											
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo.																											
Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo.																											
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Corguinho																											
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Dois Irmãos do Buriti																											
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Jaraguari																											
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rio Negro																											
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Rochedo																											
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Sidrolândia																											
Elaborar projeto de esgotamento sanitário para o município de Terenos																											

COMPONENTE/AÇÃO	ANO 1												ANO 2												A N O 3	A N O 4	A N O 5
	MESES												MESES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
E5 – GESTÃO AMBIENTAL																											
E.2 - Implantar sistema de Gestão Ambiental no Polo																											
Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande																											
Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari																											
Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sidrolândia																											
Implantar projeto Caminhos do Futuro do Ministério do Turismo nos municípios do Polo																											
Elaborar Projeto Integrado de Resíduos Sólidos para o Polo.																											
E.3 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais																											
Elaborar Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).																											

4.2. – Detalhamento das ações elegíveis para a realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL
COMPONENTE 1 – ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO

COMPONENTE 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 02 – inventário desatualizado
Estratégia	E.1 – Estruturar os atrativos turísticos	
Ação	Atualizar o inventário turístico da região	
Objetivo	Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas Públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para comercialização.	
Justificativa	O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo. Neste sentido, estas ações têm como objetivos promover o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. A Região não dispõe deste levantamento atualizado. O único inventário existente é de 1999/2000 por ocasião do PDTUR – Plano de Desenvolvimento do Turismo	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Ordenar, normatizar e regular atividade turística, garantindo segurança e conforto aos turistas; Garantir uma exploração sustentável dos recursos naturais; Apoiar a melhoria da infraestrutura existente; Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas Públicas voltadas para o turismo; Aprimorar os produtos turísticos para a comercialização	
Benefícios	Informações confiáveis para elaboração de Planos, Programas e Projetos de desenvolvimento do turismo na região, possibilitando melhor direcionamento das políticas públicas.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada na inventariação e estruturação das informações em Banco de Dados.	
Responsável pela execução	Prefeitura Municipal, COMTUR'S e Fórum da Região.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL - R\$ 200.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS e computadores e software adequado.	
Mecanismos previstos de	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor estruturação das	

recuperação de custos	políticas, direcionamento dos investimentos privados.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Empreendimentos inventariados e Banco de Dados ativo com todas as informações
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a segmentação e novos roteiros
Nível de avanço:	PDTUR – Plano de Desenvolvimento do Turismo

COMPONENTE 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 04 – Falta de controle de visitação
Estratégia	E.1 - Estruturar os atrativos turísticos	
Ação	Elaborar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos	
Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.	
Justificativa	<p>O turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação dos recursos naturais e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo. Neste sentido, estas ações têm como objetivos promover o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável. Os atrativos da região não dispõem de estudos de capacidade de carga.</p> <p>Definição de acordo com a OMT – Capacidade de Carga de empreendimentos turísticos: o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local</p>	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Colaborar para a minimização da degradação ambiental.	
Benefícios	Melhor planejamento de visitação nos atrativos e seleção das áreas de visitação.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada. Esta ação está atrelada a métodos de identificação e avaliação de indicadores ambientais. Pretende-se fazer um estudo da capacidade de carga dos atrativos turísticos da região, e ao concluir tal estudo, colaborar para a minimização da degradação ambiental. Dessa maneira, o cálculo da capacidade de carga deve ser feito de maneira criteriosa, visto que envolvem diversas variáveis, tanto materiais, como sociais, físicas e biológicas. Essas variáveis a serem pesquisadas estão relacionadas tanto com os atrativos naturais, como rios, cachoeiras, serras, formações rochosas, sítios arqueológicos, paleontológicos, trilhas, como atrativos artificiais e culturais, como museus, obras de arte, monumentos arquitetônicos, etc.	
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo de cada município e fechamento da ação nos COMTUR'S e Fórum da Região.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou	Prefeitura Municipal	

serviço.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte PRODETUR NACIONAL – R\$ 250.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, equipamentos GPS e computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor estruturação das políticas, direcionamento dos investimentos privados.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Os estudos de cada atrativo turístico
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência;Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	A metodologia Cifuentes. Essa metodologia estabelece a capacidade de carga através de cálculos das capacidades de carga física, real e efetiva.

COMPONENTE 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 04 – Falta de controle de visitação
Estratégia	Estratégia - E.1 - Estruturar os atrativos turísticos	
Ação	Implantar estudo de Capacidade de Carga dos produtos turísticos	
Objetivo	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental.	
Justificativa	A implantação do controle da capacidade visa aumentar a eficiência da exploração sustentável dos atrativos e produtos turísticos do Polo.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Colaborar para a minimização da degradação ambiental.	
Benefícios	Melhor planejamento de visitação nos atrativos e seleção das áreas de visitação.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.	
Descrição da ação	De acordo com os estudos realizados, cabe ao poder publico a implantação do controle nos atrativos públicos e o empresariado nos atrativos de caráter privado.	
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo de cada município	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal e Conselho Municipal de Turismo e Conselho Municipal de Meio Ambiente	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte PRODETUR NACIONAL – R\$ 510.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, investimentos em infraestrutura e segurança e sistema de gestão de visitação.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor segurança aos turistas e ao setor empresarial.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Estudo realizado	
Fonte de verificação	Atrativos com capacidade de carga estabelecida	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Lei Geral do Turismo	

COMPONENTE 1 – ESTRATEGIA DE PRODUTO TURÍSTICO		
SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 05 – Pequena quantidade de empreendimentos cadastrados no CADASTUR
Estratégia	E.1 – Estruturar os atrativos turísticos	
Ação	Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR	
Objetivo	Promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.	
Justificativa	O CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, executado pelo MTur em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação. O Sistema recebe cadastros obrigatórios dos prestadores de serviços turísticos das seguintes atividades: • Meios de Hospedagem (albergue, condo-hotel, flat, hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, resort e cama & café)• Agências de Turismo• Transportadoras Turísticas• Organizadoras de Eventos• Parques Temáticos• Acampamentos Turísticos• Guias de Turismo.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	O CADASTUR visa promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor.	
Benefícios	As empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas estão aptas a participarem de eventos de promoção e comercialização promovidos pela Fundação de Turismo do estado, além comporem o banco de informações do s Centros de Informações Turísticas.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade.	
Descrição da ação	Cabe ao órgão oficial de turismo do Estado a realização desta ação delegada do Ministério do Turismo, prestando orientação, cadastrando e após a regulamentação da LEI GERAL DO TURISMO, promover a fiscalização e a aplicação das sanções necessárias nos empreendimentos nos turísticos.	
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Cabe ao órgão oficial de turismo do Estado a realização desta ação delegada do Ministério do Turismo, prestando orientação, cadastrando e após a regulamentação da LEI GERAL DO TURISMO, promover a fiscalização e a aplicação das sanções necessárias nos empreendimentos nos turísticos.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte PRODETUR NACIONAL – R\$ 300.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor segurança aos turistas e ao setor empresarial.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	

Indicadores de resultado	Cadastro ativo no Sistema CADASTUR/MTur
Fonte de verificação	Relatório de visita
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Lei Geral do Turismo e SISTEMA CADASTUR

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos; 02 – diversidade de segmentos turísticos potenciais	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 03 – Segmentação turística não identificada, organizada e explorada
Estratégia	E.1 – Estruturar os atrativos turísticos	
Ação	Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento	
Objetivo	Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico, incentivar aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização.	
Justificativa	A segmentação constitui uma forma de organizar o turismo. É uma estratégia para a estruturação de produtos e consolidação de roteiros e destinos, a partir dos elementos de identidade de cada região. A Segmentação da oferta da região propiciará o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos existentes no Polo, de modo a dar identidade aos produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade e aumentar e diversificar a oferta turística. Esta ação visa agregar mais valor e competitividade aos produtos, facilitando o processo de comercialização e identidade da região	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico do Polo Campo Grande e Região, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização. É a base para a construção dos roteiros.	
Benefícios	Identificação de Nichos de Negócios. Melhor direcionamento para a promoção e Comercialização dos produtos da região favorecendo a consolidação do destino turístico.	
Beneficiários	Empresários, poder público, comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada em segmentação turística e planejamento turístico.	
Responsável pela execução	Órgão oficial de turismo de cada município e fechamento da ação nos COMTUR'S e Fórum da Região.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 30.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor estruturação das políticas, direcionamento dos investimentos privados	
Normas de licenciamento ambiental	Não há exigência	

exigidas por lei	
Indicadores de resultado	Documento referencial construído e em condições de subsidiar a formatação de roteiros
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para formatação de roteiros
Nível de avanço:	Plano Nacional de Turismo – Regionalização

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos; 02 – diversidade de segmentos turísticos potenciais; 03 – Campo Grande já integra roteiros com outros destinos turísticos Forças – Fortalecimento Institucional – Cadeia do turismo constituída em Campo Grande	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 06 – ausência de roteiros integrados Fraquezas – Fortalecimento Institucional – não há organização da iniciativa privada, exceto na capital
Estratégia	E.2 - Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade na região.	
Ação	Ampliar a atuação do Trade Turístico da região	
Objetivo	Ampliar parcerias comerciais e fortalecer os COMTUR's	
Justificativa	A Região turística apresenta grande concentração do <i>trade</i> em Campo Grande, principalmente as operadoras e agências de viagens, tal fato impossibilita um conhecimento maior das potencialidades da região, bem como a participação nos Conselhos Municipais de Turismo, enfraquecendo assim, as instâncias de governança e dificulta o processo de comercialização dos produtos turísticos.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Estimular a criação de entidades turísticas representativas municipais como: GOPPAN, ABAV, ABIH, ABRASEL, etc. nos municípios da região. O objetivo principal é ampliar as parcerias comerciais entre as empresas, além de promover uma oportunidade aos integrantes do <i>trade</i> turístico divulgarem novos produtos.	
Benefícios	Espera-se que com esta ação os COMTUR's passem a ter uma representação mais efetiva do setor, que os segmentos de prestação de serviços se organizem promovendo maiores reivindicação; que as relações público e privada seja amadurecidas e fortalecidas.	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas	
Descrição da ação	Promover reuniões com as entidades representativas do turismo e o empresariado atuante no setor, apresentando cada destino turístico da região, suas potencialidades e suas estruturas operacionais, visando sensibilizá-los para se organizem em associações representativas, fortalecendo assim o segmento e o destino turístico.	
Responsável pela execução	Fórum Regional da Região, COMTUR's dos municípios e Prefeitura municipal.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 50.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado em associativismo, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem,	

	locação de veículos, computadores e software adequado.
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor segurança aos turistas e ao setor empresarial.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Documento referencial pronto e validado pelo COMTUR e Fórum da Região
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Documento Referencial do MTUR - Gestão Descentralizada e Instância de Governança

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 08 – Rica gastronomia e existência de comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 08 – não utilização da produção local – gastronomia e artesanato no turismo
Estratégia	E.2 –Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade na região.	
Ação	Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta	
Objetivo	Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializar a competitividade dos produtos turísticos da região	
Justificativa	Identificar os produtos associados ao turismo, artesanal, industrial, comercial e de serviços, como forma de ampliar e diversificar a oferta. A região a despeito da produção associada existentes, como: gastronomia, artesanato, artes visuais, etc. não utiliza estas produções, nem para agregar valor aos produtos turísticos existentes, nem ar criar novos produtos.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos da região	
Benefícios	Dar maior visibilidade ao turismo da região, favorecendo sua consolidação como destino turístico.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	A partir da identificação dos produtos com potencial de associação ao turismo, contratar empresa especializada para desenvolver um plano de utilização adequada desta produção que deve trabalhar a associação da imagem do turismo aos produtos de reconhecimento identificados, tanto no mercado interno quanto no mercado externo.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 20.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Documento – Plano de Produtos associados ao turismo com potencial de agregação de valor ao produto – forma de estruturação e utilização	
Fonte de verificação	Produtos associados ao turismo identificados e Contratação de empresa especializada	
Relação com outras ações quanto ao	Independente, porém se obtém maior efetividade após a inventariação	

cronograma	
Nível de avanço:	Manual Formatação de Roteiros – CREATO; Desenvolvimento Local – Metodologia de APL's

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos; 02 – diversidade de segmentos turísticos potenciais; 03 – Campo Grande já integra roteiros com outros destinos turísticos.	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 06 – ausência de roteiros integrados
Estratégia	E.2 –Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade na região.	
Ação	Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas	
Objetivo	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo	
Justificativa	A região não possui nenhum roteiro integrado entre si. Campo Grande participa de roteiros de outros destinos do Estado. Esta ação pretende estimular a formatação de novos roteiros integrando os municípios da região e compondo de maneira com os demais destinos.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo.	
Benefícios	Novos roteiros da região na prateleira de Mato Grosso do Sul	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Realizar viagens exploratórias e <i>famtur</i> com as operadoras para que elas orientem o empresário e formatem novos roteiros inserindo novos atrativos e produtos e coloquem estes produtos nas prateleiras de MS	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR's dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 86.000,00	
Gastos estimados de operação	Despesas com deslocamento, alimentação, hospedagens	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, propiciando melhor segurança aos turistas e ao setor empresarial.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Novos roteiros da região na prateleira de Mato Grosso do Sul	
Fonte de verificação		
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Depende da inventariação e da segmentação turística	

Nível de avanço:	Não há. No entanto tem-se como orientação a Metodologia de implantação que busca a sustentabilidade da atividade.- manual técnico De desenvolvimento e operação de Produtos e roteiros Turísticos – CREATO.
------------------	--

E3 – Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade

OBS: ação não prevista para os primeiros 18 meses

SWOT	Forças – Estratégia de Produto Turístico – item 01 Grande número de atrativos turísticos; 02 – diversidade de segmentos turísticos potenciais.	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item – 06 – ausência de roteiros integrados
SWOT	1. ESTRATÉGIAS DE PRODUTO TURÍSTICO	
Estratégia	E.4 – Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística	
Ação	Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos.	
Objetivo	Fortalecer o turismo rural da região	
Justificativa	A região apresenta grande potencial para o turismo rural, esta ação pretende fortalecer este segmento, orientando e instruindo o empresariado quanto aos ganhos econômicos, sociais, ambientais e culturais advindo desta exploração de maneira sustentável, pois o Turismo Rural , além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização da cultura. Assim, a definição dos produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a e primar pela conservação do ambiente natural.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Fortalecer o turismo rural da região	
Benefícios	Aumento na quantidade de atrativos turísticos organizado na região.	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Realização de seminários técnicos, ciclo de debates e palestras sobre o turismo, suas vantagens e formas de exploração, visando o sensibilizar o empresário rural a explorar a atividade turística.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura municipal	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 80.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, ampliando os produtos e serviços, gerando mais emprego e renda	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Empreendimentos rurais com diferencial competitivo de mercado.	
Fonte de verificação	Relatório dos seminários, palestras e debates	

Relação com outras ações quanto ao cronograma	Após a inventariação.
Nível de avanço:	Diretrizes Nacionais do Programa de Regionalização; Turismo Rural e Rede de Cooperação

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos - item 01 Grande condições de acesso e acessibilidade na região.	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos - item – 01 – concentração de equipamentos e serviços turísticos; 14 – dificuldades de acesso ao crédito; 15 – pouco investimento empresarial em melhoria dos equipamentos turísticos; 22 – ausência de política integrada para atração de investimentos e investidores para a região.
Estratégia	E.4 – Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística	
Ação	Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos	
Objetivo	Melhorar a oferta turística e atrair novos empreendimentos turísticos na região.	
Justificativa	Na região turística apenas o município de Campo Grande dispõe de legislação de atração de empresas para o segmento turístico. Esta ação pretende promover a interiorização do turismo na região, estimulando empresários a investirem na atividade e na localidade, bem como estimular os empresários do setor a investirem em melhorias, já que se pretende um programa de incentivos, focado em resultados	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Melhorar a oferta turística e atrair novos empreendimentos.	
Benefícios	Política de incentivos regional, estimulando o investimento privado na região, atraindo novos empreendimentos bem como melhorando as infraestruturas existentes	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para montar o programa de incentivos com foco em resultados.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 105.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Leis de incentivos	
Fonte de verificação	Contratação de empresa especializada	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Legislação de incentivos já existentes	

SWOT	Forças – Estratégia de Produtos Turísticos - item 01 existência de Sistema S – SEBRAE e SENAC, com grande capilaridade na região.	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item 12 – ausência de política de qualificação; 14 – dificuldade de interiorização dos cursos de qualificação; 17 – poucos gestores públicos do turismo qualificados na função; Fortalecimento Institucional – item 11 – descontinuidade de projetos apresentados
Estratégia	E.5 – Qualificar recursos humanos para o turismo.	
Ação	Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor	
Objetivo	Identificar a real demanda por qualificação no setor	
Justificativa	A região turística desde sempre vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SANAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A região necessita de um plano integrado de qualificação, envolvendo as entidades que dispõem de competência técnica para sua execução, de acordo com o que se pretende para o turismo na região.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Plano de Qualificação para a região	
Benefícios	Plano conforme Demanda	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para a realização dos seguintes processos: levantamento da demanda, da oferta e cruzamento das oportunidades, identificação de solução para os gargalos e elaboração de metodologia e Plano final.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 120.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, pesquisa, deslocamento	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Plano de Qualificação	
Fonte de verificação	Contratação de empresa, pesquisa realizada	
Relação com outras ações quanto ao	Independente	

cronograma	
Nível de avanço:	Políticas do Ministério do Trabalho, Políticas de Qualificação do Ministério do Turismo

SWOT	Forças – Estratégia de Produtos Turísticos - item 01 existência de Sistema S – SEBRAE e SENAC, com grande capilaridade na região.	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item 12 – ausência de política de qualificação; 14 – dificuldade de interiorização dos cursos de qualificação; 17 – poucos gestores públicos do turismo qualificados na função; Fortalecimento Institucional – item 11 – descontinuidade de projetos apresentados
Estratégia	E.5 – Qualificar recursos humanos para o turismo.	
Ação	Implantar Programa de Qualificação	
Objetivo	Qualificar os recursos humanos para o turismo	
Justificativa	A região turística desde sempre vem recebendo capacitações de órgãos como SEBRAE e SANAC, além das capacitações promovidas pelas entidades representativas do turismo, porém todas de maneira isoladas. A implantação de um programa de qualificação com ações interdependentes e continuadas fará com que a região se prepare para fazer um turismo mais profissionalizado e competente.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Recursos humanos qualificados	
Benefícios	Plano conforme Demanda	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para a realização dos cursos identificados no Programa de Qualificação para a região, com metodologia interativa e de acordo com as especificidades da região.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 1.200.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, material pedagógico, deslocamento	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Certificados emitidos	
Fonte de verificação	Contratação de empresa, certificados de presença e de conclusão dos cursos	

Relação com outras ações quanto ao cronograma	Após pesquisa de demanda
Nível de avanço:	Políticas do Ministério do Trabalho, Políticas de Qualificação do Ministério do Turismo

SWOT	Forças – Estratégia de Produtos Turísticos - item 01 existência de Sistema S – SEBRAE e SENAC, com grande capilaridade na região.	Fraquezas – Estratégia de Produtos Turísticos – item 12 – ausência de política de qualificação; 14 – dificuldade de interiorização dos cursos de qualificação; 17 – poucos gestores públicos do turismo qualificados na função; Fortalecimento Institucional – item 11 – descontinuidade de projetos apresentados
Estratégia	E.5 – Qualificar recursos humanos para o turismo.	
Ação	Implantar programa de capacitação pública em turismo	
Objetivo	Ampliar as ações de organização do turismo local, criando o programa “Turismo e sua Interface no setor Público.	
Justificativa	O turismo apesar de se tratar de uma atividade que de acordo como Ministério do Turismo permeia 52 atividades, este entendimento não é visível dentro da região. As estruturas do turismo são fragilizadas e não há interface com as outras áreas como: meio ambiente, cultura planejamento, ordenamento urbano e obras. Esta ação visa fortalecer agentes públicos atuantes no turismo para que os mesmo sejam capacitados nos conceitos e princípios da atividade e possam realizar suas ações do cotidiano com maior segurança, interagindo com as demais pastas administrativas.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Recursos humanos do setor público com qualificação no turismo.	
Benefícios	Elaboração de orçamentos anuais e plurianuais com dotação orçamentária para o turismo e metas físicas integradas com as demais pastas administrativas. Elaboração de projetos para captação de recursos em outras fontes como: Ministérios, fundações, empresas, etc.	
Beneficiários	Empresários, empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Parceria com universidades para desenvolvimento de Cursos de Especialização em Turismo para agentes públicos em turismo.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 800.000,00	
Gastos estimados de operação	Horas técnicas e material pedagógico específico	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas	Não há exigência	

por lei	
Indicadores de resultado	Turismo sendo tratado como ação permanente nas pastas de: Meio Ambiente Cultura, Planejamento urbano e obras públicas.
Fonte de verificação	Gestores públicos inscritos em cursos de Especialização para o Turismo diploma de conclusão
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Políticas do Ministério do Trabalho, Políticas de Qualificação do Ministério do Turismo

SWOT	Forças – Fortalecimento Institucional - item 04 – os municípios da região contam com estruturas administrativas para o turismo.	Fraquezas – Fortalecimento Institucional – item 06 – não utilização de FNRH e BOH na maioria dos meios de hospedagens da região.; 02 – ausência de interface entre as pastas administrativas;
Estratégia	E.6– Implantar sistema integrado de informações do Polo	
Ação	Elaborar e implantar sistema integrado de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionando a questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.	
Objetivo	Monitorar a economia do turismo - fluxo, permanência, gastos e perfil dos turistas; empregos gerados e as condições ambientais dos empreendimentos e as condições da infraestrutura básica e de serviços de atendimento ao turista e à comunidade	
Justificativa	O Polo turístico Campo Grande Região, não dispõe de informações adequadas e organizadas que favoreçam a tomada de decisão, a implantação de políticas e legislações e que oriente o empresariado em suas decisões estratégicas. Assim é fundamental a implantação de um sistema gerencial que atenda as necessidades de cada município e da região como um todo. Este sistema propiciará a inter-relação entre o turismo, o meio ambiente, os serviços básicos ofertados e suas condições.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Gerenciamento da atividade turística	
Benefícios	Decisões tomadas e direcionadas para os reais anseios e necessidades da região.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada visando, em conjunto com o órgão municipal: Instituir metodologias, produzir, disseminar e promover articulação com instituições estaduais e nacionais visando consolidar um Sistema Gerencial de Informações Turísticas	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 2.000.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, melhor condições para atrair investidores e investimentos	
Normas de licenciamento ambiental	Não há exigência	

exigidas por lei	
Indicadores de resultado	Relatórios gerenciais do sistema para tomada de decisão
Fonte de verificação	Sistema sendo operacionalizado
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Manual de Informações – Ministério do turismo

SWOT	Forças – infraestrutura e serviços básicos – item 01 – grandes condições de acesso e acessibilidade na região	Fraquezas – infraestrutura e serviços básicos – item 13 - sinalização turística inadequada nas principais vias de acesso rodoviário
Estratégia	E.7– Implantar sinalização turística na região	
Ação	Elaborar e executar projeto de sinalização turística para o polo	
Objetivo	Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário.	
Justificativa	A Sinalização de Orientação Turística faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. Foram priorizadas as principais rodovias de entradas e saídas de turistas	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Identidade visual rodoviária da região	
Benefícios	Segurança e identidade visual	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico estabelecendo uma comunicação visual que retrate os ícones da região.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR's dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 8.000.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região, melhor condições para atrair investidores e investimentos	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Projeto técnico de sinalização respeitando a identidade da região	
Fonte de verificação	Contratação de empresa e entrega do projeto	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Manual de sinalização turística – DNIT e MTUR	

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 2 – Centro de Atendimento ao Turista instalados em Campo Grande	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos – item 12 – Centro de Atendimento ao Turista insuficiente na região
Estratégia	E.8 – Implantar Postos/Centro de Atendimento ao Turista	
Ação	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro.	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes	
Justificativa	Os três municípios se encontram ao longo da mesma estrada e não dispõem de nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.	
Benefícios	Espaço adequado para informações ao turista	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico do CAT	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 120.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia apropriada,	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Projeto técnico	
Fonte de verificação	Projeto Técnico	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Outros Centros existentes na região	

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 2 – Centro de Atendimento ao Turista instalados em Campo Grande	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos – item 12 – Centro de Atendimento ao Turista insuficiente na região
Estratégia	E.8 – Implantar Postos/Centro de Atendimento ao Turista	
Ação	Elaborar projeto do CAT– Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes	
Justificativa	Existe um grande fluxo na BR 163, interligando Campo Grande e Cuiabá e nesta importante saída, não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.	
Benefícios	Espaço adequado para informações ao turista	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico do CAT	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 120.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia apropriada,	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Projeto técnico	
Fonte de verificação	Projeto Técnico	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Outros Centros existentes na região	

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 2 – Centro de Atendimento ao Turista instalados em Campo Grande	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos – item 12 – Centro de Atendimento ao Turista insuficiente na região
Estratégia	E.8 – Implantar Postos/Centro de Atendimento ao Turista	
Ação	Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes	
Justificativa	Na saída para Sidrolândia não há nenhum espaço físico organizado para orientar os passageiros que utilizam esta rota, turistas e/ou moradores da região	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Contratação de empresa especializada em projetos arquitetônicos para elaboração do projeto técnico.	
Benefícios	Espaço adequado para informações ao turista	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico do CAT	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 120.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia apropriada,	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Projeto técnico	
Fonte de verificação	Projeto Técnico	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Outros Centros existentes na região	

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 2 – Centro de Atendimento ao Turista instalados em Campo Grande	Fraquezas – Infraestrutura e serviços básicos – item 12 – Centro de Atendimento ao Turista insuficiente na região
Estratégia	E.8 – Implantar Postos/Centro de Atendimento ao Turista	
Ação	Equipar o Serviço de Atendimento ao Turista na Estação de Indubrasil	
Objetivo	Prestar informações e serviços aos visitantes	
Justificativa	A Estação de Indubrasil vem sendo muito utilizada por turistas que compram o passeio do Trem do Pantanal e também é local de visitação turística e no local não há nenhum espaço organizado para a divulga�o do turismo n a região.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Mais um espaço para atendimento ao turista	
Benefícios	Espaço adequado para informaçoes ao turista	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descri�o da a�o	Aquisi�o de mobiliários e equipamentos para divulga�o do turismo da região e presta�o de informaçoes aos turistas	
Responsável pela execu�o	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região	
Entidade responsável pela implanta�o/opera�o/manuten�o da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 150.000,00	
Gastos estimados de opera�o	Aquisi�o de mobiliários e equipamentos	
Mecanismos previstos de recupera�o de custos	Retorno do investimento através da estrutura�o da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	CAT – Centro de Atendimento ao Turista em opera�o	
Fonte de verifica�o	Edital de aquisi�o	
Rela�o com outras a�oes quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Outros Centros existentes na região	

COMPONENTE 2 – ESTRATEGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a Fundação de Turismo do Estado.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 02 – roteiros regionais pouco desenvolvidos; 02 baixa divulgação do turismo; falta de material de divulgação para participação em feiras e eventos.
Estratégia	E1 - Promover em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.	
Ação	Elaboração de materiais promocionais do Polo para os diversos públicos alvo: investidores, turistas, empreendedores, parceiros e habitantes locais.	
Objetivo	Dar visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região, bem como atrair investidores.	
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa criar instrumentos diferenciados para divulgar a região de acordo com os objetivos pretendidos.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Divulgação do Pólo para o maior número de pessoas e aumento do tempo de permanência do turista na região.	
Benefícios	Aumento de geração de renda, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de agência de publicidade	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 690.000,00	
Gastos estimados de operação	Criação e material promocional	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da atração de turistas para a região.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Material de divulgação para atrair investidores; Material para divulgar a região no estado	

	Material para divulgar a região em feiras e eventos nacionais e internacionais.
Fonte de verificação	Contratação de agência publicitária
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Depende da ação de Material promocional
Nível de avanço:	Campanhas promocionais realizadas pela FUNDTUR/MS

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a Fundação de Turismo do Estado.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 02 – roteiros regionais pouco desenvolvidos; 02 baixa divulgação do turismo; falta de material de divulgação para participação em feiras e eventos; 04 – agências de viagens de Campo Grande não vendem os atrativos da região.
Estratégia	E1 - Promover em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.	
Ação	Fomentar o turismo interno.	
Objetivo	Dar visibilidade e aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.	
Justificativa	Campo Grande recebe uma grande movimentação de pessoas pela sua própria condição de capital, onde se situa um comércio forte, uma rede de saúde qualificada, etc. Este público desconhece as atrações, potencialidades e diversidade turística de Campo Grande e principalmente dos demais municípios que compõem a região. Esta ação visa mostrar ao público Sul-Mato-Grossense o que a região dispõe em termos de lazer e entretenimento que possa estimular o turista a permanecer e conhecer a região.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Aumentar o fluxo turístico na região	
Benefícios	Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Parceira com o órgão público estadual de turismo e empresários e entidades do setor para utilização dos espaços em conjunto nas feiras e eventos	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 300.000,00	
Gastos estimados de operação	Campanha de mídia – criação e veiculação	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da atração de turistas para a região.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	

Indicadores de resultado	Pesquisa de percepção turística da região Formatação de campanha para o consumidor final do estado- Plano de Mídia
Fonte de verificação	Contratação de agência
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Política de promoção e Comercialização – efetivação dos destinos –Programa Vai Brasil

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a Fundação de Turismo do Estado.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 02 baixa divulgação do turismo eventos e atrativos.
Estratégia	E1 - Promover em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.	
Ação	Intensificar o programa de captação de eventos.	
Objetivo	Fortalecer o <i>Convention & Visitors Bureau</i> de Campo Grande	
Justificativa	O C&VB de Campo Grande, é a entidade responsável pela captação de eventos em parceria com a Prefeitura municipal e com a Fundação de Turismo de MS. Os recursos da entidade para este fim vêm dos associados e a participação não é muito efetiva. Para que a entidade possa captar eventos é necessário que trabalhe com instrumentos profissionais que mostre a capacidade da região.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Linha de argumentos para a defesa da região e elaboração de um sistema promocional para a região	
Benefícios	Equipamentos de eventos com agenda completa.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Estabelecimento de parcerias entre as prefeituras municipais, a Fundação de Turismo de MS com o <i>Convention & Visitors Bureau</i> . Propiciando viagens de captação e participação em eventos. Atrair eventos para um núcleo significa apontar vantagens, suas características favoráveis à realização de eventos. A captação de eventos deve ser uma tarefa contínua. Sendo fundamental uma estrutura técnico-administrativa e financeira organizada.	
Responsável pela execução	C& VB, Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, Conselhos Municipais de Meio Ambiente.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	C& VB e Prefeitura municipal	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 500.000,00	
Gastos estimados de operação	Confecção de BOOK, viagens para captar eventos.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da atração de turistas para a região.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Equipamentos de eventos com agenda completa	
Fonte de verificação	Elaboração de Book	
Relação com outras ações quanto ao	Independente	

cronograma	
Nível de avanço:	Book do C&VB de Bonito

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a Fundação de Turismo do Estado.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 02 – roteiros regionais pouco desenvolvidos; 02 baixa divulgação do turismo; falta de material de divulgação para participação em feiras e eventos; 04 – agências de viagens de Campo Grande não vendem os atrativos da região.
Estratégia	E1 - Promover em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.	
Ação	Participar de feiras e eventos regional, estadual, nacional e internacional.	
Objetivo	Dar visibilidade a aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região.	
Justificativa	A Região possui atratividades, potencialidades e diversidade turística não conhecida e explorada pelos turistas. Esta ação visa, de maneira sistemática, a participação da região nos eventos de promoção e comercialização	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Aumentar o fluxo turístico na região	
Benefícios	Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Parceira com o órgão público estadual de turismo e empresários e entidades do setor para utilização dos espaços em conjunto nas feiras e eventos	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR´s dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 1.500.000,00	
Gastos estimados de operação	Passagens, hospedagens, alimentação no Brasil e Exterior	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da atração de turistas para a região.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Relatório dos negócios firmados nos eventos	
Fonte de verificação	Relatório de viagens	

Relação com outras ações quanto ao cronograma	Depende da ação de Material promocional
Nível de avanço:	Processo de Comercialização em feiras promovido pela FUNDTUR/MS

Obs: AS DEMAIS AÇÕES TERÃO INÍCIO APÓS OS 18 MESES

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a Fundação de Turismo do Estado.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 06 – falta de planejamento unificado para o marketing na região; 07 – marketing isolado;
Estratégia	E.2 –Definir estratégias e elaborar o Plano de Marketing	
Ação	Elaborar Plano de Marketing para o Polo	
Objetivo	Obter maior eficácia, eficiência e efetividade no processo de promoção e comercialização do pólo turístico.	
Justificativa	Para que se possam estabelecer mecanismos para a ampliação do fluxo turístico, é proposta a estratégia de “atrair demanda de qualidade”, a ser implementada por diferentes ações, considerando que a demanda representa a força econômica, social e cultural do setor. Para isso, é necessária a elaboração de um plano de marketing, o qual possibilitará a identificação de nichos de mercado de interesse, a articulação com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo, a captação de novos segmentos turísticos, além de outras ações. A medida que os atrativos turísticos forem sendo explorados (produtos) e a infraestrutura turística implementada, um plano de Marketing responsável possibilitará um crescimento gradativo de longo prazo, de forma harmônica entre a oferta e a demanda.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Plano de Marketing da região	
Benefícios	Promoção e comercialização do destino de maneira profissional e orientada gerando a consolidação da região no turismo nacional. Maior permanência de turista na região, maior renda gerada, aumento no número de empregos e aumento nos impostos para o município.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada em marketing para elaboração do Plano de Marketing do Polo	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 250.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, pesquisas, deslocamento.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de maior número de turista para a região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	

Indicadores de resultado	Elaboração de Termo de Referência;Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada.Plano de Marketing da Região
Fonte de verificação	Plano de Marketing da região
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Relação com as ações de: Inventariação, segmentação e roteiros formatados
Nível de avanço:	Política de promoção e Comercialização – efetivação dos destinos – Plano Aquarela, Programa Vai Brasil

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a Fundação de Turismo do Estado.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 10 – ausência de informação sobre o perfil do turista que visita a região
Estratégia	E.3 – Implantar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística.	
Ação	Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial.	
Objetivo	Ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial	
Justificativa	A realização desta pesquisa de Demanda Real e Potencial visa identificar o perfil sócio-econômico dos turistas, além de avaliar os equipamentos turísticos e serviços disponíveis, principais motivações e interesses dos turistas que visitam o Polo turístico em questão, além de apontar as características de sua viagem, tais como: meios de hospedagem utilizados, gastos e tempo de permanência. Esta pesquisa busca, portanto, ampliar e atualizar a base de dados existente sobre o perfil da demanda turística e seu potencial ainda inexplorado, oferecendo informações que contribuam para o melhor conhecimento do mercado turístico brasileiro e também orientando os empresários a questões tão importantes quanto a melhoria dos seus produtos e serviços.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Pesquisa de Demanda Real e Potencial	
Benefícios	Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para realização da Pesquisa de Demanda Real e Potencial.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, Conselhos Municipais de Turismo	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 300.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, deslocamento, hospedagens, alimentação.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de melhor abordagem aos mercados consumidores de turismo.	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Documento referencial – Pesquisa de demanda real e potencial	
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Elaboração de edital de licitação e contratação	

	de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Política de promoção e Comercialização – efetivação dos destinos – Plano Aquarela, Programa Vai Brasil

SWOT	Forças – Estratégia de Comercialização - item 01 – principal portal de entrada; 3 – oportunidade de participação em eventos junto com a Fundação de Turismo do Estado.	Fraquezas – Estratégia de Comercialização - item 10 – ausência de informação sobre o perfil do turista que visita a região
Estratégia	E.3 – Implantar sistema de acompanhamento e monitoramento da demanda turística.	
Ação	Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos	
Objetivo	Orientar e avaliar as participações em feiras e eventos	
Justificativa	São inúmeros os gastos praticados no processo de comercialização de um destino. Por isso é importante ter um instrumento que propicie o acompanhamento e a avaliação dos resultados obtidos nas feiras e eventos. Atualmente na região, não há nenhum monitoramento do grau de sucesso obtido nas ações de comercialização, nem a curto, médio e longo prazo.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Melhor direcionamento no processo de promoção e comercialização do destino	
Benefícios	Avaliação dos negócios realizados na comercialização	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para implantação de Sistema com tecnologia avançada de informação para orientar e avaliar a comercialização do destino	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, Conselhos Municipais de Turismo	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 1.500.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, deslocamento, hospedagens, alimentação e software.	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de melhor otimização dos custos benéfico gerado pela comercialização	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Sistema em operação	
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente	
Nível de avanço:	Sistema de rodada de negócios do SEBRAE	

COMPONENTE 3 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SWOT	Forças – Fortalecimento Institucional – item 04 – os municípios da região possuem estrutura administrativa para o turismo	Fraquezas – Fortalecimento Institucional – item 01 – estrutura político administrativa do turismo fragilizada, sem recursos humanos, sem orçamento próprio e sem decisão.
Estratégia	E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	
Ações	Elaborar e implantar os Planos de Fortalecimento Institucional dos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos	
Objetivo	Fortalecer as estruturas de turismo de cada município que compõe o polo turístico Campo Grande e Região, visando colocar o turismo num patamar de representatividade, compondo a pauta econômica da região, criando legislação, planos e projetos de desenvolvimento sustentável	
Justificativa	As estruturas oficiais do turismo e todos os municípios da região encontram-se enfraquecidas e considerando que no turismo, cabe aos órgãos oficiais o direcionamento, o ordenamento e a regulamentação, é imprescindível que estes organismos sejam fortalecidos com estruturas, pessoal técnico, equipamentos e políticas de trabalho.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Fortalecer as estruturas públicas relacionadas ao turismo	
Benefícios	O turismo com orçamento próprio, interfacetado com as demais áreas da administração municipal, com quadro de recursos humanos e instalações requeridas definido, com estatuto e atribuições regulamentadas.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada em fortalecimento Institucional e planejamento estratégico para elaboração do plano institucional.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR's dos municípios	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 12.101.200,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, hospedagem. Deslocamento, pesquisa	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da captação de mais recursos para os projetos de desenvolvimento do turismo	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	

Indicadores de resultado	Documento referencial pronto e validado pelo COMTUR e Fórum da Região
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Edital de licitação e contratação de empresa especializada
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a política de desenvolvimento turístico do Polo.
Nível de avanço:	Diretrizes do Programa de Regionalização, Gestão Descentralizada e Instância de Governança – MTUR, Plano de Fortalecimento da FUNDTUR

SWOT	Forças – Gestão Ambiental - item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística e igualmente legislação ambiental municipal, principalmente em Campo Grande.	Fraquezas – Estratégia de Produto Turístico – item 18 – ausência de diretrizes turísticas nos Planos Diretores existentes.
Estratégia	E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	
Ação	Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas.	
Objetivo	Orientar o desenvolvimento da atividade turística, através da revisão dos Planos Diretores existentes inserindo diretrizes para o ordenamento turístico	
Justificativa	No Polo turístico em questão, o Plano Diretor devidamente constituído existe nos seguintes municípios. Campo Grande, Sidrolândia e Terenos; em contratação em Ribas do Rio Pardo. Entretanto estes planos não dispõem de diretrizes específicas para o turismo. Esta ação tem por finalidade a revisão dos planos existentes inserindo em seu conteúdo diretrizes turísticas para o ordenamento da atividade,	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Apoio ao ordenamento turístico	
Benefícios	Maior orientação para desenvolvimento da atividade turística e legislações pertinentes	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada na revisão de Plano Diretor participativo.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, SEMAC/IMASUL	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 800.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, deslocamento, hospedagem	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de melhor utilização urbana para o turismo	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Planos revisados com diretrizes turísticas	
Fonte de verificação	Edital de contratação	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a política de desenvolvimento turístico do Polo.	
Nível de avanço:	Diretrizes SEMAC/IMASUL – Legislação para Plano Diretor	

SWOT	Forças – Gestão Ambiental - item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística e igualmente legislação ambiental municipal, principalmente em Campo Grande.	Fraquezas – Estratégia de Produto Turístico – item 18 – ausência de Plano diretor em: Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo
Estratégia	E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	
Ação	Elaborar o Plano Diretor Participativo dos municípios de: Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas	
Objetivo	Apoiar as Administrações Municipais na implementação dos seus respectivos Planos Diretores Participativos, promovendo a organização, crescimento e o funcionamento da cidade, de modo a apoiar o processo de desenvolvimento sustentável do território, buscando parcerias entre a sociedade civil, empreendedores, poderes públicos e segmentos representativos para uma gestão democrática e participativa.	
Justificativa	O Plano Diretor de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do Município no que concerne o ordenamento físico-territorial e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal e das diretrizes de desenvolvimento urbano sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuições do município, prevista na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribuem ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Apoio ao ordenamento turístico	
Benefícios	Maior orientação para desenvolvimento da atividade turística e legislações pertinentes	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada na elaboração de Plano Diretor participativo, com diretrizes turísticas	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, SEMAC/IMASUL	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal	

Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 1.540.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, deslocamento, hospedagem,
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de melhor utilização urbana para o turismo
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Plano diretor elaborado
Fonte de verificação	Editais de contratação e
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a política de desenvolvimento turístico do Polo.
Nível de avanço:	Diretrizes SEMAC/IMASUL – Legislação para Plano Diretor

Obs: AS DEMAIS AÇÕES TERÃO INÍCIO APÓS OS 18 MESES

SWOT	Forças – Fortalecimento Institucional – item 01 Instância Regional constituída.	Fraquezas – Fortalecimento Institucional – item 05 40% dos municípios não possuem COMTUR instalado e nem todos os instalados estão efetivados
Estratégia	E2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	
Ação	Instituir Conselhos Municipais de Turismo em: Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Terenos	
Objetivo	Instituição do COMTUR e criação do Fundo Municipal de Turismo.	
Justificativa	Os conselhos municipais de turismo tem como atribuições conceber e estimular ações para o desenvolvimento do turismo sustentável; participar do planejamento, da administração e da fiscalização da atividade turística no município e, se for um órgão deliberativo, terá que deliberar sobre a importância das ações a serem desenvolvidas, ainda, decidir sobre as prioridades a serem tomadas. O cerne desta proposta é o aumento do Capital Social, uma vez que a realidade local é marcada por um nível insatisfatório de participação social e estruturação dos Conselhos através da elaboração do Plano de Ação para o Conselho; estabelecimento de Câmaras Técnicas, para aprofundar diagnósticos de situações problemas; proposição e encaminhamentos de soluções e instituição de Fundo Municipal do Turismo.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Maior participação da sociedade no turismo	
Benefícios	Instância local fortalecida para implementar políticas de desenvolvimento do turismo	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Em parceria com o Ministério do Turismo e o órgão oficial de turismo do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim, além de elaboração do Plano de Ação para o Conselho; estabelecimento de Câmaras Técnicas, para aprofundar diagnósticos de situações problemas; proposição e encaminhamentos de soluções. O fundo servirá como alavanca para vários projetos turísticos da cidade e poderá ser constituído por uma parte da arrecadação do ISS. A administração do fundo ficará sob responsabilidade do COMTUR – conselho municipal do turismo que, como órgão representativo da sociedade no setor, deverá ser valorizado por meio de Ações de reconhecimento do gestor público.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 150.000,00	

Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Plano de ação do COMTUR constituído; Câmaras temáticas ativas e Fundo municipal de Turismo ativo
Fonte de verificação	Estatuto do COMTUR constituído e Legislação do Fundo Municipal de Turismo criado
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a política de desenvolvimento turístico do Polo.
Nível de avanço:	Diretrizes do Programa de Regionalização, Gestão Descentralizada e Instância de Governança - MTUR

SWOT	Forças – Fortalecimento Institucional – item 01 Instância Regional constituída.	Fraquezas – Fortalecimento Institucional – item 05 40% dos municípios não possuem COMTUR instalado e nem todos os instalados estão efetivados
Estratégia	E2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	
Ação	Fortalecer os Conselhos Municipais de Turismo de Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Jaraguari, Rochedo e Rio Negro	
Objetivo	Fortalecimento das Instâncias de Governança do Polo.	
Justificativa	As atividades do Fórum Regional e dos Conselhos municipais requerem maior dinamismo e estruturação para desempenhar seu importante papel na interlocução e desenvolvimento do turismo.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Maior participação da sociedade no turismo	
Benefícios	Instância local fortalecida para implementar políticas de desenvolvimento do turismo	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Em parceria com o Ministério do Turismo e o órgão oficial de turismo do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 360.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia apropriada, deslocamento, diárias, visitas técnicas	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Conselhos Ativos com pauta de trabalho	
Fonte de verificação	Deliberações dos Conselhos	
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Ação estruturante para a política de desenvolvimento turístico do Polo.	
Nível de avanço:	Diretrizes do Programa de Regionalização, Gestão Descentralizada e Instância de Governança - MTUR	

COMPONENTE 4 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 02 existência de programas, projetos e planos ambientais abrangendo o Polo	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 06 deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto; 07 – pouca utilização de práticas ecologicamente corretas – redução do consumo de água, energia, redução do desperdício de alimentos, etc.
Estratégia	E.1 – Implantar e /ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo	
Ação	Elaborar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo	
Objetivo	Atender a necessidade de redução e combate as perdas de água.	
Justificativa	Apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água serem bons, é imprescindível promover melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas de água. O atendimento a população flutuante principalmente na alta temporada, como a melhoria na qualidade de vida da população local, tem como ponto forte, a distribuição de água potável	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Mais um espaço para atendimento ao turista	
Benefícios	Considerando que a região é altamente promissora para o desenvolvimento da atividade turística, há necessidade de garantir o abastecimento público dos municípios do Polo, bem como, servir de base para o planejamento urbano das cidades e contribuir para o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região considerando sua utilização e formas de preservação.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de plano de redução do índice de perda na distribuição de água potável. É importante ressaltar que neste plano deverá conter além de medidas operacionais, medidas educativas para a população local	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Órgão municipal de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, SEMAC/IMASUL	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL –R\$ 430.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, software adequado	

Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da eficácia e eficiência do processo
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Projeto técnico elaborado
Fonte de verificação	Editais de contratação
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Outras experiências exitosas implantadas no país.

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 02 existência de programas, projetos e planos ambientais abrangendo o Polo	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 06 deficiência de saneamento ambiental e baixa cobertura de rede de esgoto;
Estratégia	E.1 – Implantar e /ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo	
Ação	Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos.	
Objetivo	Elevar a qualidade de vida da população residente e flutuante da região	
Justificativa	<p>Investir em esgoto pode significar um grande salto para o município, em termos da dotação da infraestrutura requerida para a instalação das modernas empresas cada vez mais comuns nessa era da “globalização”</p> <p>Os sistemas de esgoto apresentam-se, nos dias atuais, como obras de engenharia que incorporam elevado nível de evolução tecnológica e se caracterizam por maior qualidade, mais simplificação no processo construtivo e menor custo de implantação e operação.</p> <p>Os problemas decorrentes da falta de um sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário agravam-se quando existe fornecimento de água tratada à população. Cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário</p> <p>Assim: ao levar a rede de abastecimento d’água para uma população, o poder público está implantando “mini-fábricas” de esgoto sanitário nos domicílios atendidos.</p>	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Melhor qualidade de vida para a população residente e flutuante	
Benefícios	Melhoria em todo o sistema de saneamento	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico de esgotamento sanitário para o Polo com soluções inovadoras	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 3.500.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, software adequado, metodologia inovadora	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da eficácia e eficiência do processo	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	EIA/RIMA	

Indicadores de resultado	Projeto técnico elaborado
Fonte de verificação	Edital de contratação
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Legislação de esgotamento sanitário

COMPONENTE 5 – GESTÃO AMBIENTAL

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 01 – Burocracia da legislação ambiental que emperra o desenvolvimento da atividade turística;
Estratégia	E.1- Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais	
Ação	Revisar o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios do Polo	
Objetivo	Atualizar e aperfeiçoar os instrumentos de regulação da gestão ambiental nos municípios do Polo à luz da política e de diretrizes municipais para o setor.	
Justificativa	<p>O Código Municipal de Meio Ambiente hoje em vigor nos municípios de modo geral apresentam-se como documento regulador da gestão setorial, com conteúdo bastante completo, abrangente e tecnicamente adequado. Entretanto, falta-lhe a base das definições estratégicas, que será aportada pelo Plano Estratégico de Gestão. Assim, torna-se necessária a análise do conteúdo do Código e a sua adequação, o que demandará a contratação de consultoria especializada, com a colaboração da unidade gestora do meio ambiente das administrações municipais, dos demais setores correlatos da estrutura do poder público e a necessária contribuição dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.</p> <p>Existem muitas lacunas a serem preenchidas neste setor. Percebe-se que é preciso criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente, considerando que os instrumentos legais instituídos são restritos e esparsos, ou seja, inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas nos municípios, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedades municipais.</p>	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Código Municipal de Meio Ambiente readequado de acordo com as necessidades locais.	
Benefícios	Eficiência na legislação ambiental	
Beneficiários		
Descrição da ação	Trata-se de proceder à revisão do Código Municipal de Meio Ambiente tendo por base o Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR's dos municípios, IMASUL e SEMAC	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	PRODETUR NACIONAL - R\$ 380.000,00	

Gastos estimados de operação	Pessoal técnico especializado em constituir conselhos, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de melhor aplicação da legislação
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Código Municipal de Meio Ambiente readequado de acordo com as necessidades locais, construído e validado
Fonte de verificação	Código revisado
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Ministério do meio Ambiente, Conselho Nacional de Meio Ambiente, legislação federal, estadual e municipal

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 01 – Burocracia da legislação ambiental que emperra o desenvolvimento da atividade turística;
Estratégia	E.1- Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.	
Ação	Elaborar Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental	
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.	
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Fortalecer o institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.	
Benefícios	Empreendimentos turísticos instalados em áreas compatíveis com o equipamento e gestão dos empreendimentos de maneira mais sustentável.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Elaboração de plano estratégico de gestão ambiental. Os serviços a serem prestados deverão incluir o cumprimento, dentre outras, das seguintes atividades: Elaboração de diretrizes, estratégias, mecanismos e instrumentos de gestão ambiental tendo em vista o uso racional dos recursos naturais, a ocupação territorial compatível com a capacidade de suporte do meio natural, a regulação das atividades potencialmente poluidoras, a recuperação de áreas degradadas, a restauração do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais e a potencialização dos processos de desenvolvimento sustentável. - Mobilização da sociedade local por meio de fóruns de discussão participativa entre a administração municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA's e a comunidade local; sensibilização da comunidade e potencialização do papel de educador ambiental exercido pelos cidadãos em seu cotidiano - Criação de instrumentos normativos, administrativos e de gestão financeira para subsidiar a gestão do meio ambiente, tornando os dados e informações resultantes permanentemente disponíveis ao público. As orientações e indicações constantes do Plano Municipal Estratégico de Gestão Ambiental assim elaborado constituirão a base para a revisão e atualização do Código Municipal de Meio Ambiente e para a definição clara e objetiva dos limites e das possibilidades de atuação do poder público municipal por meio do Núcleo de Meio Ambiente e para a elaboração e implantação da Agenda 21 local.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR's dos municípios, SEMAC/IMASUL.	

Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 400.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	EIA/RIMA
Indicadores de resultado	Plano Regional de Gestão Ambiental construído e validado
Fonte de verificação	Elaboração de Termo de Referência; Elaboração de edital de licitação e contratação de empresa especializada.
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Integração das metodologias de Planejamento Estratégico e Gestão Ambiental

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 – existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 01 – Burocracia da legislação ambiental que emperra o desenvolvimento da atividade turística;
SWOT	5. ESTRATEGIA DE GESTÃO AMBIENTAL	
Estratégia	E.1- Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.	
Ação	Elaborar Agenda 21 regional.	
Objetivo	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local.	
Justificativa	O turismo baseado nos recursos naturais focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas. A região não dispõe de nenhuma orientação nesse aspecto.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Maior integração turismo e Meio Ambiente	
Benefícios	Desenvolvimento do turismo em base sustentável	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Para a elaboração da Agenda 21 nos municípios da região poderão ser utilizadas as ações propostas no Passo-a-Passo da Agenda 21 Local disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente. Mobilizar um grupo de trabalho composto por agentes internos à administração municipal e representante da sociedade e cumprir as seguintes etapas: Mobilizar e sensibilizar o governo e a sociedade; Criar um Fórum de Agenda 21; Elaborar um diagnóstico participativo; Elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável.	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, COMTUR's dos municípios, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, SEMAC/IMASUL.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 250.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de maior gestão ambiental	
Normas de licenciamento ambiental		

exigidas por lei	
Indicadores de resultado	Elaboração da Agenda 21 Regional
Fonte de verificação	Editais de contratação
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Integração das metodologias de Planejamento Estratégico e Gestão Ambiental

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 06 – existência de legislação ambiental criando Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente em Campo Grande Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 05 – ausência de mobilização da comunidade para cobrança de resultados
Estratégia	E.2 - Implantar sistema de qualidade ambiental do pólo	
Ação	Criar Conselho Municipal de Meio Ambiente em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Rochedo, Rio Negro, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo e Terenos	
Objetivo	Garantir a exploração sustentada da atividade turística no Polo	
Justificativa	Na região existe Conselho Municipal de Meio Ambiente nos municípios de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia, Em relação a Conferência Municipal de Meio Ambiente somente Terenos não realizou. Assim é imprescindível para a região que haja Conselhos instalados e ativos de Meio Ambiente em todos os municípios da região, além de conselheiros qualificados para deliberar sobre as matérias locais.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Maior integração turismo e Meio Ambiente	
Benefícios	Estruturas constituídas com pauta de reuniões e ampla participação dos conselheiros e da comunidade	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o órgão oficial de Meio Ambiente do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim e promover a criação dos conselhos nos demais municípios	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e SEMAC/IMASUL.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 280.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de maior mobilização da comunidade	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	

Indicadores de resultado	Conselho ativo com pauta de reuniões e deliberações.
Fonte de verificação	Conselhos instalados
Relação com outras ações quanto ao cronograma	
Nível de avanço:	Integração das metodologias de Planejamento Estratégico e Gestão Ambiental

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 06 – existência de legislação ambiental criando Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente em Campo Grande Jaraguari, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 09 Conselhos Municipais do Meio Ambiente e Fundos Municipais do Meio Ambiente criados por legislação e não instituídos na prática.
Estratégia	E.2 - Implantar sistema de qualidade ambiental do pólo	
Ação	Implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia	
Objetivo	Garantir a exploração sustentada da atividade turística no Polo	
Justificativa	Na região existe Conselho Municipal de Meio Ambiente nos municípios de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia, entretanto é imprescindível para o desenvolvimento da atividade turística que a atividade esteja em completa sintonia com as ações do Meio Ambiente e que as interlocuções flua de maneira coerente e dinâmica, com conselheiros qualificados para deliberar sobre as matérias locais.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Maior integração turismo e Meio Ambiente	
Benefícios	Estruturas constituídas com pauta de reuniões e ampla participação dos conselheiros e da comunidade.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o órgão oficial de Meio Ambiente do Estado montar processo continuado e diversificado de educação para a Gestão dos Conselheiros, com aplicação de dinâmicas que buscam explicitar e negociar conflitos, conduzidas por mediadores qualificados e contratados para este fim e promover a criação dos conselhos nos demais municípios	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e SEMAC/IMASUL.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 240.000,00	
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado	
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através de maior mobilização da comunidade	
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência	
Indicadores de resultado	Conselho ativo com pauta de reuniões e deliberações.	
Fonte de verificação	Conselhos Municipais instalados	

Relação com outras ações quanto ao cronograma	
Nível de avanço:	Integração das metodologias de Planejamento Estratégico e Gestão Ambiental

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 04 existência de legislação ambiental estadual reguladora da atividade turística e igualmente legislação ambiental municipal, principalmente em Campo Grande	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 09 Projetos referentes à educação ambiental insuficientes; 11 – baixa participação da comunidade nos conselhos e ausência de informação turística nas escolas.
Estratégia	E.2 – Implantar sistema de qualidade ambiental do Polo	
Ação	Implantar projeto Caminhos do Futuro do Ministério do turismo no Polo.	
Objetivo	Inserir conteúdos de turismo sustentável nas escolas públicas visando a formação de jovens com consciência sobre a exploração turística e o meio ambiente	
Justificativa	O Projeto Caminhos do Futuro está dentro das metas do Plano Nacional de Turismo, principalmente por promover a educação para o turismo, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria de qualidade dos produtos e serviços turísticos, e conseqüente geração de emprego e renda.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Implantação do projeto em nas escolas pública do Polo	
Benefícios	Maior consciência sobre a exploração sustentável do turismo e maior participação da comunidade nos conselhos municipais de turismo e meio ambiente.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	O objetivo é capacitar professores da rede pública de ensino municipal e estadual de para que eles possam trabalhar com seus alunos questões ligadas ao turismo, enfocando as possibilidades e os problemas encontrados na área. Os professores poderão trabalhar com conteúdo ligado a turismo usando disciplinas como geografia, história e biologia, por exemplo, ou mesmo incentivando o desenvolvimento de outros projetos, sejam eles interdisciplinares ou não. Os jovens passarão a ter a oportunidade de aprender de forma lúdica, pois além de o projeto incluir livros que abordam Ética, Meio Ambiente, Cidadania, Ecoturismo, Cultura, Hotelaria, Finanças, Administração e Tecnologia — todos com enfoque em Turismo — também são usados mapas ilustrados e o jogo Viajando pelo Brasil. O projeto também incentiva o jovem a se orgulhar da comunidade em que vive. Por meio do projeto o adolescente acaba descobrindo a importância histórica do lugar e sente orgulho de estar inserido naquela cultura	
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região e Conselho Municipal de Meio Ambiente.	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.	
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – R\$ 360.000,00	
Gastos estimados de operação	Técnicos o projeto, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos,	

	computadores e software adequado,
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação da oferta turística da região.
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência
Indicadores de resultado	Pesquisa junto ao público beneficiário no momento inicial e no final do projeto para mensuração do impacto nos alunos e professores
Fonte de verificação	Termo de Adesão ao Projeto
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Independente
Nível de avanço:	Conteúdo metodológico desenvolvido pelo MTUR

SWOT	Forças – Infraestrutura e serviços básicos – item 07 - Há um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo município de Campo Grande, intermediado pelo Ministério Público Estadual, com ações objetivando a desativação, até dezembro de 2011, do atual aterro sanitário e a recuperação ambiental da área; 18 - Construção de uma usina de triagem de resíduos sólidos no novo aterro sanitário em Campo Grande - O novo aterro contará com um incinerador de resíduos sólidos hospitalares, uma área específica para receber resíduos sólidos da construção civil, e todo o material não reciclável será compactado por equipamento específico, visando uma vida útil de 20 anos deste novo aterro; 19 - Existência de UPL em alguns municípios do Polo como, por exemplo, Dois Irmãos, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul; 20 - Há projeto de construção de um aterro sanitário está em tramitação no IMASUL/SEMA/MS em Rochedo,–	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 08 – existência de disposição irregular de resíduos sólidos em todos os municípios.
Estratégia	E.2 – Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo	
Ação	Elaborar plano integrado de resíduos sólidos	
Objetivo	Criar mecanismos legais, objetivando a proteção ao meio ambiente e o disciplinamento em relação ao lixo, através da legislação pertinente.	
Justificativa	Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado. Enfrentar o problema de geração de resíduo sólido vai além de um local adequado para deposição, é preciso considerar desde a origem deste descarte até seu destino final. Nos município do Polo não existe aterro sanitário (em Campo Grande está em fase de implantação) nem unidade de processamento e reciclagem do resíduo sólido ou Programa de Reciclagem, o que existe é um local específico para o destino final dos resíduos onde os mesmos são depositados ordenadamente em valas e com maquinário é feita a manutenção destes. Este projeto irá balizar a implantação de aterros sanitários e UPL no Polo.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Melhoria em todo o sistema de resíduos sólidos.	
Benefícios	Decisões tomadas e direcionadas para os reais anseios e necessidades da região.	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Elaboração de um Plano para a região do Polo que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequadas dos resíduos sólidos. Devendo implantar um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.	

Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, SEMAC/IMASUL
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 350.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através da estruturação do sistema de resíduo sólido
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	EIA/RIMA

SWOT	Forças – Gestão Ambiental – item 01 Estruturas político administrativa de meio ambiente em todos os municípios do estado destacando-se também, a presença na capital do órgão ambiental oficial estadual (IMASUL/SEMAC); 02 - Existência de Programas, Projetos e Planos (nacionais, estaduais e municipais) ambientais abrangendo o Polo Campo Grande e Região	Fraquezas – Gestão Ambiental – item 02 - Baixa capacidade operacional dos órgãos oficiais ambientais (estadual e municipais) pela insuficiência de recursos humanos e equipamentos para licenciar e fiscalizar os empreendimentos; 03- Baixa implantação dos Programas, Projetos e Planos ambientais existentes
Estratégia	E.3 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais.	
Ação	Elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE	
Objetivo	A elaboração da AAE serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, que por sua vez reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	
Justificativa	A AAE tem sido apontada como uma solução para as deficiências da Avaliação de Impacto Ambiental e, principalmente, como o instrumento que permitirá que a sustentabilidade do desenvolvimento seja viabilizada. Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas. O principal argumento em favor da AAE reside no que se entende como a situação ideal para o processo de formulação de documentos de planejamento. Na prática, essa situação ideal acontecerá quando a realização da AAE ocorrer de forma simultânea com a formulação dos documentos de planejamento, não existindo nenhuma distinção/separação entre essas duas ações. E isto como indicativo de que a preocupação com os aspectos ambiental, social, econômico e institucional já é parte integrante e indissociável do processo de planejamento.	
Efeito Esperado no desenvolvimento turístico	Garantia do desenvolvimento de um turismo sustentável na região.	
Benefícios	A identificação de impactos e a criação de mecanismos de monitoramento proporcionarão melhorias e qualidade ambiental, ofertando produtos turísticos de qualidade	
Beneficiários	Empresários, poder público e comunidade e turistas.	
Descrição da ação	Diagnóstico, Identificação e Avaliação de Impactos; Cenarização; Conclusões e Recomendações, Mecanismos de Monitoramento e Avaliação do Programa, Objetivos de Sustentabilidade, Proposição dos	

	<p>Cenários de Desenvolvimento.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação do Estudo 2. Elaboração da Linha de Base e Diagnóstico 3. Identificação e Avaliação de Impactos 4. Construção de Cenários; 5. Conclusões e Recomendações 6. Monitoramento e Avaliação do Programa .
Responsável pela execução	Prefeitura municipal, Fórum Regional da Região, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, SEMAC/IMASUL
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço.	Prefeitura Municipal de cada município da região.
Custo estimado e fonte de financiamento	Fonte: PRODETUR NACIONAL – Valor R\$ 350.000,00
Gastos estimados de operação	Pessoal especializado, metodologia, despesas de deslocamento, alimentação, hospedagem, locação de veículos, computadores e software adequado
Mecanismos previstos de recuperação de custos	Retorno do investimento através ações que propiciem um turismo sustentável
Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei	Não há exigência

5) AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

As ações gerais propostas neste plano foram relacionadas em grupos estratégicos, se concentrando principalmente em duas estratégias: “diversificar e qualificar a oferta de produtos turísticos” e “proteger e qualificar os recursos naturais importantes para o turismo”.

Nesta avaliação procurou-se obter uma percepção sistêmica das ações, dos impactos positivos e negativos, bem como a forma de minimizá-los (os negativos) e potencializá-los (os positivos).

Os principais fatores geradores de impactos na região serão: o aumento da demanda turística e da infraestrutura necessária para seu atendimento. Esse aumento de fluxo poderá trazer os seguintes impactos para a região:

- Aumento no volume produzido de: esgoto doméstico e industrial; resíduos sólidos; captação, reservação e distribuição de água potável, produzindo uma sobrecarga no sistema de saneamento básico (água, esgoto e resíduos sólidos) que poderá comprometer os recursos naturais da região;
- Aumento da visitação turística em ambientes frágeis (cachoeiras, grutas, nascentes, entre outros), podendo levar à degradação dos mesmos;
- Crescimento de empreendimentos turísticos sem o devido licenciamento ambiental e em desconformidade com os instrumentos de ordenamento territorial;
- Valorização imobiliária das regiões com potencial de uso turístico.

O conjunto de ações a serem executadas, foi planejado para minimizar os impactos desse processo de desenvolvimento do turismo, considerando as necessidades de correções dos procedimentos atuais e de adoção de novos procedimentos baseado numa atitude pró-ativa. A definição da capacidade de carga dos empreendimentos turísticos através de metodologia científica é de caráter prioritário, bem como a sua regularização perante aos órgãos quanto ao licenciamento ambiental, entre outras ações fundamentais para a proteção dos recursos naturais.

Estas ações, grosso modo, terão como objetivo atacar dois componentes: controle ambiental e preservação/conservação ambiental.

No que se refere ao controle ambiental estas ações visarão:

- Controlar a emissão de fontes antropogênicas de poluição do ar, o lançamento de águas servidas e águas residuárias em recursos hídricos, o acondicionamento, transporte e a destinação incorreta de resíduos sólidos;
- Sensibilizar para a utilização de tecnologias mais limpas para minimizar a geração de resíduos atmosféricos, hídricos e sólidos;
- Adotar medidas de controle sustentáveis para obras de infraestrutura (técnicas de manejo de drenagem de águas pluviais, técnicas de controle de processos erosivos, técnicas de gestão de resíduos de construção e demolição, entre outras).
- Respeitar os princípios, objetivos, fundamentos, instrumentos e demais recomendações de políticas de gestão territorial urbana e rural, ambiental e hídrica: Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, Política Nacional de Resíduos Sólidos (recentemente sancionada pelo presidente da república) – PNRS, Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Política Nacional de Biodiversidade, Estatuto da Cidade, Código Florestal, Lei de Proteção à Fauna.

O fortalecimento institucional e a qualificação profissional são importantes componentes que contribuirão para uma melhor gestão turística e ambiental no Polo Campo Grande e Região, possibilitando o desenvolvimento de ações planejadas e articuladas a partir de uma visão de

integração e conservação dos recursos necessários (naturais, culturais, sociais e econômicos) ao desenvolvimento da atividade turística.

Buscar-se-á com essas ações a consolidação de dois fatores primordiais para uma Gestão Ambiental eficiente e eficaz: a **sensibilização** dos gestores (proprietários de atrativos turísticos privados, e gestores públicos), trabalhadores, utilizadores dos atrativos, da população direta e indiretamente envolvida com os mesmos, e a **participação** de todos direta e indiretamente envolvidos no desenvolvimento do turismo sustentável da região.

5.1. - Avaliação dos Impactos Socioambientais de todas as ações e/ou projetos.

Quadro 24 - ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA: avaliação de impactos socioambientais

E.1 – Estruturação dos atrativos turísticos

AÇÕES 1, 2, 3, 4 e 5 – Atualizar o inventário turístico da região em sistema de banco de dados; Elaborar estudo e implantar controle da Capacidade de Carga dos produtos turísticos; Promover o cadastramento de todos os empreendimentos de acordo com a Lei Geral do turismo no SISTEMA CADASTUR; Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão turística e ambiental mais eficiente; • Redução de pressão sobre recursos naturais; • Uniformização das informações de acordo com um padrão nacional; • Integração dos municípios; • Geração de emprego e renda, inclusive de novas oportunidades comerciais; • Promoção do ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos; • Oportunidade de diversificação do produto turístico do Pólo, por meio de roteiros integrados; • A integração entre roteiros ou núcleos auxilia a dinamização das economias locais, por meio da exploração das complementaridades, gerando a diversificação dos produtos e atrativos; • Mais visibilidade para os empreendimentos; • Ampliação do conhecimento sobre a região; • Dados para embasamento de pesquisas científicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento mal realizado por falta de pessoal capacitado para correto preenchimento dos dados; • Repasse de informações equivocadas; • Estimativas errôneas da capacidade de carga dos empreendimentos e consequente degradação do meio ambiente. • Difusão de dados não consolidados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento do pessoal para operar banco de dados. • Gestão turística integrada dos atrativos em sintonia com a capacidade de carga dos mesmos. • Desenvolvimento de calendário único de eventos do polo para evitar sub ou sobreutilização dos empreendimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo continuado de controle da capacidade dos produtos turísticos, inclusive contemplando o viés ambiental; • Atualização contínua do inventário turístico da região; • Atualização contínua dos bancos de dados desenvolvidos; • Consolidação da base de dados; • Elaboração e divulgação de cartilhas informativas/ educativas quanto à importância do CADASTUR; • Ampla divulgação pós-cadastramento e consolidação (marketing); • Alimentação continuada do banco de dados; • Padronização dos dados, transformando e digitalizando os existentes

-
- Direcionamento de recursos financeiros para a região;
 - Maiores informações para elaboração de estudos, projetos e programas, inclusive para Plano de manejo, EIA/RIMA das atividades.
-

E.2 - Incentivar o aumento de produtos e roteiros de qualidade disponíveis na região

AÇÕES 1, 2 e 3 – Ampliar a atuação do *trade* da região; Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta; Formatar novos roteiros integrados na região e com outras regiões turísticas.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do fluxo turístico; • Aumento do gasto e permanência média do turista no polo; • Aumento de renda na região; • Estímulo a novos empreendimentos e investimentos; • Aumento do PIB da região; • Valorização da produção local; inserção da mulher e do jovem no mercado de trabalho; • Estímulo a novos investimentos locais (comércio, indústria e infraestrutura); • Geração de empregos diretamente e indiretamente associados ao turismo; • Integração entre os municípios, dinamização das economias locais por meio da complementariedade dos produtos turísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de demanda por serviços públicos, excedendo seus custos; • Exigência de treinamento de empregados, proprietários e da população local; • Geração de resíduos com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos; • Geração de Gases do Efeito Estufa – GEE's com contribuição para Efeito Estufa; • Irregularidade e desorganização na gestão da produção local gerando falhas na comercialização; • Recursos humanos despreparados para atender a demanda do mercado turístico; • Exploração financeira e perda cultural das comunidades locais associadas ao turismo; • Aumento da violência, venda e consumo de drogas e exploração sexual; • Maior pressão sobre recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Repassar os custos com serviços públicos aos produtos turísticos, não deixando apenas a comunidade local arcar com os mesmos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE's; • Estimular a organização da produção local e a capacitação de seus responsáveis; • Incentivar a adoção de certificados e selos de qualidade ambientais nos empreendimentos; • Fomentar a conscientização ambiental dos turistas através de campanhas de uso racional de água, da energia e de outros recursos nos empreendimentos turísticos (hotéis e outros); • Fortalecimento institucional da gestão da segurança pública; • Programas de valorização da cultura local e desenvolvimento de atividades e produtos de promoção das tradições locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão integrada entre municípios (reuniões, intercâmbios, troca de experiências) • Fortalecimento dos COMTUR e do Fórum Regional do Turismo para a gestão integrada e melhor desenvolvimento dos roteiros do polo; • Sensibilizar a iniciativa privada e ampliar sua participação nas instâncias locais da gestão turística; • Incentivar a produção associada ao turismo continuamente; • Divulgação de novos roteiros integrados; • Incentivo a roteiros turísticos integrados; • Elaborar e implantar projeto de sinalização indicativa e turística para as rodovias sobre os novos roteiros integrados; • Estimular a implantação do Programa Artesanato Brasileiro – PAB; • Estimular incentivos fiscais para produtos locais que tiverem sido qualificados por programa de capacitação; • Estimular a promoção e venda de artesanato e produtos regionais; • Priorização de mão-de-obra local, quando possível; • Incentivos fiscais como isenção tributária.

E.3 - Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade.

AÇÃO 1 e 2 - Regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental; Criação de mecanismos de certificação dos produtos turísticos

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Atrair demanda turística qualificada com maior poder aquisitivo e, até mesmo, com maior nível de consciência ambiental; • Redução e controle de impactos socioambientais; • Minimiza pressão sobre recursos ambientais; • Desenvolver sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos; • Maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades; • Reflexos positivos no desenvolvimento sustentável da região; • Competitividade internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrativo turístico de valor mais elevado; • Marginalização de empreendimentos sem recursos para adotar a certificação; • Falta de infraestrutura (transporte, segurança, etc.) para atender o aumento da demanda qualificada de turistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diluir os custos com o processo de certificação nos produtos turísticos oferecidos; • Melhorar infraestrutura básica e turística. • Desenvolver e divulgar linhas de financiamento para a certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar o mercado turístico das vantagens de se ter um produto/serviço com maior qualidade e confiabilidade; • Participar das Discussões com Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS); • Apoiar as discussões sobre a regulamentação do ecoturismo no Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama; • Maior integração entre os órgãos participantes do processo de certificação; • Capacitação de proprietários e funcionários de empreendimentos turísticos; • Identificação e padronização de procedimentos de certificação, de acordo com a tipologia e porte dos empreendimentos; • Elaboração e divulgação de cartilhas educativas.

E.4 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística.

AÇÕES 1 e 2 – Estimular proprietários de fazendas potencialmente turísticas para investirem em novos empreendimentos turísticos; Instituir incentivos fiscais para empreendedores turísticos.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego e renda; • Ganhos sociais; • Estímulo a novos empreendimentos e investimentos; • Aumento da arrecadação de tributos; • Investimentos privados em infraestrutura turística; • Diversificação da economia local, principalmente em área rural; • Aumento e diversificação da oferta turística na região; • Criação de empresas domésticas; • Capacitação da Mão-de-obra rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de resíduos com poluição do solo, dos recursos hídricos; • Geração de Efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos; • Geração de Gases do Efeito Estufa – GEE's com contribuição para Efeito Estufa; • Impacto sobre a flora e fauna; • Maior pressão sobre recursos naturais; • Oferta de produtos e serviços sem qualidade; • Atividades sem licenciamento ambiental; • Especulação imobiliária; • Construções irregulares; • Falta de sinalização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para condicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE's, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Incentivar a maior inserção do proprietário e de seus funcionários em cursos de capacitação (SENAR, SEBRAE, SENAC e outros) para conferir melhor qualidade à atividade desenvolvida; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulação contínua aos empreendedores a investirem em suas atividades, inclusive investimentos em tecnologias limpas, em sistemas de certificação ambiental, em sistemas de controle ambiental; • Promover continuamente, por meio de incentivos fiscais, os empreendimentos turísticos, principalmente aqueles que demonstrarem possuir responsabilidade sócio-ambiental; • Orientações técnicas para os proprietários; • Levantamento das áreas potenciais; • Maiores cuidados com propriedades localizadas dentro de ETEP's.

E.5 - Qualificar recursos humanos para o turismo.

AÇÕES 1 e 2 –Pesquisar e identificar as demandas do mercado para orientar a implantação de programas de qualificação de recursos humanos para o setor. Implantar o Programa de Qualificação.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria no atendimento dos turistas; • Aumento da satisfação e melhora da imagem positiva do polo no mercado turístico; • Inclusão da mão de obra da sociedade local; • Valorização da herança cultural; • Valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais; • Aumento da renda; • Maior acesso a capacitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saturação do mercado de trabalho; • Aumento considerável com custos de mão-de-obra nos empreendimentos do setor de turismo; • Capacitação desnecessária decorrentes do levantamento inadequada da demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento sistêmico da demanda profissional do mercado de trabalho no setor de turismo. Envolvendo vários sub-setores do turismo e desenvolvidos por técnicos especializados em pesquisas. • Instituir pesquisas sistêmicas de satisfação do atendimento e serviços turísticos prestados junto aos turistas para direcionar as necessidades de capacitação do polo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar as parcerias para a capacitação profissional para o turismo; • Elaboração do Plano de capacitação profissional para o turismo no polo alinhando o recurso humano com os objetivos do setor.

AÇÃO 3 – .Implantar Programas de capacitação pública em turismo.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra mais qualificada e especializada; • Fortalecimento da gestão pública turística; • Desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos projetos e planos do setor de turismo; • Melhorar o atendimento público ao turista. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos humanos, equipamentos e infraestrutura dos órgãos oficiais de Turismo; • Capacitações inadequadas com as demandas do polo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores • Alinhar as capacitações com os planos de fortalecimento institucional dos municípios do polo, atendendo as demandas de qualificação profissional neles identificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver convênios e parcerias com instituições de ensino superior e outras instituições educacionais e especializadas em capacitação profissional.

E.6 – Implantar sistema integrado de informações

AÇÃO 1 e 2 – Elaborar e implantar sistema integrando de monitoramento e acompanhamento da atividade turística na região, correlacionado à questão ambiental, a infraestrutura básica e de serviços e o turismo.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Dota de sustentabilidade a atividade turística no polo; • Reduz e previne a pressão sobre a infraestrutura básica e de serviço decorrente da atividade turística em determinados locais específicos da região em análise; • Subsidiar as tomadas de decisão da gestão pública no polo; • Aumento da satisfação do turista com a infraestrutura e melhora da imagem positiva do polo no mercado turístico; • Atrai turista que valorizam destinos sustentáveis e por consequência o perfil deste turista aumenta o gasto médio e tempo de permanência do turista do polo; • Atração de novos investimentos e crescimento econômico local; • Fortalecimento e ampliação da capacidade de fiscalização local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de indicadores de monitoramento e acompanhamentos inadequados; • Levantamento ou alimentação equivocada dos dados no sistema de informações; • Tomada de decisões inadequadas ao desenvolvimento sustentável do setor decorrente de análise equivocada das informações fornecidas pelo sistema; • Maior pressão sobre os recursos ambientais pelo aumento do gasto e tempo de permanência do turista; • Maior exigência de qualidade de serviços pelo perfil distinto deste turista, refletindo sobre a exigência de capacitação dos recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do sistema por equipe multidisciplinar, apta e embasada na realidade socioambiental e do setor de turismo do Polo Campo Grande e Região; • Elaboração do sistema de informática simplificado, de ambiente amigável e de fácil operação; • Padronização no sistema de coleta e processamento de dados; • Levantamento do estado da arte sobre a região; • Capacitação dos operadores do sistema de informação e dos responsáveis pelo levantamento de dados e interpretação das informações geradas; • Elaboração de estudos comparativos sistêmicos com diferentes bancos de dados. • Desenvolvimento de instrumentos de divulgação e incentivo à adoção de técnicas e processos ecoeficientes (que utilizam menos recursos ou geram menos resíduos/efluentes) nos empreendimentos turísticos; • Implantar com eficácia as ações de qualificação dos recursos humanos para o turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar interface do sistema de informações com outros sistemas de monitoramento socioambientais e econômicos do polo; • Manter sistema automatizado e atualizado de informações turísticas; • Equipar as instituições; • Inclusão do posicionamento geográfico para posteriormente elaboração de mapas e integração dos dados com outras informações mapeadas nos municípios; • Cruzar as informações geradas pelo sistema com o Banco de Dados do Estado do Mato Grosso do Sul; • Alinhar as decisões decorrentes do sistema de informação com outros planos, programas e projetos de turismo ou que sejam voltada para a área turística em questão.

E.7 – Implantar sinalização turística na região**AÇÕES 1 e 2** – Elaborar e executar projeto de sinalização turística para o polo

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos turísticos mais visitados; • Oportunidade para exploração de novos produtos turísticos; • Desenvolvimento de oportunidades de renda para as comunidades situadas às margens destas rodovias; • Alternativa de integração entre as regiões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição visual; • Aumento de tráfego na região; • Impactos ambientais decorrentes da não manutenção e tráfego intenso como: erosão, atropelamentos, focos de incêndios, degradação de corpos hídricos, aumento da emissão de GEEs, entre outros; • Construções irregulares às margens da rodovia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar de artifícios (layout, tipo de material, entre outros) para minimizar impactos visuais. • Minimizar impactos socioambientais (redução de acidentes envolvendo pessoas e animais, redução de consumo de combustível com caminhos percorridos erroneamente, entre outros); • Manutenção adequada e periódica das rodovias; • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens das rodovias; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE's, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão integrada entre os municípios que compõem os roteiros ligados a estas rodovias; • Capacitação e orientação das comunidades situadas às margens das rodovias para o desenvolvimento de empreendimentos e a geração de renda.

E.8 - Implantar Postos/Centro de Atendimento ao Turista.

AÇÕES 1 a 7 – Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro; Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na entrada de Corguinho para atender os municípios de Corguinho, Rochedo e Rio Negro; Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá; Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista na saída para Cuiabá; Elaborar projeto do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia; Construir CAT – Centro de Atendimento ao Turista no centro de Sidrolândia; Equipar o Serviço de Atendimento ao Turista na Estação de Indubrasil.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos turísticos mais visitados; • Criação de novos empregos; • Valorização imobiliária; • Melhora o atendimento ao turista e por consequência, sua satisfação e a imagem do polo como destino turístico; • Crescimento do comércio local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de tráfego nas áreas turísticas; • Aumento de emissão de GEE`s; • Geração de resíduos com poluição do solo, dos recursos hídricos; • Geração de Efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE`s, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter CAT com boa infraestrutura de funcionamento; • Manter profissionais capacitados para atendimento ao turista; • Manter banco de dados com informações turísticas atualizadas.

Quadro 25 – ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO: avaliação de impactos socioambientais**E.1 - Promover, em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional.**

AÇÕES 1 a 8 – Elaborar materiais promocionais do Polo para os diversos públicos alvo: investidores, turistas, empreendedores, parceiros e habitantes locais; Fomentar o turismo interno; Inserir a região no Programa Nacional Vai Brasil; Intensificar o programa de captação de eventos; Intensificar campanhas promocionais, visando aumentar o fluxo de turistas; Participar de feiras e eventos regional, estadual, nacional e internacional; Promover campanhas promocionais em conjunto com destinos complementares; Realizar *famtours* e *presstrips* para divulgação de novos produtos e roteiros do Polo.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos turísticos mais visitados; • Valorização imobiliária; • Crescimento do comércio local; • Geração de emprego e renda; • Estímulo a novos empreendimentos e investimentos; • Aumento da arrecadação de tributos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de tráfego nas áreas turísticas; • Geração de resíduos com poluição do solo, dos recursos hídricos; • Geração de Efluentes com poluição do solo e dos recursos hídricos; • Geração de poluentes atmosféricos • Aumento de tráfego na região; • Geração de Gases do Efeito Estufa – GEE`s; • Maior pressão sobre recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE`s, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica. • Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEA`s 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter profissionais capacitados para atendimento ao turista • Estimulação contínua aos empreendedores a investirem em suas atividades, inclusive investimentos em tecnologias limpas, em sistemas de certificação ambiental, em sistemas de controle ambiental. • Incentivar continuamente, por meio de incentivos fiscais, os empreendimentos turísticos, principalmente aqueles que demonstrarem possuir responsabilidade sócio-ambiental. • Melhorar infraestrutura e meios de transportes, bem como incentivar o desenvolvimento de rede hoteleira no polo de Campo Grande.

E.2 – Definir estratégias e elaborar o Plano de *Marketing*.**AÇÕES 1 e 2** – Elaborar e implantar Plano de Marketing para o polo.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do Mercado Consumidor; • Produtos turísticos mais visitados; • Geração de emprego e renda; • Aumento do fluxo de turistas, gasto e permanência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior pressão sobre recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de sistemas de gestão de resíduos sólidos, de recursos hídricos, de saneamento. • Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEA's 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de uma identidade visual para área de abrangência do turismo no Polo, compatibilizando logomarca, folhetos, sinalização, etc.; • Estabelecimento de uma estratégia de divulgação, buscando objetividade na atração do público alvo, dentro de uma política de associar a divulgação institucional (feita pelo Poder Público) à divulgação comercial (feita pela iniciativa privada); • Elaborar um calendário de promoções e eventos que possam potencializar a publicidade e estruturar o marketing, atuando com estratégias específicas em cada época do ano.

E.3 – Implantar sistema de informação para comercialização do destino Campo Grande e Região**AÇÕES 1 e 2** – Realizar pesquisa do perfil de demanda real e potencial. Implantar sistema de monitoramento de participação em feiras e eventos

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Definição do público atual e dos públicos potenciais; • Identificação de falhas no planejamento; • Melhora na gestão turística e tomada de decisão; • Aumento na qualidade dos serviços prestados aos turistas; • Aumento na arrecadação de impostos e taxa de turismo; • Aumento no número de empregos gerados e oportunidades de negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão desordenada do setor e do fluxo de turistas comprometendo a prestação de serviços gerais (públicos) à população local; • Aumento da pressão sobre os recursos naturais: degradação de mananciais, contaminação de solos, poluição do ar, poluição sonora e outros impactos negativos ambientais decorrentes do aumento expressivo da população flutuante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Desenvolvimento de estudos e planejamentos com projeções de demanda futura de serviços gerais (esgotamento sanitário, abastecimento de água, transporte, segurança, saúde etc.) considerando a população flutuante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maximizar estratégia de marketing; • Maximizar investimentos em infraestrutura, equipamentos, divulgação de atrativos.

Quadro 26 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: avaliação de impactos socioambientais**E.1 – Fortalecer institucionalmente os municípios do polo**

AÇÕES 1 a 20 – Elaborar e Implantar Plano de Fortalecimento Institucional nos municípios de Campo Grande, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor destinação de recursos financeiros para a gestão ambiental e turística; • Promoção e apoio à articulação de políticas públicas; • Otimização da utilização dos recursos humanos e financeiros na implementação das ações do PRODETUR; • Diminuição do tempo de atendimento pelos órgãos públicos as demandas apresentadas pelos diversos atores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de exigência por parte dos órgãos podendo tornar as ações e processos mais burocráticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Desburocratização e modernização dos procedimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento do Regulamento Operacional do PRODETUR • Definição da identidade visual e arquitetônica do Polo.

AÇÕES 21 a 30 – Revisar e atualizar o Plano Diretor Participativo de Campo Grande, Sidrolândia e Terenos, inserindo diretrizes turísticas; Elaborar Plano Diretor Participativo dos municípios de: Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Corguinho, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro e Rochedo, inserindo diretrizes turísticas.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Inserção da atividade turística no portfólio econômico principal da gestão pública municipal; • Garantia dos direitos a cidades sustentáveis (conservação dos recursos naturais e promoção da função social da cidade) no Polo Campo Grande e Região; • Contribui com o fortalecimento institucional dos municípios no que diz respeito à gestão territorial; • Organização do uso e ocupação do solo; • Minimização dos impactos sobre os recursos naturais; • Dotar o polo de diretrizes para uma fiscalização mais efetiva (ambiental, turística). 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações de usos de áreas específicas e do desenvolvimento de novos empreendimentos/atrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração por equipes multidisciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação totalitária dos planos; • Dotar os Planos Diretores de diretrizes turísticas tanto nas áreas urbanas como rurais; • Aplicação de leis básicas dos Planos Diretores • Promoção de decisão participativa • Priorizar a ocupação dos vazios urbanos. • Promover interação entre gestão urbana e rural, respeitando, inclusive, as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, entre outras) • Garantir que os programas de coleta seletiva sejam contínuos, monitorando e readequando os mesmos.

AÇÃO 23 – Instituir legislação municipal de acessibilidade para todos os municípios do polo, exceto Campo Grande.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de direitos fundamentais, como o de ir e vir, de poder ter acesso à informação; • Diversificação do público-alvo do turismo local, tornando o destino apto para turistas como limitações físicas; • Inclusão social dos portadores de necessidades especiais aos serviços turísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessos, mobiliários, meios de transporte e de comunicação insuficientes ou fora de padrões, limitando ou desestimulando o portador de necessidades especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Determinação de normas, padrões e critérios específicos para a efetiva aplicabilidade prática da legislação; • Contratação de empresas especializadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Efetiva e ampla supressão de barreiras e obstáculos nos atrativos públicos, bem como na infraestruturas necessárias para permitir uma melhor acessibilidade (vias de acesso, meios de transporte e comunicação); • Incentivo à adaptação dos empreendimentos privados existentes e construção de novos já adequados à legislação.

E.2 – Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.

AÇÕES 1 a 11 – Instituir Conselhos Municipais de Turismo em: Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo e Terenos. Fortalecer os Conselhos Municipais de Turismo de Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Jaraguari, Rochedo e Rio Negro e o Fórum de Turismo da Região.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do turismo por processo participativo (aumentando a participação e a articulação dos diversos atores da região); • Planejamento Integrado (aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais). • ;Posicionar a Região como Destino Turístico; • Melhor divulgação dos produtos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Canalização das decisões beneficiando setores ou municípios melhores articulados 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos; • Incentivar a ampliação do setor privado e sociedade no Fórum Regional e em outras instâncias da gestão do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhar as ações do setor turístico local com instâncias superiores do turismo (estadual, do centro-oeste, nacional); • Integrar as ações do setor turístico com outros setores locais (considerando a interface do turismo com outras atividades).

Quadro 27 - INFRAESTRUTURA BÁSICA E TURÍSTICA: avaliação de impactos socioambientais**E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo**

AÇÕES 1 a 34 – Elaborar e implantar projeto de redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos municípios do Polo; Elaborar projeto de construção de UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti; Construir UPL - Unidade de Processamento de Lixo para os municípios do Polo, exceto Dois Irmãos do Buriti, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de construção de aterro Sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Construir Aterro Sanitário em Corguinho, Jaraguari, Ribas do Rio Pardo, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos, conforme Projeto Integrado de Resíduos Sólidos; Elaborar projeto de esgotamento sanitário para os municípios de Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Executar o projeto de esgotamento sanitário em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; Elaborar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo; Implantar programa de monitoramento da rede de esgotamento sanitário no polo

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Redução da pressão sobre recursos naturais (minimização da demanda por matéria-prima e por áreas para disposição final de resíduos sólidos); • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (área de preservação permanente) • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos • Remoção dos catadores que residem na insalubridade dos atuais lixões • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local • Criação de postos de trabalho na construção das obras • Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos • Minimização da incidência de doenças • Geração de emprego e renda com a implantação de Unidades de Processamento de Lixo – UPL's 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada • Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final) 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo • Interação com os Planos Diretores Municipais • Ampla consulta pública para construção das obras • Priorização de mão-de-obra local quando possível • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento adequado dos recursos naturais e da infraestrutura já existente na cidade; • Preservação de áreas ambientalmente frágeis ou de grande valor cultural ou para o lazer na cidade; • Acompanhamento e supervisão das obras • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido; • Alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

-
- Recuperação de materiais recicláveis nas Unidades de Processamento de Lixo – UPL's
 - Aumento da vida útil dos aterros sanitários com a redução de materiais recicláveis dispostos no mesmo
 - Minimização dos impactos ambientais relacionados, principalmente, a resíduos sólidos, problemas com inundações.
-

Quadro 28 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: avaliação de impactos socioambientais**E.1 - Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais.**

AÇÕES 1 a 4 – Revisar o arcabouço legal do Meio Ambiente dos municípios do polo. Elaborar e implantar o Plano Regional Estratégico de Gestão Ambiental; Elaborar Agenda 21 regional.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento dos objetivos, metas, planejamento e gerenciamento ambiental dos municípios do Polo; • Desenvolvimento de produtos turísticos com padrões diferenciados de qualidade; • Priorização de projetos e programas na área de gestão ambiental; • Promoção de decisão participativa; • Uso racional dos recursos naturais; • Recuperação de áreas degradadas; • Maior proteção e preservação de ambientes naturais, conservação da diversidade biológica; • Ganhos sociais; • Maior sustentabilidade dos empreendimentos turísticos em ambientes naturais, garantindo a qualidade do produto em longo prazo; • Aumento da satisfação do turista em relação a segurança da preservação/conservação da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maiores custos para o empreendedor e por consequência, produtos com preços mais elevados; • Afunilamento (quantitativo) na oferta turística; • Falta de qualificação para o cumprimento das diretrizes ambientais em empreendimentos privados; • Aumento no tempo de elaboração e implantação de projetos turísticos privados; • Desinteresse social para a participação do Fórum de Agenda 21 Local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de vias de financiamento dos projetos de investimento e adequação ambientais do setor turístico; • Sensibilização dos empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; • Oferta de capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos; • Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consonância com o arcabouço legal do meio ambiente dos municípios; • Criação do Fórum de Agenda 21 Local e sensibilização da sociedade quanto a sua participação; • Implantar instrumentos da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente; • Implantar instrumentos da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; • Implantar instrumentos da Política Nacional de Educação Ambiental; • Participar das discussões da criação da Política; Estadual de Educação Ambiental; • Incentivar municípios a elaborarem seus planos diretores; • Fortalecer o papel dos principais grupos sociais da região; (ONG's, associações, cooperativas) • Obedecer às limitações e orientações do Zoneamento Ecológico-Econômico de Mato Grosso do Sul.

E.2 – Implantar sistema de gestão ambiental no Polo.

AÇÕES 1 a 10 – Criar Conselhos Municipais de Meio Ambiente em Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Rochedo, Rio Negro, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo e Terenos. Implementar os Conselhos Municipais do Meio Ambiente de Campo Grande, Jaraguari e Sidrolândia.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da Gestão Ambiental por processo participativo (aumentando a participação e a articulação dos diversos atores da região); • Planejamento Integrado (aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais); • Garantia do direito a cidades sustentáveis no Polo Campo Grande e Região; • Convívio entre variados setores e com diferentes interesses; • Viabiliza ou aumenta o acesso das prefeituras ao ICMS Ecológico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de articulação entre os componentes do Conselho; • Participação reduzida da sociedade e do setor privado no Conselho; • Mobilização das ações do conselho em prol dos interesses de setores mais fortes dentro do conselho; • Falta de efetividade do conselho pela integração ausente ou inadequada com o poder executivo e legislativo ambiental dos municípios; 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as necessidades e expectativas dos atores sociais envolvidos; • Verificar as vantagens potenciais para conservação da natureza; • Aproximar a visão de Planejamento às visões das comunidades e do mercado • Sensibilização para participação da sociedade.

AÇÃO 3 – Implantação do projeto Caminhos do Futuro do Ministério do turismo no Polo.

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização sobre turismo para os professores, alunos e em um efeito multiplicador para toda a comunidade; • Desenvolvimento de oportunidades profissionais e qualificação da mão-de-obra; • Fortalece o exercício da cidadania e desenvolve a identificação e valorização do jovem com sua cultura e região; • Desenvolvimento social e econômico das comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Saturação do mercado de trabalho; • Aumento considerável do custo da mão-de-obra para o empresário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cruzamento do programa com levantamentos das demandas de capacitação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento do programa com o plano de capacitação profissional para o turismo a ser elaborado no polo para a implantação do Programa de Qualificação dos recursos humanos.

AÇÃO 4 e 5 – Elaborar e implantar Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o polo

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece as diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos na região turística; • Amplia a vida útil e otimiza o uso dos aterros sanitários existentes; • Reduz a pressão sobre recursos naturais (minimização da demanda por matéria-prima e por áreas para disposição final de resíduos sólidos); • Retirada da disposição dos resíduos sólidos da encosta de morros e margens de córregos (área de preservação permanente) • Minimização da incidência de pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos • Remoção dos catadores que residem na insalubridade dos atuais lixões • Melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida da população local • Criação de postos de trabalho na construção das obras • Aumento da eficiência necessária para coletar e dispor de maneira adequada os resíduos sólidos dos municípios • Aumento do número de pessoas atendidas pelo serviço de coleta pública de resíduos sólidos • Minimização da incidência de doenças • Geração de emprego e renda com a 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do passivo ambiental de pequenos municípios pelo volume expressivo de resíduos gerados na capital, Campo Grande. • Contaminação do solo e da água subterrânea e proliferação de vetores em caso de má operação do aterro • Impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitat, desmatamento, poluição sonora e atmosférica (particulados); • Pontos de acúmulo inadequado de resíduos sólidos caso a coleta não aconteça com regularidade e frequência adequada • Abandono da Unidade de Processamento de Lixo por inviabilidade na comercialização de materiais (alto custo com transporte, falta de regularidade na produção e/ou entrega ao consumidor final) 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo • Interação com os Planos Diretores Municipais • Ampla consulta pública para construção das obras • Priorização de mão-de-obra local quando possível • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento adequado dos recursos naturais e da infraestrutura já existente na cidade; • Preservação de áreas ambientalmente frágeis ou de grande valor cultural ou para o lazer na cidade; • Acompanhamento e supervisão das obras • Exigência de estudos de impacto ambiental e licenciamento ambiental • Controle efetivo e fiscalização da expansão urbana e de empreendimentos imobiliários a fim de atender o maior número de edificações com a coleta de resíduo sólido; • Alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

implantação de Unidades de Processamento de Lixo – UPL's

- Recuperação de materiais recicláveis nas Unidades de Processamento de Lixo – UPL's
- Aumento da vida útil dos aterros sanitários com a redução de materiais recicláveis dispostos no mesmo
- Minimização dos impactos ambientais relacionados, principalmente, a resíduos sólidos, problemas com inundações
- Desativação e Recuperação de áreas degradadas e lixões anteriormente utilizados para a disposição final de resíduos.

E.3 - Integrar benefícios às comunidades locais através de sua participação em produtos turísticos.

AÇÕES 1 e 2 – Elaborar e implantar a Análise Ambiental Estratégica - AAE

Possíveis Impactos Positivos	Possíveis Impactos Negativos	Medidas mitigadoras dos possíveis impactos negativos	Medidas potencializadoras dos possíveis impactos positivos
<ul style="list-style-type: none"> • Antecipação dos impactos diretos e indiretos, em curto e longo prazo, das diferentes ações do Programa; • Concilia as demandas turísticas com o meio ambiente; • Subsídios o desenvolvimento diretrizes sustentáveis para o Programa; • Identifica os impactos sociais e ambientais em diferentes cenários de desenvolvimento no polo fundamentando as tomadas de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de impactos socioambientais adversos equivocada, sem a abrangência adequada ou sem considerar seus efeitos cumulativos e em longo prazo; • Análise dos impactos inadequada e direcionamento equivocado de tomadas de decisão; • Ceticismo ou resistência das partes interessadas em relação às conclusões da AAE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Predefinição dos métodos e enfoques da AAE determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; • Desenvolvimento da AAE por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do polo e da abrangência do Programa de Desenvolvimento do Turismo no local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação da AAE com outros instrumentos aplicados em outras áreas econômicas e contextos decisórios no polo, como da área agropecuária, de agricultura familiar, do setor florestal, industrial e de programas específicos de gestão ambiental entre outros; • Complementação da AAE com as devidas Análises de Impacto Ambientais dos Projetos abrangidos pelo Programa.

5.2. – Justificativa de apoio ao desenvolvimento

O cerrado é um dos Biomas que atualmente vem sofrendo as maiores pressões e degradações sobre os recursos naturais, principalmente, devido à expansão da fronteira agrícola no centro-oeste brasileiro. No estado de Mato Grosso do Sul, cuja economia tem como base o setor agropecuário, esta realidade não se mostra diferente.

A atividade turística no Polo Campo Grande e Região encontra-se em consolidação e por isso ainda não é identificada como atividade econômica, contudo os empreendimentos agropecuários estão percebendo que a atividade turística pode ser explorada em consonância com as demais atividades, por isso deve-se promover e fortalecer o desenvolvimento do turismo rural, o turismo agrotecnológico, o turismo místico na região, dentro dos parâmetros de sustentabilidade ambiental, social e cultural.

Vale ressaltar que o turismo, desde que seja baseado em princípios sustentáveis, será uma grande alternativa para conservação dos recursos naturais do Bioma Cerrado. Valorizar e potencializar o turismo de natureza em Rio Negro irá minimizar os conflitos de interesse entre a moderna agropecuária, os movimentos ambientalistas e comunidade quilombola, bem como auxiliar na conservação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEP`s.

Em Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul (mais voltados para atividades rurais, turismo agrotecnológico, não podendo esquecer que em Sidrolândia há um forte atrativo de rampas naturais específicas para a atividade de vôo livre), em Corguinho (turismo místico) e em Rio Negro (turismo de aventura), deverá ser potencializado o crescimento diferenciado do turismo, assim minimizando a pressão sobre os recursos naturais, auxiliando na conservação de ETEP`s e movimentando a diversificação da estrutura produtiva do Polo.

Destaca-se ainda que esta potencialização somente será possível caso sejam melhoradas a infraestrutura de acesso, a infraestrutura da rede de hotéis e pousadas, a capacitação de profissionais para o atendimento ao turista, a sinalização dos atrativos, entre outras ações neste relatório já mencionadas.

5.3. Impactos socioambientais cumulativos do conjunto de atividades e projetos

Os impactos socioambientais cumulativos, ou seja, derivados da soma de outros ou por cadeias de impacto que se somam, podem produzir consequências maiores do que as produzidas pela soma de pequenos impactos.

Visto que a deterioração dos recursos naturais pode levar a insustentabilidade da atividade turística é necessário que o seu desenvolvimento ocorra de forma responsável e planejada. Por isso as ações definidas neste PDITS tiveram como objetivo maior o desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por eles responsáveis.

Observa-se que estas ações estão relacionadas essencialmente a inexistência ou ineficiência das vertentes do saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos e drenagem pluvial), à falta de infraestrutura (transporte, hotéis, segurança, entre outros), ao incremento no número de turistas, e à fragilidade na gestão socioambiental das atividades antrópicas. Fatores que comprometem sobremaneira os recursos naturais.

Os impactos socioambientais cumulativos do conjunto das ações definidas neste plano estão relacionados essencialmente à insuficiência de infraestrutura para saneamento básico nas áreas urbanas e ao incremento no número de turistas, fato que compromete

sobremaneira os recursos naturais, ambos associados à fragilidade na gestão compartilhada das atividades antrópicas existentes nos municípios em estudo e na bacia hidrográfica como um todo.

A degradação dos recursos naturais pode comprometer a sustentabilidade da atividade turística, portanto é importante que o seu desenvolvimento ocorra de forma responsável e planejada. Cabe ressaltar que algumas das ações propostas não necessariamente causam grande impacto socioambiental individualmente, mas em conjunto com outras resultam em uma mudança significativa na qualidade de vida da população, como, por exemplo, as ações relacionadas à infraestrutura básica e gestão institucional. Além disso, ações diferentes podem possuir as mesmas medidas mitigadoras.

Um exemplo de impactos cumulativos no Polo Campo Grande e Região é a possibilidade do turismo dar início ao processo de especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais se tornem completamente secundárias. Assim novos empreendimentos (casas, hotéis, condomínios, escolas, hospitais, postos de saúdes, entre outros) vão surgindo e aumentando a pressão e os impactos sobre o ecossistema. Neste sentido é imperativo que os instrumentos de gestão territorial existentes sejam efetivamente aplicados e novos instrumentos sejam estruturados a fim de ordenar a ocupação e prevenir desastres naturais, sobretudo enchentes.

Outros impactos cumulativos não há como serem evitados, somente minimizados, destacando entre eles: o aumento da geração de resíduos sólidos; aumento da demanda de energia elétrica; aumento do tráfego de veículos, com conseqüência redução da qualidade do ar; assoreamento dos recursos hídricos, devido às ações humanas; aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável; alteração sobre o estilo de vida das populações nativas; aumento sazonal de população com diversas implicações sobre a área afetada, sua infraestrutura e sua população nativa; degradação da flora e fauna local; deslocamento e marginalização das populações locais; degradação da paisagem, devido à edificação.

Nesse contexto, os impactos possíveis de ocorrer em conseqüência das ações poderão ser mitigados com medidas relacionadas, em sua maioria, a uma melhoria na capacidade de gestão por parte dos governantes (por meio de incentivos e financiamentos de projetos e planos), à conscientização ambiental e social dos empreendedores de turismo e da população local e flutuante, além da participação comunitária para que o Polo atravesse um processo de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável.

Através de uma perspectiva global das ações, pode-se observar alguns dos possíveis impactos cumulativos nos meios antrópico, físico e biológico organizados no quadro a seguir:

Quadro 29 – Impactos cumulativos

Antrópico	Físico	Biológico
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização da economia local; • Otimização do emprego de recursos locais; • Fortalecimento da gestão ambiental; • Diversificação dos atrativos e conseqüente aumento no número de oportunidades de emprego; • Integração dos municípios do Polo; • Atração de recursos financeiros para a região; • Resgate e valorização da história, cultura e tradição regional; • Desmobilização de mão-de-obra; • Exigência de mão-de-obra excessivamente qualificada e marginalização da comunidade; • Interferência em atividades agropecuárias e de mineração; • Interferência no cotidiano da população local; • Descaracterização da cultura local, devido a modificação nos padrões de sociabilidade tradicionais; • Surgimento e o aumento da violência, do uso de drogas e exploração sexual; • Pressão sobre a infraestrutura básica e serviços essenciais. • Alterações na paisagem/patrimônio natural • Alterações no uso do solo 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a conservação de solos e ordenar sua ocupação; • Pressão excessiva sobre determinados corpos d'água; • Interferência na drenagem; • Manter e controlar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; • Maior geração de resíduos sólidos e efluentes; • Introdução de melhorias na gestão ambiental pública e privada na região; • Desenvolvimento de sistema de gestão de resíduos sólidos; • Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário; • Aumento no nível de ruídos; • Preservação de minerais, fósseis e arquitetura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração nos remanescentes florestais; • Geração de ruído e afugentamento de fauna; • Impactos na biota aquática; • Aumento no risco de atropelamentos e intoxicação de animais; • Interferência com Unidades de Conservação; • Desenvolvimento de gestão das unidades de conservação; • Biopirataria; • Aumenta a conservação da biodiversidade; • Desenvolve alternativas de compensação e mitigação ambiental.

Os impactos possíveis de ocorrer em consequência das ações propostas poderão ser mitigados ou potencializados com medidas relacionadas, em sua maioria, com o fortalecimento institucional e assim uma melhor gestão por parte dos governantes (por meio de incentivos e financiamentos de projetos e planos), além da conscientização socioambiental dos empreendedores de turismo, da população local e dos próprios turistas.

Um resumo das medidas mitigadoras especificadas dentro de cada ação, mas que, em linhas gerais, passam por todas elas e são efetivamente prioridade para mitigação de impactos negativos ou potencialização dos impactos positivos estão apresentadas a seguir:

- Programas de educação ambiental e sensibilização da população e dos empreendedores sobre a importância do planejamento integrado e participativo;
- Planejamento e elaboração de estudos (ambientais, sociais e econômicos) adequados para implementação das ações propostas;
- Implantação de boas práticas para construção, acompanhamento e supervisão das obras necessárias;
- Respeito aos Planos Diretores Municipais e demais instrumentos de gestão do território;
- Ampla consulta pública;
- Estudo para identificação da possibilidade do ônus das obras de ampliação dos sistemas de saneamento ambiental e energia elétrica ter peso diferente para os empreendedores do setor de turismo e população local residente;
- Adoção das normas técnicas e respeito à legislação vigente;
- Fortalecimento institucional e de gestão dos órgãos envolvidos;
- Priorização de mão-de-obra local;
- Participar da instituição do comitê da bacia do Pardo;
- Incentivo a integração dos municípios por meio de obras, incentivos fiscais, planos, entre outros;
- Incentivos para novos empreendimentos turísticos e de comércio local;
- Capacitação profissional da população local e empreendedores;
- Fortalecimento da fiscalização ambiental em todo o pólo, além do espaço urbano (atividades, uso e ocupação do solo, obras de infraestrutura, entre outros) por parte de todos os envolvidos (sociedade civil, ONGs, prefeituras, iniciativa privada, entre outros).
- Investimentos em pesquisas, inclusive na área de ciência e tecnologia, voltadas ao setor de turismo (novas tecnologias, tecnologias mais limpas, mais eficientes);
- Viabilização de projetos de recuperação e proteção de áreas degradadas.

5.4. - Efeitos da implementação do Plano sobre a qualidade de vida e características culturais da população do Polo

Toda e qualquer intervenção gera impactos sobre a população local diretamente envolvida com a atividade/empreendimento, inclusive impactos sobre a qualidade de vida e características culturais. Podem ser destacados como impactos positivos o aumento do comércio local, a inserção da mão de obra local, a melhoria do nível educacional, melhoria em serviços (saúde, saneamento, segurança), a valorização da produção local e com impactos negativos a concentração de renda, aculturação, aumento dos índices de violência e criminalidade e prostituição.

Na realidade, não é somente a preservação da diversidade cultural e da qualidade de vida que podem ser ameaçadas diante do desenvolvimento desordenado e em curto prazo de atividades turísticas. O próprio meio-ambiente, as paisagens naturais e o patrimônio artístico-cultural também podem ser objeto de degradação, quando inexistem conscientização e controle.

O turismo no Polo de Campo Grande e Região deverá ser visto como mais uma alternativa saudável para o desenvolvimento do município com anuência social (turistas, empreendimentos, população local e instituição pública) por proporcionar mais benefícios sociais e econômicos do que degradação ecológica dos seus sistemas, funcionando o turismo como instrumento vantajoso de valorização e conservação do seu patrimônio turístico.

Portanto, se faz necessário adotar mecanismos que garantam, por meio de um processo participativo e descentralizado, que o desenvolvimento do turismo seja sustentado (ou seja, que seus benefícios sociais e ecológicos em longo prazo tenham prioridade sobre seus resultados financeiros).

Nesse contexto, é de fundamental importância a atenção à comunidade local, fazendo com que o turismo seja:

- Um multiplicador do desenvolvimento;
- Intensivo em mão-de-obra, principalmente local, com impactos positivos na redução da violência e prostituição na região;
- Uma porta de entrada para os jovens com diferentes níveis de qualificação no mercado de trabalho;
- Um fortalecedor da identidade do povo e uma forte contribuição para a paz ao integrar diferentes culturas

Os principais efeitos da implementação do plano sobre a qualidade de vida e as características culturais da população bem como os benefícios sociais que possam ser auferidos com o desenvolvimento do turismo no Polo de Campo Grande e Região são:

- Reconhecimento da cultura do Polo de Campo Grande e Região;
- Interferência na identidade cultural, principalmente das comunidades indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais;
- Em situação de ausência de planejamento poderá haver perdas dos valores culturais e morais das comunidades mencionadas;
- Modificação no padrão de consumo das pessoas;
- Alteração na distribuição de renda das pessoas;
- Mudança nos negócios (comércio, turismo, agropecuária, indústria);
- Modificações na demanda, bem como nas oportunidades recreacionais, principalmente nos atrativos turísticos que se utilizam diretamente dos recursos naturais;
- Conflitos sobre o uso do solo que interferem em aspectos paisagísticos;
- Aumento da poluição ambiental (ar, solo e água) em todos os municípios, mais intensificado nas áreas urbanas, principalmente em Campo Grande, cidade irradiadora do Polo;
- Aumento da demanda de recursos naturais, intensificando a pressão sobre os mesmos;
- Transmissão de doenças.

Portanto, toda e qualquer intervenção gera impactos sobre a população local diretamente envolvida com a atividade/ empreendimento, inclusive impactos sobre a qualidade de vida e características culturais, conforme abaixo:

- O impacto fundamental da implantação do plano é servir como balizador da formulação de políticas públicas pelos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, assim como, instituições do terceiro setor;
- O turismo em municípios com recursos naturais dotados de potencialidade turística, como Rio Negro, Rochedo e Corguinho se estruturados os produtos turísticos, estes passam a atuar como um instrumento de conservação ambiental, visto que o uso sustentável deste recurso gera receita aliada à conservação do meio ambiente;
- Com a criação dos elementos que valorizam a produção local, tem-se o fortalecimento do capital social e o fomento a agricultura familiar em todos os municípios do Polo ao inserir sua produção na cadeia do turismo e formatando produtos turísticos em assentamentos e propriedades rurais de agricultura familiar;
- A dinamização da atividade turística demanda a melhoria da infraestrutura e de serviços públicos locais exigidos pelo mercado turístico, melhorando a qualidade de vida da população em termos de saneamento básico, gestão de recursos sólidos, serviços de saúde entre outros serviços vitais ao turismo e positivos à comunidade;
- Duas vertentes podem ser abordadas em termos culturais: a perda da identidade cultural em decorrência do contato com o público atraído pela atividade turística e outra é o regaste e valorização de tradições e aspectos histórico-culturais da região.

- O desenvolvimento turístico através da implantação do plano e seu consequente aumento do fluxo de turistas, pode despertar a percepção da riqueza local de seus recursos naturais, histórico-culturais e patrimoniais da própria comunidade, levando a valorização do destino por seus munícipes, aumentando o sentimento de pertencimento e reforçando a identidade cultural.
- O aumento de empregos gerados pelo crescimento econômico oriundo da implantação do referido plano proporciona o fortalecimento do capital humano local da região do Polo, causando melhor qualidade de vida.

5.5. - Outros impactos estratégicos da implementação do Plano

- Estrategicamente, a implantação do plano gera elementos que criam uma ambiência favorável a atração de investimentos relacionados aos negócios turísticos e ao mesmo tempo permitirá o adensamento dos elos das cadeias produtivas principais e periféricas do turismo;
- A dinamização da economia pela atividade turística deverá impactar positivamente o aumento das receitas públicas.
- No Polo Campo Grande e Região, excetuando-se a capital, a economia é pautada em atividades agropecuárias e do setor primário, logo o desenvolvimento turístico não gera conflitos com outras atividades, pelo contrário, há complementaridade em decorrência do uso sinérgico dos recursos naturais.
- Em Campo Grande, os impactos pela intensificação do turismo de negócios e eventos e ampliação de sua cadeia produtiva, igualmente fortaleceria, pelo aumento do fluxo de turistas, o desenvolvimento dos setores de comércio e serviço local (principal setor econômico do município) sem conflitos por recursos naturais.
- As experiências dos demais Polos do Estado, Pantanal e Bonito-Serra da Bodoquena, mostram que as atividades turísticas, mesmo nos equipamentos e serviços que demandam mão-de-obra mais intensivamente não induzem a imigração de pessoas, que gerariam conflitos com outros setores econômicos da região, pois quantitativamente a demanda é pequena se comparado à indústrias e grandes empresas por exemplo, e qualitativamente, o perfil da mão-de-obra é distinto.
- O aumento do fluxo de turistas no Polo e a implantação das ações de inserção da comunidade local, previstas no referido plano, naturalmente despertam oportunidades de negócios, induzindo a diversificação da produção local, sobretudo da produção familiar.
- A dotação de maior competitividade no mercado turístico do Polo pela implantação do plano, atraindo maior fluxo e aumentando a possibilidade de permanência do turista no Estado, fortalece as rotas turísticas existentes e cria incentivos para a criação de novas, permitindo maior integração entre os Polos do Mato Grosso do Sul (Serra da Bodoquena e Pantanal).

5.6. - Parâmetros a serem utilizados como indicadores

A proposta de parâmetros a serem utilizados como indicadores levou em consideração o expostos nos itens anteriores bem como três trabalhos: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS propostos pela CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Organização das Nações Unidas – ONU; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS propostos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2002, 2004 e 2008, sendo esta última versão baseada em 60 indicadores produzidos ou reunidos pelo IBGE; e Índice de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul – IDS/MS.

Segundo o IBGE, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2008 (IDS 2008) mostram um país que, nos últimos anos, teve seus maiores avanços na economia. Nas questões sociais, apesar das melhorias verificadas, ainda persistem grandes passivos a serem

sanados; enquanto em relação aos problemas ambientais há sinais contraditórios, com evolução em algumas áreas e retrocesso em outras.

Em relação ao IDS/MS, vale ressaltar que este está sendo finalizado no presente ano de 2010, sendo ele um indicador sintético que avaliará o desenvolvimento sustentável em Mato Grosso do Sul por meio de 4 dimensões: Social, Econômico, Ambiental e Institucional e segue a mesma metodologia do IBGE, adequando as especificidades regionais. Consiste de um grupo ordenado de indicadores capazes de caracterizar cada região do Estado revelando as fragilidades e potencialidades por elas apresentadas em relação ao desenvolvimento sustentável.

A elaboração do IDS/MS está prevista no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR/MS 2030, onde estão contidas as diretrizes, estratégias e metas para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS/MS é uma ferramenta de gestão para desenvolver avaliações de impactos dos programas e projetos que buscam superar as desigualdades sociais e regionais, sem comprometer os recursos para o desenvolvimento das gerações futuras. Portanto, esse poderá ser aplicável aos projetos de atividades/empreendimentos turísticos.

O IDS/MS incorporará os resultados do Índice de Responsabilidade Social – IRS/MS, que utiliza as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, sendo elas: riqueza, escolaridade e longevidade, onde cada uma é formada por 04 variáveis.

Está em processo de elaboração o Índice Ambiental de Desenvolvimento – IAD/MS, o Índice de Desenvolvimento Institucional – IDI/MS e o Indicador de Segurança Pública para completar as respectivas dimensões previstas para o IDS/MS.

O IDS/MS adotará como referência no âmbito geográfico a Regionalização do Planejamento de Mato Grosso do Sul e também, será atualizado a cada dois anos, intercalado e posterior às atualizações do IRS/MS, abrangendo o mesmo período de análise.

O Índice Ambiental de Desenvolvimento – IAD/MS é um índice sintético que representa um conjunto de vários temas ambientais e apresentará as variações dos indicadores das condições de Regiões de Planejamento e dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul destinados à elaboração de gestão pública moderna.

Em termos gerais, os indicadores ambientais são medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões específicas do meio ambiente, bem como do desempenho das Políticas Públicas ambientais. Vistos em conjunto, devem refletir a situação ambiental de uma determinada região e servir para a avaliação da sua condição ambiental. A construção de um indicador ambiental é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada incidência ambiental, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados.

No PDITS do Polo de Campo Grande e Região poderão ser adotados indicadores que poderão ser utilizados também para compor o IDS/MS, minimizando assim esforços e potencializando os resultados de ambos os trabalhos.

Os indicadores ambientais que serão capazes de caracterizar cada município do Pólo servirão como instrumentos de monitoramento, avaliação e fomento de Políticas Públicas Ambientais e da área de Turismo, contribuindo assim, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitando o acompanhamento de um quadro evolutivo, inclusive com a melhora de indicadores ambientais, por exemplo.

Assim serão adotados como indicadores para o Polo de Campo Grande e Região:

- Turismo e a dinâmica econômica (desenvolvimento do turismo e outros setores da economia local; principais conflitos, complementaridade e equilíbrio);
- Turismo e a dinâmica social (IDH, índices de cobertura e déficit de serviços públicos básicos, educação e saúde, fluxo migratórios e vetores de expansão da população, impactos do turismo – emprego e renda, população flutuante e sazonalidade);
- Turismo e infraestrutura, inclusive de saneamento (suficiência da cobertura em relação à atividade turística atual e projetada, capacidade institucional de gestão);
- Turismo e aspectos socioambientais (quantidade e qualidade de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEP's, nível de poluição das águas – nível de poluição por bacia hidrográfica –, nível de poluição do ar, situação dos impactos sócio-ambientais provocados por atrativos e produtos turísticos, área de cobertura de monitoramento ambiental, utilização mais eficiente de energia e recursos naturais, produção e gestão de resíduos sólidos, destino de águas residuárias, nível de degradação ambiental – desmatamento, assoreamento, ilhas de calor, queimadas –, número de e eventos sediados X número de eventos que realizaram neutralização de carbono);
- Turismo e a Gestão Socioambiental (número de municípios que instituiu e implantou Agenda 21 local; número de municípios que instituiu Planos Diretores Participativos– Urbano, Drenagem, Resíduos Sólidos–; número de municípios que implantou sistema de licenciamento ambiental local e criou os conselhos municipais de meio ambiente e turismo).

Para iniciar o trabalho de levantamento de indicadores do PDITS do Pólo de Campo Grande poderão ser utilizados indicadores bastante simples e objetivos para o controle e monitoramento da implementação e avaliação dos resultados do PDITS. Os atores responsáveis pelo acompanhamento e aferição dos dados que formatam os indicadores são os poderes públicos municipais e os Conselhos Municipais de Turismo dos municípios em questão.

Os indicadores objeto de análise são:

- Índice de saneamento básico;
- Arrecadação bruta municipal;
- Arrecadação da taxa de turismo.

São indicadores bastante simples, objetivos e fáceis de serem adotados. A linha de base para comparação é existente para estes três indicadores e são informações de conhecimento público e de fácil acesso.

Índice de Saneamento Básico

Nos municípios componentes do Polo a prestação de serviços de abastecimento de água potável é feita pela empresa Águas Guariroba na capital, pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL) nos demais municípios do Polo, exceto nos municípios de Corguinho, Jaraguari e Rochedo que são abastecidas por Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) municipais.

Entre os municípios do Polo, Campo Grande e Ribas do Rio Pardo possuem sistema de rede de coleta e tratamento de esgoto; a população dos demais é atendida por fossas sumidouros, porém atualmente há a iniciativa de implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto em diversos municípios do Polo, sobretudo naqueles administrados pela SANESUL, como em Sidrolândia, Terenos, Nova Alvorada do Sul e Rio Negro onde foi

desenvolvido o projeto os estudos para a implantação dos sistemas de tratamento de esgoto com projeção para atender a demanda dos próximos trinta anos.

Existe o banco de dados das próprias concessionárias, assim como o SNIS – Sistema Nacional de Informações Sanitárias – ligado ao Ministério das Cidades. Este sistema é alimentado de dados por todas as concessionárias de prestação de serviço de saneamento do País, inclusive pelas concessionárias existentes no Pólo.

São informações quantitativas relativas ao percentual de população urbana atendida pelas redes de infraestrutura, percentual da área urbana atendida por estas redes, percentual dos dejetos coletados e tratados, eficácia do tratamento das ETEs e ETAs, e situação de manutenção e conservação de todo o sistema (ETEs, ETAs e redes).

Com a execução dos investimentos em infraestrutura básica feita de forma enxuta e eficaz, os índices de saneamento tendem a melhorar objetivando o ideal que é 100% da área urbana e da população urbana atendidos por esgotamento sanitário e abastecimento de água, com 100% de tratamento do esgoto coletado e correta destinação destes efluentes tratados.

Estas informações podem ser acessadas facilmente nas concessionárias e no SNIS on-line, tanto na formatação da linha de base como para avaliação dos resultados.

Arrecadação Bruta Municipal

A atividade turística é fundamentalmente explorada por empresas privadas do sistema de mercado. Atividade que é acometida pela taxa municipal ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Mesmo sabendo que a economia dos municípios do presente Polo não seja fortemente influenciada pelo turismo em suas atividades direta e indiretamente ligadas, o índice de arrecadação de ISSQN é um indicador confiável de acompanhamento da situação da atividade turística do ponto de vista comercial, ou seja, pode ser referenciado pelo fluxo e gasto turísticos, o que implica diretamente na rentabilidade do setor.

Com as ações propostas pelo PDITS nos âmbitos da gestão e fortalecimento institucional e das estratégias de qualificação do produto turístico, espera-se um aumento significativo da arrecadação do ISSQN, assim como de outros impostos, taxas e contribuições de melhoria, pela maior dinamização e maiores lucros decorrentes da atividade turística, seguidos por uma maior eficiência no sistema de tributação das prefeituras assim com uma crescente formalização dos empreendimentos do terceiro setor, isto pelos esforços no sentido de fortalecimento institucional.

A aferição destes dados é simples e objetiva (do volume total do ISS, mas não é simples a verificação do que foi impacto do turismo). Pode ser feita diretamente nas Prefeituras Municipais ou junto ao Ministério da Fazenda.

Arrecadação da Taxa de Turismo

Da mesma forma como acontece com a arrecadação do ISSQN, a taxa de turismo se mostra um indicador efetivo do desempenho da atividade turística, isso porque é um valor diretamente proporcional ao fluxo de turistas e ao tempo de permanência desses turistas.

Continuando na mesma linha do indicador ISSQN, podemos fazer uma referência ao aumento da arrecadação da taxa de turismo com o sucesso das ações de fortalecimento institucional, pela maior integração do setor privado, organização do empresariado e formalização dos empreendimentos, todos seriam resultados esperados com o sucesso das ações de fortalecimentos institucional.

Este é um indicador que atualmente não existe para formatação da linha de base, inclusive a inexistência deste índice indica a desarticulação do *trade* turístico, sendo que esta é uma taxa cobrada. No entanto é obscura a sistematização e divulgação destes valores. Sendo assim a própria existência destas informações e a facilidade de acesso a elas através dos COMTURS já seria um indicador de integração, organização e articulação do *trade* turístico. E após a sistematização destes números a comparação ano a ano possibilitará a averiguação e avaliação do resultado das ações do PDITS, principalmente as voltadas para fortalecimento institucional e qualificação do produto.

A definição destes três indicadores de acompanhamento e avaliação dos resultados do PDITS possibilita de forma simples, fácil e objetiva a análise da forma como este Plano foi implementado e a obtenção de um parâmetro de comparação que possa embasar futuras revisões e adequações.

Além dos principais indicadores específicos de cada ação, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID sugere outros indicadores que avaliam os efeitos socioeconômicos do desenvolvimento das atividades turísticas após o início da implementação do PDITS e estão relacionados a várias ações em conjunto.

Como os municípios do Polo de Campo Grande e Região atualmente possuem pouco ou quase nenhum dado sistematizado que possa ser utilizado como linha de base, a indicação é de que os dados necessários sejam levantados no início dos trabalhos, servindo como parâmetro em análises futuras do plano com base nos indicadores propostos, que estão relacionados principalmente a duas estratégias:

- a) Estratégia de fortalecimento e incremento do turismo na região (principais indicadores sugeridos pelo BID):
 - Importância relativa do valor agregado bruto de hotéis, restaurantes e bares no PIB;
 - Gasto turístico médio diário;
 - Gasto médio por visitante (gasto total/número total de visitantes);
 - Tempo médio de estadia (pernoites/número de turistas);
 - Índice de satisfação do turista relacionado com o nível de gasto ou com o nível de fidelização;
 - Taxa de ocupação de quartos/número total de quartos disponíveis no mesmo período;
 - Preço médio por quarto;
 - Grau de ocupação anual dos hotéis;
 - Número de quartos em hotéis de 4 e 5 estrelas/total quartos;
 - Número de participantes em cursos destinados a profissionais/número de pessoas empregadas no setor;
 - Número de empresários integrantes de associações turísticas/total empresários;
 - Existência de uma federação turística empresarial que agrupe diferentes associações empresariais;
 - Existência de um modelo funcional de gestão da promoção turística (organização administrativa X organização por mercados e produtos);
 - Cooperação público – privada:
 - Participação do setor privado no financiamento da promoção turística;
 - O Modelo organizativo de gestão da promoção (existência de entidade com personalidade jurídica);
 - Eficácia promocional (relação entre número de visitantes e pressuposto promocional no mercado de procedência de visitantes);
 - Existência de uma rede de pontos de informação turística que trabalham com imagem de marca;
 - Número de visitantes atendidos por pontos de informação turística/total de visitantes;
 - Difusão pública de informação de mercados emissores prioritários para o Polo;

- Fomento à comercialização on-line.
- b) Estratégia de fortalecimento da gestão institucional (principais indicadores sugeridos pelo BID):
- Existência de sistemas de estatísticas turísticas (análise da contribuição econômica do turismo);
 - Capacidade de arrecadação de impostos turísticos (relação entre impostos turísticos / impostos totais);
 - Número de destinos com avaliação ambiental estratégica/total destinos;
 - Proporção de espaços protegidos com estatísticas de visitantes e sistemas de capacidade de carga estabelecidos/total espaços protegidos;
 - Proporção de empresas turísticas incluídas em sistemas de gestão ambiental/total empresas turísticas.

Nas estratégias relacionadas à infraestrutura básica são sugeridos para a área de saneamento ambiental a capacidade de depuração de águas residuais geradas por m³, e na área de energia elétrica, a relação entre a produção de energia renovável e a produção energética total.

A implementação das diretrizes de desenvolvimento e ações prioritárias definidas pelo PDITS necessita ser acompanhada e avaliada para que se possa ter o retorno e o controle de como o Plano está sendo levado a cabo pelo Estado e possa ser verificada a eficiência dos investimentos executados.

Este retorno e *feedback* são importantes para o monitoramento da evolução da situação do Turismo, informações estas que embasarão futuras revisões e adequações do Plano.

5.7. - Gestão Ambiental

Para o perfeito entendimento e funcionamento do PDITS deverá ser delimitado, dentre outras ações, um Programa de Gestão Ambiental – PGA.

Este foi estruturado e deverá ser executado de forma integrada/ sistêmica envolvendo termos ecológicos, físico-territoriais, sócio-culturais, econômicos, administrativos, abrangendo as partes, os elementos e o todo do ecossistema, que no objeto de estudo adotaremos um ecossistema com característica mais regional, o Bioma Cerrado.

O presente PGA tem como pilar os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, por meio dos quais será possível planejar e fiscalizar os usos dos recursos naturais, proteger os ecossistemas – inclusive os Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEP`s), racionalizar o uso do solo – da água e do ar, acompanhar o estado da qualidade ambiental, controlar as atividade turísticas potencialmente poluidoras, recuperar áreas degradadas e disseminar a cultura de educação ambiental.

O *modus operandi* do PGA (quadro abaixo) será composto por uma série de ações coordenadas com base na percepção do desenvolvimento sustentável (sustentabilidade ambiental), devendo ser compreendido não só pelas instituições às quais são delegadas as ações e instrumentos destinados a alcançar os objetivos previamente definidos, como também por uma participação ativa da sociedade.

O *modus operandi* do PGA trata-se de uma visão estratégica de como integrar as informações contidas no PDITS, sendo que a partir cada ação, ou bloco de ações contidas na avaliação dos impactos sócio-ambientais, poderá haver potenciais impactos negativos,

sendo que para cada um destes impactos deverão ser apresentadas medidas de minimização e controle de impactos, formas de verificação (acompanhamento/monitoramento) dos impactos, medidas institucionais e de reforço institucional, bem como ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais de base para o turismo.

Quadro 30 - Inter-relação entre medidas de mitigação e controle de impactos; ações de acompanhamento e monitoramento dos impactos; medidas institucionais e de reforço institucional; e as ações de recuperação de áreas degradadas e conservação de recursos naturais para o turismo.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento do pessoal para operar banco de dados (inventário e cadastramento); • Gestão turística integrada dos atrativos em sintonia com a capacidade de carga dos mesmos; • Desenvolvimento de calendário único de eventos do polo para evitar sub ou sobreutilização dos empreendimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da evolução do número de empreendimentos cadastrados no CADASTUR; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente – CONAMA 357/2005; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento institucional da gestão pública de turismo e ambiental; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA SOB BASES SUSTENTÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE's; • Estimular a organização da produção local e a capacitação de seus responsáveis; • Incentivar a adoção de certificados e selos de qualidade ambientais nos empreendimentos; • Fomentar a conscientização ambiental dos turistas através de campanhas de uso racional de água, da energia e de outros recursos nos empreendimentos turísticos (hotéis e outros); • Valorização da cultura local e desenvolvimento de atividades e produtos de promoção das tradições locais; • Melhorar infraestrutura básica e turística. • Desenvolver e divulgar linhas de financiamento para a certificação. 	<p>padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA 003/1990; padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; Plano Diretor; Código de Obras; entre outros); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; • Verificação da taxa de ocupação da rede hoteleira, sobretudo em época de grandes eventos; • Verificação da evolução da arrecadação de impostos turismo; • Índice de saneamento básico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de planos, programas e projetos ambientais e de turismo integrando todos os municípios do polo; • Elaborar e ajustar os planos diretores e legislação municipal de uso e ordenamento dos solos. • Criação dos fundos municipais de meio ambiente e do turismo para viabilizar as ações da gestão municipal; • Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente e do turismo; • Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho; • Incentivo a organização dos variados subsetores do trade em associações ou cooperativas. 	<p>Reserva Legal – RL, bem como sua averbação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar juntos aos proprietários rurais do polo a existência de linhas de financiamentos para a recuperação ambiental em áreas rurais; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Elaboração e implantação de planos de manejo das unidades de conservação existentes no polo; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
CAPACITAÇÃO E PROJETO CAMINHOS DO FUTURO	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento sistêmico da demanda profissional do mercado de trabalho no setor de turismo. Envolvendo vários sub-setores do turismo e desenvolvidos por técnicos especializados em pesquisas; Instituir pesquisas sistêmicas de satisfação do atendimento e serviços turísticos prestados junto aos turistas para direcionar as necessidades de capacitação do polo; Alinhar as capacitações com os planos de fortalecimento institucional dos municípios do polo, atendendo as demandas de qualificação profissional neles identificadas; 	<ul style="list-style-type: none"> Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; Verificação de indicadores gerais de emprego e indicadores de emprego no setor de turismo no polo; Verificação da evolução de indicadores do perfil da demanda turística do polo em termos de satisfação, perfil do turista, volume de turistas etc; Verificação da evolução da arrecadação de impostos e taxas relacionados ao turismo. Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento institucional da gestão pública do turismo municipal e estadual; Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; Desenvolver parcerias pública-privada para ampliar a capacitação; Estimular empresários do turismo a capacitar seus funcionários; Criação de Conselhos Municipais de Turismo e fortalecimento dos existentes e do Fórum Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização dos responsáveis pela capacitação da necessidade do enfoque sustentável nos cursos ministrados; Integração das capacitações com programas de educação ambiental.

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do sistema por equipe multidisciplinar, apta e embasada na realidade socioambiental e do setor de turismo do Polo Campo Grande e Região; • Elaboração do sistema de informática simplificado, de ambiente amigável e de fácil operação; • Padronização no sistema de coleta e processamento de dados; • Levantamento do estado da arte sobre a região; • Capacitação dos operados do sistema de informação e dos responsáveis pelo levantamento de dados e interpretação das informações gerada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da evolução dos dados e indicadores gerados pelo sistema; • Desenvolver estudos de mercado para subsidiar a análise das informações geradas pelo sistema; • Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; • Elaboração de estudos comparativos sistêmicos com diferentes bancos de dados; • Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; • Verificação da taxa de ocupação da rede hoteleira; • Verificação da evolução da arrecadação de impostos turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento institucional do órgão responsável por estudos e pesquisas do setor de turismo do polo; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pelo banco de dados do polo; • Estruturar as equipes técnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o envolvimento da sociedade local através da elaboração e distribuição de informativos econômicos, ambientais e de infraestrutura do polo decorrentes do sistema de informações; • Estímulo a inserção da comunidade e de ONGs em processos participativos da gestão local (conselhos, fóruns, audiências públicas etc)
SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA COMERCIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Desenvolvimento de estudos e planejamentos com projeções de demanda futura de serviços gerais (esgotamento sanitário, abastecimento de água, transporte, segurança, saúde etc.) considerando a população flutuante. 			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
INFRAESTRUTURA - SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar de artifícios (layout, tipo de material, entre outros) para minimizar impactos visuais. • Minimizar impactos socioambientais (redução de acidentes envolvendo pessoas e animais, redução de consumo de combustível com caminhos percorridos erroneamente, entre outros); • Manutenção adequada e periódica das rodovias; • Programas e campanhas de conscientização e educação ambiental para usuários e residentes das margens das rodovias; • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE's, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos. • Manutenção e sinalização das vias urbanas; • Acompanhamento e monitoramento do tráfego de veículos e de indicadores de poluição do ar 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente – CONAMA 357/2005; padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006); • Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA 003/1990; padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (respeito aos índices urbanísticos e outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento institucional da gestão da segurança pública; • Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; • Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; • Estruturar as equipes técnicas; • Modernizar o licenciamento ambiental; • Desburocratização e modernização dos procedimentos; • Elaboração de Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa; • Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a participação comunitária e ONGs no processo de tomada de decisão e na fiscalização das ETEP's que recebem recursos do turismo; • Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do Zoneamento Ecológico e

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
INFRAESTRUTURA - CONSTRUÇÃO DE CATs	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE's, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; • Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; • Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos; • Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica. 	<p>Solo; Plano Diretor; Código de Obras; entre outros);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (Políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; Planos Municipais de Saneamento; Planos Municipais de Resíduos Sólidos; Agenda 21, outros); 	<p>municipal de uso e ordenamento dos solos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; • Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho. 	<p>Econômico – ZEE/MS;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.
INFRAESTRUTURA – SANEAMENTO BÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa • Campanhas educativas, para população local e turistas, que visem o acondicionamento adequado do lixo para a otimização da coleta pública, assim como as consequências prejudiciais da queima do lixo • Interação com os Planos Diretores Municipais • Ampla consulta pública para construção das obras • Priorização de mão-de-obra local quando possível • Estudo de viabilidade social e econômica de uma Unidade de Processamento de Lixo 			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de vias de financiamento dos projetos de investimento e adequação ambientais do setor turístico; Sensibilização dos empresários sobre a importância dos critérios ambientais e seus ganhos em longo prazo; Oferta de capacitação específica ambiental voltada a empreendimentos turísticos; Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Local. 			
PROMOÇÃO DO DESTINO	<ul style="list-style-type: none"> Implementar projetos de redução/neutralização de emissão de GEE's, podendo utilizar-se de metodologias conhecidas e já consolidadas, tais como a de neutralização de carbono em eventos; Implantação de programas de coleta seletiva e de educação ambiental; Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de efluentes; Adoção de sistemas de controle ambiental para acondicionamento, transporte e tratamento de resíduos sólidos; Adoção de sistemas de controle ambiental para tratamento de emissão atmosférica. Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEA's 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; Verificação de cumprimento de requisitos legais (padrão de lançamento de efluente – CONAMA 357/2005; padrão de emissão de poluentes atmosféricos – CONAMA 382/2006); Verificação de padrões de qualidade do ar – CONAMA 003/1990; padrões de qualidade da água – CONAMA 357/2005); Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento urbano (respeito aos índices urbanísticos e 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento institucional da gestão da pública municipal; Equipar as instituições e ampliar o quadro de servidores; Fortalecimento institucional dos órgãos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de atuação; Estruturar as equipes técnicas; Desburocratização e modernização dos procedimentos; Elaboração de Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada e participativa; Elaborar, ajustar e implantar os planos diretores e legislação municipal de uso e 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a participação comunitária e ONGs no processo de tomada de decisão e na fiscalização das ETEP's que recebem recursos do turismo; Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; Recuperação de áreas contaminadas e poluídas;
PLANO DE MARKETING	<ul style="list-style-type: none"> Adoção de sistemas de gestão de resíduos sólidos, de recursos hídricos, de saneamento. Implantação de Programas de Educação Ambiental – PEA's 			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Desburocratização e modernização dos procedimentos 	<p>outros instrumentos da Lei de Uso e Ocupação do Solo; Plano Diretor; Código de Obras; entre outros);</p> <ul style="list-style-type: none"> Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental e sanitário (Políticas nacional, estadual e municipais de meio ambiente; sistemas municipais e estadual de licenciamento ambiental; Planos Municipais de Saneamento; Planos Municipais de Resíduos Sólidos; Agenda 21, outros); Realização de pesquisas de satisfação de turistas e demais envolvidos com os atrativos turísticos; Verificação da evolução da arrecadação de impostos e taxas relacionados ao turismo. Verificação da evolução da arrecadação bruta municipal; Índice de saneamento básico. 	<p>ordenamento dos solos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação dos fundos municipais de meio ambiente e do turismo para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental; Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho; Ampla campanha educativa para participação do Fórum de Agenda 21 Local. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.
PLANO DIRETOR	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração por equipes multidisciplinares. 			
LEGISLAÇÃO DE ACESSIBILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Determinação de normas, padrões e critérios específicos para a efetiva aplicabilidade prática da legislação; Contratação de empresas especializadas. 			
ANALISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA	<ul style="list-style-type: none"> Predefinição dos métodos e enfoques da AAE determinando sua abrangência (espacial, temporal, processos e instituições envolvidos) e objetivos; Desenvolvimento da AAE por equipe técnica apta, multidisciplinar e ciente da conjuntura local do polo e da abrangência do Programa de Desenvolvimento do Turismo no local. 			

Referência	Medida de Mitigação e Controle dos Impactos (referente aos impactos negativos das ações e projetos da avaliação socioambiental)	Ações de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos	Medidas Institucionais e de Reforço Institucional das Entidades de Meio Ambiente e Prefeituras Municipais	Ações de Recuperação de Áreas Degradadas e Conservação de Recursos Naturais de Base para o Turismo
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais do meio ambiente; • Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão ambiental e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho; • Criação dos fundos municipais de meio ambiente para viabilizar as ações da gestão municipal ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos ambientais e monitoramento sistêmico dos recursos naturais; • Verificação de indicadores sócio-econômicos e ambientais; • Verificação de cumprimento de requisitos legais, de gestão e planejamento ambiental, sanitário e turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • ;Incentivo a representatividade adequada da sociedade e dos representantes dos setores econômicos nos conselhos municipais; • Estimulo à efetiva vinculação dos conselhos aos órgãos executivos da gestão municipal e ao legislativo a fim de efetivar as proposições do conselho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implantação de planos de gestão e manejo eficientes para as unidades de conservação; • Sensibilização dos produtores rurais quanto à função socioambiental de reservas legais e áreas de preservação permanentes; • Garantir a preservação da Área de Proteção Ambiental – APP; • Garantir a preservação de Reserva Legal – RL, bem como sua averbação; • Recuperação de áreas contaminadas e poluídas; • Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS; • Implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/MS.
CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir efetiva participação de todos os atores sociais envolvidos; • Incentivar a ampliação do setor privado e sociedade no Fórum Regional e em outras instâncias da gestão do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de pesquisas de oferta e demanda turística para averiguar a evolução do setor; • Analisar a efetividade do emprego dos recursos oriundos dos fundos de turismo e meio ambiente municipais. 		

O quadro acima demonstra a amplitude das medidas e ações que compreendem o PGA, sendo estimado que para implementação total demande-se aproximadamente R\$ 2.000.000,00, no entanto este valor varia em decorrências dos instrumentos a serem adotados para a implementação das medidas propostas principalmente.

A percepção de desenvolvimento sustentável do PGA do turismo seguirá as seguintes premissas:

- Sustentabilidade social, onde a meta é construir uma civilização com a maior equidade de renda e de bens;
- Uso racional de energia e de matéria-prima, com ênfase na conservação, em detrimento do desperdício;
- Sustentabilidade econômica, devendo ter recursos disponíveis e bem gerenciados e um fluxo constante de investimentos públicos e privados;
- Adoção de tecnologias limpas (reciclagem, reuso de recursos naturais e materiais, método de produção mais eficientes);
- Sustentabilidade participativa, que deve ser buscada pelo processo de participação dos grupos e comunidades locais na definição de prioridades a serem alcançadas;
- Controle da poluição.
- De uma forma geral as ações, programas e projetos de gestão ambiental deverão priorizar a gestão compartilhada e participativa e terá como base:
- Avaliação da capacidade institucional dos órgãos municipais e estaduais de meio ambiente e de turismo;
- A modernização do licenciamento ambiental, mais eficiente e eficaz, e menos burocrático;
- A criação de conselhos municipais de meio ambiente e de turismo;
- A realização de conferências municipais e estaduais de meio ambiente;
- Criação e manutenção de fóruns municipais e regionais de turismo e meio ambiente;
- A criação e manutenção de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEP's;
- O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e normas referentes ao uso e manejo dos recursos ambientais;
- A disseminação de tecnologias de manejo do meio ambiente e divulgação de dados e informações ambientais;
- O desenvolvimento de pesquisas e tecnologia nacionais orientadas para o uso racional dos recursos ambientais;
- A formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservar a qualidade ambiental;
- A preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua disponibilidade permanente e à manutenção do equilíbrio ecológico;
- A recuperação de áreas degradadas, principalmente, de áreas urbanas degradadas, inclusive recuperação de lixões e vazadouros a céu aberto;
- Ampliação da cobertura da rede de esgoto, bem como do sistema de tratamento, buscando a universalização dos serviços conforme preconizado na Lei do Saneamento Básico;
- Implantação de sistemas de coleta seletiva, sistemas de tratamento e sistemas de disposição final adequados apropriados a realidade de cada município;
- Adoção de medidas estruturais e não-estruturais de manejo de águas pluviais em áreas urbanas consolidadas;

Assim posto poder-a-se-a compatibilizar o aumento de conforto individual (entendemos aqui como desenvolvimento) alinhado à conservação ambiental.

Outro fato que deve ser observado ao se implantar o PGA é que sua materialização só será possível com convencimento e negociação junto a setores ambientalistas (que representam

interesses sociais envolvidos), além de ser preciso atender requisitos exigidos por órgãos regulamentadores, normalizadores e financiadores.

Medidas de controle/minimização de Impactos e Monitoramento

- I. Avaliação de Impactos ambientais (AIA) de empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores: EPIA, RIMA, EAP – Estudo Ambiental Preliminar, entre outros.

O órgão regional responsável pela gestão do turismo (FUNDTUR) deverá ter acesso e dar instrução em processos de licenciamento de atividades enquadradas no rol de turismo (hotéis, balneários, centro de convenções, entre outros) que necessitam de EPIA/RIMA, bem como daquelas que possam impactar atividades turísticas. Caso julgue pertinente, também poderá dar anuência em processos de atividades com menor potencial de poluição, avaliando outros estudos como o EAP.

A SEPROTUR deverá oficializar junto ao órgão estadual de meio ambiente uma parceria no sentido desta avaliação ser sistemática e, até mesmo, obrigatória.

Órgãos municipais de turismo deverão auxiliar, quando solicitado pela SEPROTUR, a análise dos instrumentos de AIA (EPIA, RIMA, EAP, outros).

II. Monitoramento

Processo de coleta de dados, estudo e acompanhamento sistemático das variáveis socioambientais, que terá como objetivo identificar e avaliar qualitativamente e quando possível, quantitativamente as condições dos recursos naturais e do meio antrópico, assim como tendências ao longo do tempo.

Esse monitoramento é que permitirá reavaliar o PGA, ou seja, na definição de novos objetivos, metas e planejamento.

Dentre as ações de monitoramento destacam-se:

- O acompanhamento da validade e das condicionantes de licenças ambientais para obras de infraestrutura e empreendimentos turísticos;
- O acompanhamento das informações ambientais do PGA (foi implantada, mantida e aprimorada a divulgação das ações e informações ambientais, previstas no Plano);
- O acompanhamento da evolução da qualidade ambiental (qualidade do ar, da água, da biodiversidade e do solo);
- A verificação do aprimoramento e o armazenamento de dados, informações e documentação dos projetos.

Medidas de Conservação/ Preservação Ambiental

- I. Verificação e Elaboração de Normas e Regulamentos

Normas e regulamentos existentes, principalmente no que tange a questão urbanística, territorial, ambiental e turística deverão ser observadas e respeitadas ao ser implantado o PGA, principalmente:

- Sistema Estadual ou Municipal de Licenciamento Ambiental;
- Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo;
- Lei do Plano Diretor;
- Código de Obras;

- Código de Posturas;
- Carta de Drenagem;
- Carta Geotécnica;
- Planos Municipais de Saneamento;
- Planos Municipais de Resíduos Sólidos;
- Lei da Acessibilidade;
- Agenda 21.

Caso não existentes, se fará necessário criar e respeitar alguns regulamentos e normas, sendo prioritários a:

- Definição de regulamentos que definem as diretrizes socioambientais necessárias para preservação dos atrativos naturais e patrimoniais;
- Definição de normas e regulamentos que definam o incentivo a implementação de programas e projetos voltados para o fomento de fontes renováveis de energia nos processos industriais, incentivando a eficiência energética, o combate ao desperdício de energia e a redução de emissão de gases de efeito estufa;
- Definição de normas e regulamentos sobre a aplicação de compensações financeiras pelo uso de recursos naturais;
- Definição de normas e regulamentos que descrevam a utilização sustentável de atrativos e produtos turísticos;
- Definição de normas e regulamentos que estabeleçam critérios de sustentabilidade ambiental sobre financiamentos de obras, projetos e programas;

II. Verificação/Implantação do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/MS

Deverão ser respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo ZEE/MS e em especial as limitações e potencialidades das Zonas definidas neste.

Dentre quase todas as zonas o ZEE recomenda que sejam adotadas medidas tecnológicas sustentáveis para incentivar a agricultura, a indústria e o agronegócio, considerando as vulnerabilidades locais, bem como respeitando a biodiversidade; sejam incentivadas as potencialidades turísticas de cada região, destacando a importância da infraestrutura para o crescimento destas atividades; sejam atendidas, no mínimo, todas legislações ambientais vigentes; que sejam observadas as restrições de certas atividades (exemplos: a implantação de indústrias que manipulam produtos químicos na região Chaquenha; e qualquer tipo de carvoejamento com aproveitamento de vegetação nativa ainda existente na Zona Serra de Maracajú); que sejam implantados, geridos e monitorados Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEP's.

Deve-se entender como Zona uma porção delimitada do território onde se materializam as malhas, se expressam as formas de utilização do solo e se estabelecem, concretamente, a relação entre as potencialidades socioeconômicas pertinentes e a vulnerabilidade natural, indicando a situação de consolidação, expansão, recuperação ou de preservação no uso do solo.

Nestas Zonas são descritas, ainda em termos gerais, os três tipos de diretrizes de uso do solo (recomendadas, recomendadas sob manejo especial e não recomendadas) com possibilidade de orientar certificações econômicas e incentivos (públicos e privados) e licenciamentos ambientais.

As Zonas, como definidas, organizam o uso e a ocupação do território, considerando infraestrutura existente e projetada e as condições ambientais e sócio-econômicas e culturais levantadas. Foram definidas com base em análises de estudos e zoneamentos existentes e nas duas Cartas de diagnóstico do ZEE-MS Primeira Aproximação, de

Vulnerabilidade Natural e de Potencialidade Sócio-Econômica. As formas de uso e ocupação em cada zona se darão conforme as diretrizes a seguir estabelecidas:

Diretrizes Gerais Não Zonais:

- a. Regularização de áreas de Reserva Legal prioritariamente em áreas contíguas às Áreas de Preservação Permanente, Corredores de Biodiversidade ou outras áreas protegidas.
 - b. Fomento e incentivo a iniciativas de certificação social, ambiental e empresarial, de atividades produtivas visando os mercados mais qualificados.
 - c. Concentrações de empreendimentos industriais de significativo impacto ambiental somente serão localizadas nas faixas de domínio dos Eixos de Desenvolvimento, e aprovadas em acordo com as proposições contidas nos Arcos de Expansão, observando as diretrizes de uso específicas de cada zona.
 - d. Pagamento por Serviços Ambientais, como mecanismos de compensação econômica para proprietários de terras que conservem os recursos naturais acima das obrigações impostas pela legislação, principalmente no que se refere à manutenção da vegetação nativa e proteção dos recursos hídricos.
 - e. Implantação de programas públicos de desenvolvimento integrado de microbacias, destinado à contenção de processos erosivos, recuperação de Áreas de Preservação Permanente e melhoria da produtividade nas propriedades rurais.
 - f. Promoção e incentivo à elaboração, revisão ou implementação dos Planos Diretores Municipais, nos termos da Lei 10.257/2001, denominada Estatuto das Cidades, bem como da Política Urbana do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída no Artigo 213 de sua Constituição Estadual, compatibilizando-os às diretrizes deste Zoneamento.
 - g. A utilização de recursos hídricos, seja de aquíferos ou de mananciais, deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos demais instrumentos da Política Estadual dos Recursos Hídricos, devidamente compatibilizadas com as diretrizes deste Zoneamento.
 - h. No licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades em Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade e em Corredores da Biodiversidade, deverá ser exigida a adoção de medidas de compensação ambiental para criação de Unidades de Conservação que contemple tais áreas, visando ao ressarcimento financeiro pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis, independentes de serem licenciados com EIA/RIMA.
 - i. As diretrizes de usos, classificadas em Recomendadas, Recomendadas sob Manejo Especial e Não Recomendadas deverão ser acolhidas nos processos de licenciamento ambiental e nos programas de subsídios e incentivos do governo estadual bem como para regulamentar a aplicação de compensações financeiras pelo uso de recursos naturais, estabelecidos pela legislação em vigor.
 - j. Simplificação dos processos de licenciamento ambiental, em especial os referentes aos usos do solo recomendados para cada zona.
 - k. Fortalecer a estrutura urbana dos Pólos de Ligação, qualificando sua infraestrutura, equipamentos públicos e serviços básicos, visando criar condições para seu funcionamento como irradiador de serviços e dinamizador do desenvolvimento regional e dos respectivos Arcos de Expansão.
- III. Estabelecimento e Fiscalização de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos – ETEP's (Unidades de Conservação – UC's; Áreas Protegidas (Áreas de Preservação Permanente – APP, Reservas Legais, dentre outros); Espaços de Proteção Específica (Comunidades Quilombolas, Jardim Botânico, Comunidades Indígena, dentre outros)

A competência por conservar/ preservar as UC's é repartido entre o poder público e sociedade, sendo uma das atribuições do poder público a de criar o espaço territorial protegido.

Atualmente, são os órgãos ambientais, seja o IBAMA ou órgão ambientais estaduais ou municipais, os responsáveis pela gestão da maioria dos ETEP's, principalmente da categoria de UC's.

Como os ETEP's são, na avaliação de especialistas da área turística, atrativos turísticos de grande importância – de acordo com o critério de hierarquização de atrativos – a gestão desses espaços poderia ser auxiliada com recursos econômicos e humanos proveniente da área de turismo, priorizando as seguintes ações:

- a. Recuperação de áreas de reserva legal prioritariamente em áreas contíguas às áreas de preservação permanente, preferencialmente nas enquadradas como Corredores de Biodiversidade, ou como medidas compensatórias, de acordo com a legislação ambiental vigente;
- b. Cadastramento e proteção das áreas de beleza cênica, de entorno de bens tombados e os sítios arqueológicos, nos termos da legislação pertinente;
- c. Implantação e manutenção de infraestrutura nas ETEP's de grande interesse turístico.

6) **FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação constituem-se nos meios pelos quais se verificarão a condução e a execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Campo Grande.

Esta etapa é importante no processo de planejamento porque permite que os objetivos definidos no PDITS sejam transformados em ações e resultados que, em última instância, resultem na promoção do desenvolvimento da região turística, conforme planejado.

Isso é possível porque a função principal dos mecanismos de *feedback* no processo de planejamento é a de monitorar o desempenho do plano e a execução de suas ações por meio do confronto entre aquilo que foi alcançado ou realizado com o que foi planejado ou previsto.

Esse processo de acompanhamento e avaliação permite aos atores do setor de turismo (órgãos públicos, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidade) tomar decisões mais precisas em relação ao planejamento realizado na formulação do PDITS. Permite ainda, a correção de rotas pré-estabelecidas no plano de ação, a potencialização do desempenho do que foi bem-sucedido, ou mesmo, a interferência na execução das ações para assegurar a conquista dos objetivos e metas estabelecidos.

Segundo Oliveira (2007: 257), os mecanismos de *feedback* possuem as seguintes finalidades:

- *Identificar problemas, falhas e erros que se transformam em desvios do planejado, com a finalidade de corrigi-los e de evitar sua reincidência;*
- *Fazer com que os resultados obtidos com a realização das operações estejam, tanto quanto possível, próximos dos resultados esperados e possibilitem o alcance dos desafios e consecução dos objetivos;*
- *Verificar se as estratégias e políticas estão proporcionando os resultados esperados, dentro das situações existentes e previstas; e*
- *Proporcionar informações gerenciais periódicas, para que seja rápida a intervenção no desempenho do processo.*

Os mecanismos de acompanhamento ou monitoramento e avaliação que são propostos para o PDITS do Polo Campo Grande baseiam na ferramenta de planejamento conhecida como ciclo PDCA, ou ciclo de Shewhart ou ciclo de Deming.

De acordo com o PDCA, o processo inicia-se com a atividade de planejamento (PLAN), o que já foi realizado a partir da análise do diagnóstico da área turística, definições estratégicas e elaboração do plano de ação.

O passo seguinte é desencadear a execução das ações (DO) aqui propostas para o Polo Campo Grande.

Em seguida é realizada a verificação (CHECK), que consiste no monitoramento e avaliação periódicos dos resultados atingidos. Nessa etapa avaliam-se também os processos que, conjuntamente com os resultados, são comparados com os objetivos propostos pelo planejamento inicial.

O último passo do ciclo PDCA refere-se à ação (ACT) destinada a padronizar os acertos, corrigir ou eliminar os eventuais erros que podem ocorrer no processo de implementação das ações ou nos resultados.

A figura a seguir ilustra o ciclo PDCA acima exposto:



Figura 1 - Ciclo PDCA.

Fonte: <http://innoscienceblog.blogspot.com>

Para que o ciclo PDCA seja aplicado de forma completa é necessário que se estabeleça um conjunto de indicadores que possam servir de medida para a o processo de monitoramento e avaliação. Tais indicadores permitirão que os atores envolvidos possam acompanhar e avaliar a execução das ações propostas.

Os indicadores propostos são apresentados a seguir para o conjunto dos principais objetivos estabelecidos no plano de ação.

Quadro 31 – ESTRATÉGIAS DE PRODUTO TURÍSTICO: mecanismos de *feedback*

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.1 - Estruturar os atrativos turísticos	Aprimorar o planejamento, a implementação e execução das políticas Públicas voltadas para o turismo e aprimorar os produtos turísticos para a comercialização	Número de produtos turísticos comercializados	Número de novos produtos comercializados/ano	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL E ESTADUAL
	Garantir a continuidade da oferta turística e a preservação ambiental	Número de atrativos licenciados ambientalmente	Número de atrativos licenciados/ano	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL E ESTADUAL
	Promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor	Taxa de formalização de negócios turísticos	$(n^{\circ} \text{ de negócios formalizados} / \text{total de empreendimentos}) * 100$	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL E ESTADUAL
	Promover a ampliação e diversificação do consumo do produto turístico, incentivar aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. Facilitar o processo de comercialização.	Índice de diversificação de produto	$(n^{\circ} \text{ de novos produtos} / n^{\circ} \text{ total de produtos}) * 100$	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL E ESTADUAL

ESTRATEGIAS DE PRODUTO TURÍSTICO: mecanismos de *feedback*

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.2 - Incentivar o aumento de produtos roteiros de qualidade na região	Ampliar parcerias comerciais e fortalecer os Conselhos Municipais de Turismo	Aumento de parcerias	Aumento do nº de parcerias formalizadas em relação ao total de negócios	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
	Fomentar a produção associada ao turismo, agregar valor à oferta turística e potencializar a competitividade dos produtos turísticos da região	Aumento de práticas associativas	Aumento do número de negócios associados em relação ao total de negócios	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
	Ampliar e diversificar a oferta turística da região e fortalecer a interiorização do turismo	Índice de diversificação de produto	(nº de novos produtos/nº total de produtos) *100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
E.3 - Qualificar os produtos, roteiros e destinos turísticos, com foco na sustentabilidade, qualidade e competitividade	Referenciar o mercado e os consumidores nas decisões de compra, como também estimular a adoção de boas práticas, contribuindo para a elevação do padrão de qualidade de serviços e produtos do segmento turístico.	Taxa de aumento do consumo de produtos turísticos	(consumo em t+1 – consumo em t0)/consumo em t0)*100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E

ESTRATEGIAS DE PRODUTO TURÍSTICO: mecanismos de *feedback*

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.4 - Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística	Fortalecer o turismo rural da região	Número de novos atrativos rurais	(nº de novos atrativos rurais/total de atrativos)	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
	Melhorar a oferta turística e atrair novos empreendimentos	Número de novos empreendimentos turísticos	Nº de abertura de novos empreendimentos turísticos	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
	Ampliar as ações de organização do turismo local, criando o programa "Turismo e sua Interface no setor Público	Aumento de parcerias	Aumento do nº de parcerias formalizadas em relação ao total de negócios	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
E.5 - Qualificar os recursos humanos para o turismo	Melhorar a mão de obra o setor, com a inserção de portadores de necessidades especiais.	Índice de inclusão	(total de PNE's/total de trabalhadores do setor) *100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
	Melhorar a mão de obra do setor	Aumento do número de pessoal capacitado	(nº de eventos de capacitação/nº de trabalhadores do turismo) *100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E

ESTRATEGIAS DE PRODUTO TURÍSTICO: mecanismos de *feedback*

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.6 – Implantar sistema integrado de informações	Monitorar a economia do turismo	Taxa de evolução da demanda turística	(fluxo de turistas em t+1 – fluxo de turistas em t0/fluxo de turistas em t0)*100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
E.7 – Implantar sinalização turística na região.	Garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais	Taxa de aumento do consumo de produtos turísticos	(consumo em t+1 – consumo em t0/consumo em t0)*100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
E.8 - Implantar Postos/Centros de Atendimento ao Turista.	Melhorar o atendimento ao turista	Índice de satisfação do turista	percentual de avaliações positivas em relação ao nº de turistas	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
	Prestar informações e serviços aos visitantes.	Melhoria do atendimento ao turista	Nº de postos de atendimento e CAT's implantados	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E

Quadro 32 – ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO: mecanismos de *feedback*

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.1 - Promover, em parceria com o setor privado, o destino turístico Campo Grande e Região, no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional	Aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região	Taxa de evolução da demanda turística	(fluxo de turistas em t+1 – fluxo de turistas em t0)/fluxo de turistas em t0)*100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
E.2 - Definir estratégias e elaborar o Plano de Marketing	Aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região	Taxa de evolução da demanda turística	(fluxo de turistas em t+1 – fluxo de turistas em t0)/fluxo de turistas em t0)*100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
E.3 - Implantar sistema de informação para comercialização do destino Campo Grande e Região.	Aumentar o fluxo turístico na região e a permanência dos turistas na região	Taxa de evolução da demanda turística	(fluxo de turistas em t+1 – fluxo de turistas em t0)/fluxo de turistas em t0)*100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E

Quadro 33 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: mecanismos de feedback

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.1 - Fortalecer institucionalmente os municípios do polo	Fortalecer as estruturas de turismo de cada município que compõe o pólo turístico Campo Grande e Região	Índice de fortalecimento municipal	nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E
E.2 - Fortalecer as relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	Fortalecimento das instâncias de governança do polo	Índice de fortalecimento municipal	nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios	Nº	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL E

Quadro 34 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS: mecanismos de *feedback*

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.1 - Implantar e/ou aperfeiçoar a infraestrutura básica do Polo	Garantir a todos os cidadãos do município um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com dignidade.	Índice de satisfação do turista	percentual de avaliações positivas em relação ao nº de turistas	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL
	Reduzir a quantidade de resíduos sólidos gerados pela população	Redução da quantidade de resíduos sólidos	(Volume de resíduos sólidos gerados em t+1 – volume gerado em t0/volume gerado em t0)*100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL ESTADUAL

Quadro 35 - GESTÃO AMBIENTAL: mecanismos de feedback

ESTRATÉGIAS	OBJETIVO	INDICADOR	CÁLCULO	UNIDADE	RESPONSÁVEIS
E.1-Estabelecer critérios para a prestação de serviços turísticos em ambientes naturais	Fortalecer institucionalmente os municípios do Polo para o exercício autônomo e integrado da gestão ambiental local	Índice de fortalecimento municipal	nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL E ESTADUAL
E.2- Implantar sistema de qualidade ambiental do Polo	Garantir a preservação e a exploração sustentável dos empreendimentos turísticos	Ações pró-sustentabilidade	(nº de ações voltadas ao meio ambiente/ nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios) *100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL E ESTADUAL
E.3 – Ampliar a área de monitoramento e fiscalização de impactos ambientais.	Avaliar os impactos ambientais diretos, indiretos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas	Ações pró-sustentabilidade	(nº de ações voltadas ao meio ambiente/ nº de ações voltadas ao turismo realizadas pelas esferas governamentais nos municípios) *100	%	UCP/PRODETUR, FUNDTUR, SEMA, COMTUR'S, FÓRUM REGIONAL E ESTADUAL

Os indicadores propostos podem ser implantados a partir da aprovação do PDITS pois a base de dados necessária para a realização do monitoramento já existe ou é de fácil elaboração como, por exemplo, a aplicação de questionários.

Para que isso seja possível, estima-se um montante no valor de R\$ 80.000,00 para coleta, sistematização e criação da base de dados e outros R\$ 100.000,00 anuais para o monitoramento sistemático das estratégias do PDITS, totalizando R\$ 580.000,00 ao longo da execução do Plano.

7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOBATO, David Menezes; Moysés Filho, Jamil; Torres, Maria Cândida Sotelino; Rodrigues, Murilo Ramos Alambert. *Estratégia de empresas*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. (gestão Empresarial – FGV Management).

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

<http://innoscienceblog.blogspot.com>